

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA: FRONTEIRAS, TERRITÓRIOS E IDENTIDADES**

LARISSA DE CASTELA PINHEIRO MOURÃO

**O ESTADO DO ACRE NA ROTA DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL:
TRAJETÓRIAS DE MULHERES MIGRANTES**

**Rio Branco, Acre
2025**

LARISSA DE CASTELA PINHEIRO MOURÃO

O ESTADO DO ACRE NA ROTA DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: TRAJETÓRIAS
DE MULHERES MIGRANTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: Território, identidades e trabalho.

Orientador(a): Profa. Dra.^a Maria de Jesus Morais.

Rio Branco, Acre
2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

M929e Mourão, Larissa de Castela Pinheiro, 2001 -

O estado do Acre na rota da migração internacional: trajetórias de mulheres migrantes / Larissa de Castela Pinheiro Mourão; orientadora: Profa. Dra. Maria de Jesus Moraes. – 2025.

108 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio Branco, 2025.

Inclui referências bibliográficas.

1. Mulheres – Emigração e imigração - Acre. 2. Migração internacional - Acre. 3. Mulheres imigrantes - Acre. I. Moraes, Maria de Jesus (orientadora). II. Título.

CDD: 910

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de entrada e solicitação de refúgio, no Acre, das mulheres venezuelanas.....	56
Tabela 2: Etapas do Projeto de Mulheres Negras em Diáspora no Brasil: Cartografia das Opressões, 2024.....	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relações de poder que interferem na trajetória das mulheres migrantes	34
Figura 2: Quadro de empregabilidade no Brasil realizado pela OIM em 2024	35
Figure 3: Tríplice fronteira Brasil - Bolívia – Peru.....	45
Figura 4: Venezuelanas Warao pedindo ajuda no sinal de Rio Branco - 2019....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Solicitações de refúgio por mulheres, no Acre, entre 2013 e 2023	54
Gráfico 2: Número das mulheres imigrantes que entraram no Brasil, pelo Acre, entre os anos de 2010 e 2023	55
Gráfico 3: Principais nacionalidades das mulheres que entraram no Acre entre 2017 e 2023	56

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1: Trajetória de uma mulher trans migrante – Percurso Colômbia - Brasil	89
Imagen 2: Exploradores das culturas: trajetória de mulher migrante venezuelana	90
Imagen 3: Trajetória de jovem migrante que caminhou em busca de uma vida melhor	92
Imagen 4: Trajetória de jovem migrante: da Ilha da Juventude (Cuba) ao Acre (Brasil)	93
Imagen 5: Trajetória de mulher migrante - Percurso Peru- Brasil	96

RESUMO

Esta dissertação é resultado da reflexão realizada sobre as trajetórias de mulheres migrantes no estado do Acre. O tema abordado foi resultado da identificação com os estudos ainda no momento da graduação, porém a participação em eventos estaduais e municipais incentivaram o olhar mais atencioso para as trajetórias das mulheres migrantes, durante o mestrado. Partindo dessa perspectiva, a dissertação teve o objetivo geral de discutir as trajetórias das mulheres migrantes que tiveram a rota da Estrada do Pacífico como passagem/permanência no Acre, destacando suas motivações para o deslocamento, as condições do caminho, a expectativa de permanência/saída do Estado e as peculiaridades da questão do gênero no processo migratório. Ao fazer o recorte espacial para as trajetórias de mulheres migrantes no Acre, observou-se a inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, por isso, fez-se a relação das temáticas abordadas por autores que tratam a migração a partir de outro viés que não é especificamente as trajetórias de mulheres, como: Sayad (1998), Singer (1998), Henderson (2015) e Santos (2023), e para discutir as concepções de gênero e para entendê-las dentro da migração, usou-se as autoras Lisboa (2003), Camacho (2010), Rosário (2019) e Dornelas (2020). O procedimento metodológico foi realizado a partir de entrevistas semiestruturadas que foram direcionadas para dois públicos: as pessoas/entidades que participam do acolhimento migratório no Acre, e as imigrantes e/ou refugiadas que se encontravam no estado durante a pesquisa. Nesse viés, as pesquisas bibliográficas e as entrevistas em campo foram abordadas ao longo de quatro capítulos dos textos, inferindo-se que os movimentos migratórios fluem de acordo com as necessidades pessoais da migrante, bem como devido às condições ambientais, sociais e econômicas dos Estados, e o incentivo das políticas de acolhimento e proteção à mulher influencia no aumento do deslocamento das migrantes no país. Tratando-se das condições dos percursos, destacamos alguns riscos que acompanham as migrantes durante as viagens e percebemos que existe uma intensificação dos riscos às mulheres migrantes, principalmente quando se trata da violência física, sexual e moral durante as trajetórias. Com as entrevistas, enfatizamos que cada movimento feminino é marcado pela transgressão dos limites sexuais impostos, por problemas conjugais e familiares, violências e pela ausência de oportunidades. Por esse motivo, a experiência de migrar, para as mulheres, pode ser algo libertador e que representa a sua maior autonomia no processo da mobilidade. Além disso, acreditamos que a pesquisa eficiente e verdadeira é responsável por gerar na sociedade a sensibilização e o conhecimento crítico da realidade que, muitas vezes, é ocultado das mídias e pelos grandes poderes. Por isso, infere-se que as trajetórias de mulheres migrantes merecem mais reconhecimento pelos pesquisadores a fim de que possamos destacar a vivência das migrantes, mostrando que elas também fazem parte dessa mobilidade e assim como os homens, assumem os riscos das travessias em busca da melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Feminização da migração; Acre; Mulheres Migrantes; Trajetórias Vulnerabilidades.

THE STATE OF ACRE ON THE INTERNATIONAL MIGRATION ROUTE: THE JOURNEYS OF MIGRANT WOMEN

ABSTRACT

This dissertation is the result of reflection on the trajectories of migrant women in the state of Acre. The topic addressed was the result of identification with studies while still an undergraduate, but participation in state and municipal events encouraged a more attentive

look at the trajectories of migrant women during the master's program. From this perspective, the dissertation had the general objective of discussing the trajectories of migrant women who used the Pacific Highway as a route to pass through or settle in Acre, highlighting their motivations for displacement, the conditions of the journey, their expectations of staying or leaving the state, and the peculiarities of gender issues in the migration process. When conducting spatial analysis of the trajectories of migrant women in Acre, it was observed that there was a lack of academic work on the subject. Therefore, a list was made of topics addressed by authors who deal with migration from perspectives other than specifically the trajectories of women, such as: Sayad (1998), Singer (1998), Henderson (2015), and Santos (2023). To discuss gender concepts and understand them within the context of migration, we used the works of Lisboa (2003), Camacho (2010), Rosário (2019), and Dornelas (2020). The methodological procedure was carried out using semi-structured interviews that were directed at two audiences: the people/entities involved in migrant reception in Acre, and the immigrants and/or refugees who were in the state during the research. In this vein, bibliographic research and field interviews were addressed throughout four chapters of the text, inferring that migratory movements flow according to the personal needs of the migrant, as well as due to the environmental, social, and economic conditions of the states, and that the incentive of policies for the reception and protection of women influences the increase in the displacement of migrants in the country. Regarding the conditions of the journeys, we highlight some risks that accompany migrants during their travels and note that there is an intensification of risks to migrant women, especially when it comes to physical, sexual, and moral violence during their journeys. Through the interviews, we emphasize that each female movement is marked by the transgression of imposed sexual boundaries, marital and family problems, violence, and the absence of opportunities. For this reason, the experience of migrating can be liberating for women and represent their greatest autonomy in the process of mobility. In addition, we believe that efficient and truthful research is responsible for generating awareness and critical knowledge in society about a reality that is often hidden by the media and powerful forces. Therefore, it can be inferred that the trajectories of migrant women deserve more recognition by researchers so that we can highlight the experiences of migrants, showing that they are also part of this mobility and, like men, take risks in search of a better quality of life.

Keywords: Feminization of migration; Acre; Migrant women; Trajectories; Vulnerabilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO E GÊNERO 22	
1.1 Migração e gênero	22
1.2. Pensando a feminização da migração.....	37
CAPÍTULO 2- O ACRE COMO PORTA DE ENTRADA, NO BRASIL, PELAS MULHERES IMIGRANTES: o olhar de quem acolhe	
2.1 O Acre como porta de entrada no Brasil.....	44
2.2 Estado: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.....	58
2.3 Município: Casa de passagem para migrantes – Rio Branco, Acre	63
2.4 Sociedade civil: Pastoral do Migrante – Rio Branco, Acre	68
CAPÍTULO 3 - MULHERES MIGRANTES NO ACRE: LUTAS E TRAJETÓRIAS ..73	
3.1 Trajetória de uma refugiada política.....	73
3.2 A marca que o/a migrante deixa por onde passa	79
CAPÍTULO 4 - PROJETO MULHERES MIGRANTES NEGRAS EM DIÁSPORA NO BRASIL	
4.1 Encontro de mulheres migrantes negras, no polo da Universidade Federal do Acre	86
4.2 Trajetória de uma migrante peruana no Acre.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS	
107	

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre. A identificação com os estudos da migração surgiu na graduação com a participação como bolsista, orientada pela Profa. Dra. Maria de Jesus Moraes, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Naquele período analisou-se o estado do Acre na trajetória dos migrantes afro-caribenhos a partir da década de 2010.

Durante a seleção do mestrado, a proposta inicial era de dar continuidade na temática do projeto de pesquisa e mapear a situação dos imigrantes residentes no Estado após a crise pandêmica do Coronavírus. Entretanto, observou-se que seria um trabalho difícil para mapeamento e que já estavam acontecendo outros destaques migratórios no Acre.

No início da pós-graduação, a participação como ouvinte na Semana Estadual do Migrante, Apátridas e Refugiados do estado do Acre¹, em 2022, foi a inspiração para a temática do presente estudo: **O estado do Acre na rota da migração internacional: trajetórias de mulheres migrantes**. Durante o evento, os relatos das mulheres sobre suas trajetórias até o estado do Acre me fizeram querer saber mais sobre as condições dos percursos até chegar aqui e de como estes são vividos por elas.

Iniciando as pesquisas bibliográficas, foi observado que a maioria dos estudos abordam o processo migratório no seu sentido amplo e quando abriam espaço para relatos era a experiência do homem que ganhava visibilidade. Foi a partir desse contexto que cresceu a vontade de discutir a trajetória das mulheres que deixaram/fugiram do seu país em busca de melhores condições de vida para si e/ou para seus filhos e, que em muitas situações o risco, a vulnerabilidade, a exploração e os abusos foram mais presentes do que na trajetória dos homens migrantes. Mesmo assim, o protagonismo e a participação feminina são histórias invisíveis e isoladas que servem, muitas vezes, apenas para dar sentido a mobilidade e fazer companhia aos conjungues.

¹ A IV Semana Estadual do Migrante, Apátridas e Refugiados do estado do Acre aconteceu na terceira semana do mês de junho, entre os dias 20 e 23 de 2022. A programação foi realizada pela Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos – SEASDH, em parceria com outros órgãos como o Município, Ministério Público Estadual, Polícia Rodoviária Federal e outras instituições que contribuem com o acolhimento do imigrante.

Na maioria das vezes a saída da migrante do seu país de origem é um fator condicionado por adversidades políticas, econômicas, sociais e ambientais de onde vive. Além das dificuldades locais essa mulher fica vulnerável no decorrer da travessia e não lhe tem a garantia de estabilidade no país-destino (Singer, 1998). Ressalta-se que Singer (1998) é um autor que não trata especificamente sobre a mobilidade da mulher, mas ele nos permite entender os sentidos do que chamamos de “país-origem e país-destino”, tornando-se uma base para a discussão sobre mobilidade humana.

As migrantes haitianas, senegalesas, venezuelanas e de outras nacionalidades chegam ao estado do Acre por meio da tríplice fronteira (Brasil-Peru-Bolívia). Apesar do Acre ser um local de passagem, algumas permanecem no estado devido as condições atípicas que impedem o deslocamento imediato ou porque surge um atrativo (emprego) que prolonga sua estabilidade. Além da rota de entrada existe também a de saída, momento em que as mulheres chegam ao Acre vindo de outros estados brasileiros, atravessam a fronteira para o Peru e seguem em direção aos Estados Unidos, país que tem sido bem almejado na mobilidade.

Tratando-se das situações atípicas que dificultam o deslocamento das pessoas e grupos, destacou-se a pandemia da COVID-19, que deixou muitos imigrantes isolados na tríplice fronteira do lado acreano. O fechamento temporário da passagem terrestre por parte do Peru impactou no andamento dos imigrantes para outras cidades/estados do país, principalmente para a região Sul e Sudeste. Aqueles que não ficaram retidos na fronteira encontraram dificuldades de permanência no estado acreano.

Durante o percurso, o migrante fica sujeito às redes ilegais de transporte (conhecido, no Brasil, como coites), os agenciadores garantem ao emigrante a trajetória até o país destinado. Em contrapartida, o trajeto (em sua maioria) é marcado por extorsão, contrabando, precariedade e violência aos viajantes. Com a entrevista da refugiada cubana², Hany Cruz, percebemos que o percurso com o coiote é composto por uma dualidade entre incertezas e garantias. Ao mesmo tempo que a incerteza se refere aos riscos de extorsão, violência e precariedade do percurso, o coiote é a garantia, ou seja, o elo que o migrante possui com o lugar que deseja chegar, pois é ele (o coiote) que conhece as rotas, estratégias, perigos noturnos e diurnos, facilitando a entrada dos migrantes no país-destino.

² A entrevista da Hany Cruz será abordada ao longo do texto, mas a sua trajetória será discutida precisamente no capítulo 3.1 – Trajetória de uma refugiada política.

Apesar das trajetórias das mulheres se tratar de um movimento esporádico, os dados de entrada, saída e permanência, no Brasil, já consideram o aumento gradativo das migrantes que chegam desacompanhadas no país. No Brasil, as mudanças das políticas de acolhimento e proteção à mulher contribuem para o aumento da passagem e permanência das migrantes. Esse novo movimento é o que fica conhecido como a feminização das migrações (Dornelas, 2020).

A partir do exposto, a pesquisa teve como objetivo geral discutir as trajetórias das mulheres migrantes que tenham a rota da Estrada do Pacífico³ como passagem/permanência no Acre, destacando suas motivações para o deslocamento, as condições do percurso, a expectativa de permanência/saída do Estado e as peculiaridades da questão do gênero no processo migratório.

Por sua vez, os objetivos específicos abrangeram:

- Discutir a influência do gênero, raça e etnia nas trajetórias das mulheres migrantes e as estratégias das mulheres frente ao deslocamento dos homens ao longo das trajetórias;
- Discutir o percurso de mulheres que tem como rota a estrada transoceânica até a chegada ao Acre, bem como abordar as ações de acolhimento às imigrantes;
- Discutir as trajetórias e permanências das mulheres imigrantes na cidade de Rio Branco.

Durante o estudo inicial houve dificuldade em encontrar bibliografias que abordassem a perspectiva do gênero e a migração. Por esse motivo, fez-se a relação das temáticas abordadas por autores que tratam a migração a partir de outros víeis, como: Sayad (1998), Singer (1998), Handerson (2015) e Santos (2023), os quais não têm a mulher migrante como foco, mas apresentam meramente as trajetórias e o papel delas durante os percursos. Desse modo, a partir dos levantamentos propostos pelos autores foi feito uma relação entre os textos que tratam a migração e os que tratam acerca do gênero.

Ao fazer o recorte espacial para as trajetórias de mulheres migrantes no Acre, observou-se a inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o assunto. Portanto, frisa-

³ Parte-se do pressuposto de que o Brasil é um país que tem investido nas relações comerciais, ambientais e territoriais com os países vizinhos. Assim, a Estrada do Pacífico, que liga o Brasil e o Peru através dos municípios de Assis Brasil e Iñapari, surge inicialmente com a proposta de integração socioeconômica entre os países. Entretanto, a partir da década de 2010, a abertura da estrada marcou o início de um dos maiores corredores humanitários em direção ao Brasil, com entrada pelo Acre.

se que até o dia da submissão deste trabalho não há pesquisa que discuta a trajetória das mulheres imigrantes no estado do Acre, sendo esta a primeira. Por esse motivo, a abordagem bibliográfica sobre as trajetórias das mulheres migrantes foi fundamentada a partir de outras pesquisas que apresentam, mesmo que não seja o foco, as trajetórias dessas mulheres.

Além das pesquisas bibliográficas, a realização das atividades em campo foram fundamentais para o desenvolvimento do estudo. A aplicação das entrevistas semiestruturadas foram direcionadas para dois públicos: as pessoas/entidades que participam do acolhimento migratório no Acre, e as imigrantes e/ou refugiadas que se encontram no estado durante a pesquisa.

Desse modo, tivemos o total de sete entrevistas: quatro delas foi com pessoas/entidades que participam do acolhimento migratório no Acre (quadro 1) e, três delas com mulheres migrantes/refugiadas (quadro 2).

Quadro 1: Pessoas/entidades que participam do acolhimento migratório no Acre

Entrevistada/o	Órgão/entidade representante
Maria da Luz – Gestora de políticas públicas e chefe da secretaria de direitos humanos	Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos – SEASDH
Lucas Rodrigues – Chefe da divisão de apoio aos migrantes e refugiados	Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos – SEASDH
Aurinete Souza – Coordenadora da Pastoral do Migrante de Rio Branco	Pastoral do Migrante de Rio Branco
Carla Adriana – Coordenadora da Casa de Passagem para Migrantes	Casa de Passagem para Migrantes

Fonte: Elaborada pela autora, 2025

Quadro 2: Migrantes e/ou refugiadas entrevistadas

Entrevistada	Nacionalidade
Hany Cruz	Cubana
Raymaris	Venezuelana
Rubi	Peruana

Fonte: Elaborada pela autora, 2025

Torna-se necessário ressaltar que apesar do número de entrevistas com as mulheres migrantes ser pequeno, esse quantitativo não interferiu nos aspectos qualitativos da pesquisa, pois as três entrevistas foram suficientes para manter o desenvolvimento e a qualidade das discussões. Além disso, foi possível manter uma relação mais próxima com as migrantes, permitindo que elas ficassem mais à vontade para compartilharem sobre suas forças e fraquezas.

Por fim, ao longo do capítulo 4 existe a apresentação da trajetória da migrante Rubi e outras de mulheres migrantes que não entraram na quadro 2 porque não foi realizado uma entrevista direta com elas. Entretanto, foi considerado as rodas de conversas realizadas no Encontro de Mulheres Migrantes Negras em Diáspora, na Universidade Federal do Acre.

Considerando a amplitude do estudo, optei por fazer o primeiro contato com as pessoas que participam do acolhimento migratório no estado e só assim segui para as entrevistas com as migrantes. A “prioridade” das entrevistas se justifica pelo fato de querer entender, a priori, como tem se dado essa feminização da migração no estado e para saber como e onde encontráramos essas mulheres.

A entrevista concedida pela Maria da Luz França Maia, gestora de políticas públicas e chefe da secretaria de direitos humanos, é resultado do contato que tivemos desde o período em que fui bolsista PIBIC, na graduação. Além disso, Maria da Luz é uma referência no acolhimento migratório no estado e participa frequentemente dos eventos acadêmicos da Universidade Federal do Acre. Ressalta-se que foi ela quem me colocou em contato com a Hany Cruz, refugiada cubana, e a diretora da casa de passagem do município de Rio Branco.

No momento da entrevista com a Maria da Luz, ela estava acompanhada do Lucas Rodrigues Guimarães, chefe da divisão de apoio aos migrantes e refugiados. Com ele não foi realizado a entrevista semiestruturada, a sua fala foi uma forma de contribuir com a pesquisa reforçando alguns pontos que já haviam sido levantados pela gestora de política públicas.

Tratando-se do plano de visita na casa do migrante em Rio Branco-Ac, conversamos com a Carla Adriana, coordenadora da casa de passagem. Ao entrar em contato com a gestão não houve dificuldades para conseguir a autorização da pesquisa, porém até a realização da entrevista tivemos muitos desencontros logísticos, políticos e de compatibilidade de horário. Ainda assim, foi realizado uma visita no local durante o VII Encuentro Internacional de Escritura Migrante: Tejidos Creativos Jasayé. Naquele dia a diretora responsável pela casa de passagem não estava presente e por isso não conseguimos conversar, entretanto foi observado a predominância das mulheres e crianças na casa de passagem.

Ressalta-se que, no plano inicial, as mulheres migrantes acolhidas na casa de passagem eram o público-alvo da pesquisa, porém durante o processo foram surgindo

outras oportunidades de contato com migrantes residentes no Acre, por exemplo, através do Projeto de Mulheres Negras Migrantes no Brasil.

A referida mudança foi positiva para o nosso trabalho, visto que para tratar sobre as trajetórias das migrantes foi necessário, primeiramente, ganhar a confiança dessas mulheres. Além disso, as entrevistas foram realizadas individualmente, permitindo também o melhor contato e aproximação com elas, o que talvez não fosse possível conseguir na casa de passagem.

Quanto a Aurinete Souza Brasil Freire, coordenadora da Pastoral do Migrante de Rio Branco, nosso contato começou através do PPGeo, pois ela era mestrande do programa e pesquisava sobre a mobilidade migratória no estado. A partir dessa relação comecei a participar com mais frequência dos eventos que tratam sobre o acolhimento dos migrantes, a exemplo: a Conferência Livre Nacional de Migração – Serviço Pastoral do Migrante (SPM) e a II Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatriadia do Acre 2024 (COMIGRAR).

Após a qualificação da pesquisa surgiu a oportunidade de participar do Projeto de Vidas Paralelas (PVP) de Direitos Humanos e Fotografia: Projeto de Mulheres Migrantes Negras em Diáspora no Brasil – Cartografia das opressões. A oficina ocorre em seis universidades do país, sendo elas: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde – FS/DSC; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Acre.

A partir dos pressupostos apresentados, o estudo está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro – **Considerações teóricas sobre o fenômeno da migração: discurso de gênero** –, nele foi debatido a influência do gênero, raça e etnia nas trajetórias das mulheres imigrantes e as tomadas estratégicas das mulheres frente ao deslocamento dos homens. Existem vários fatores que podem explicar o atual fluxo de entrada no Brasil, portanto, a maior discussão é de que as mulheres, na mobilidade migratória, estão deixando de ser apenas acompanhantes e ao entrarem no país evidenciam a busca/anseio pela liberdade feminina. Entretanto, Rosário (2019), nos mostra que apesar da “liberdade feminina” ser o fator mais motivador da migração de mulheres, ela não é o único. Também há o caso de mulheres que possuem o incentivo familiar e migram para o Brasil em busca do aperfeiçoamento profissional, visando o retorno (que nem sempre acontece) para o país de origem afim de contribuir profissionalmente na terra natal.

Desse modo, a discussão está sistematizada a partir das principais discussões que trabalham com a temática da migração e gênero, assim como as relações que envolvem a mobilidade humana, o poder do discurso de gênero na mobilidade e a trajetória de mulheres imigrantes utilizadas em outros estudos, por exemplo, Sayad (1998), Handerson (2015), Dornelas (2020) e Santos (2023).

O segundo capítulo – **O Acre como porta de entrada, no Brasil, por mulheres imigrantes** – partiu do recorte espacial nacional (Brasil) e regional (Região Norte) até chegar à escala local que é o Acre como porta de entrada, no Brasil, por mulheres migrantes. Por muito tempo, a entrada das mulheres migrantes no país não era visibilizada, porém nos últimos anos, os comitês e secretarias de imigração têm registrado o crescente aumento da entrada das mulheres no país. Dessa forma, o capítulo discutiu o percurso das mulheres migrantes, que tem como rota a estrada transoceânica e o acolhimento que é ofertado a elas ao chegar e/ou permanecer no Acre.

Para falar sobre o acolhimento no Acre tivemos a perspectiva de abranger esta recepção a partir do Estado, sociedade civil e Município, os entes foram representados pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Pastoral do Migrante de Rio Branco e a casa de passagem de Rio Branco, respectivamente.

A gestora de políticas públicas e chefe da secretaria de direitos humanos: Maria da Luz França Maia, e o chefe da divisão de apoio aos migrantes e refugiados: Lucas Rodrigues Guimarães, falaram em nome da Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos – SEASDH. A gestora, Maria da Luz, recebeu os três primeiros imigrantes afro-caribenhos que chegaram no estado, naquele momento a sua função era traduzir/intermediar a conversa entre eles. Desde então, Da Luz não parou de trabalhar com a migração no estado, sendo uma das principais referências para discutir sobre este fenômeno. Os relatos de vivências e atuações no acolhimento ao migrante permitiu identificar como os fluxos migratórios mudam conforme os períodos vividos, confirmado mais uma vez que não se trata de processos estáticos e iguais. Além disso ressaltou-se a evolução da atuação do Estado acreano frente ao acolhimento, visto que no momento da chegada dos primeiros migrantes não se tinha o conhecimento de como acolher aquelas pessoas, entretanto os fluxos se tornaram cada vez mais frequentes e impulsionaram o incentivo local de ações públicas e estratégias humanizadas às pessoas que chegam em situação de vulnerabilidade.

Complementando as falas da gestora, o chefe da divisão de apoio aos migrantes e refugiados, Lucas Rodrigues Guimarães, frisou a expectativa e os planos construídos para melhorar a transparência, agilidade e confiabilidade dos dados de entrada, saída, permanência e perfil desses (as) imigrantes que atribuem o Acre como rota.

Outro destaque no acolhimento migratório são as instituições religiosas, principalmente a igreja católica que é um lugar de referência a qual oferece assistência e direção aos que chegam no país/Estado. A partir disso a Aurinete Souza Brasil Freire, coordenadora da Pastoral do Migrante de Rio Branco, compartilhou a sua vivência e as práticas da entidade com o acolhimento.

Através do apoio oferecido pela igreja católica, que tem trabalhado junto com o Estado e os municípios no acolhimento ao migrante, Aurinete começou a atuar com a temática, em 2014, durante a campanha: Fraternidade e tráfico humano, realizada pela diocese pastoral. Nesse primeiro momento, a equipe de coordenação diocesana foi encaminhada para o município de Brasileia e acompanhou a situação instalada naquele instante: eram mais ou menos sete ou oito espaços improvisados que recebiam os imigrantes, pois não se tinha ainda casa de passagem. Além de representar a entidade participante, Aurinete Souza trouxe levantamentos construídos pela sua prática de pesquisadora da mobilidade humana no estado do Acre. Durante a conversa, a entrevistada destacou o empoderamento que muitas migrantes, em especial as venezuelanas, adquirem ao chegar no Brasil e em como essas mulheres constroem novos hábitos de vida e liberdade no país.

O terceiro capítulo – **Mulheres migrantes no Acre: trajetórias de luta** – parte de todas as considerações levantadas nos capítulos anteriores, sendo dedicado, exclusivamente, para contar as trajetórias das mulheres migrantes que se encontram na capital acreana, Rio Branco, durante a pesquisa. É com as experiências/vivências das mulheres que se permite entender a realidade da feminização da migração, os fatores que as colocam em desigualdade com os homens e as situações de vulnerabilidade durante o percurso até/ no Acre.

O objetivo principal deste capítulo foi discutir as trajetórias e permanências das mulheres imigrantes na cidade de Rio Branco, por isso foi dado a maior ênfase nas vivências delas. Paralelamente ao destaque das trajetórias, foi realizada a complementação com abordagens bibliográficas que permitiram a maior discussão sobre as situações apresentadas. Entretanto, o principal destaque deste capítulo é o

relato dessas mulheres, ou seja, é a perspectiva que elas têm sobre a sua mobilidade e a permanência no estado.

Partindo da primície de que “todo refugiado é migrante, mas nem todo migrante é refugiado”, a trajetória da Hany Cruz nos mostrou como a travessia das fronteiras são cruéis para todos e mesmo que a mulher esteja acompanhada do marido ela não está isenta das violações. Hany não tinha a intenção de ficar no Brasil e nem de residir no Acre, mas as circunstâncias durante a mobilidade lhe levaram a ficar no estado. No momento da entrevista, Hany Cruz era funcionária da Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos – SEASDH e estudante do curso de direito da Estácio Unimeta.

Outro destaque da trajetória de Hany é a busca incessante em ganhar os espaços acreanos, como mulher e como migrante. Diferente de outras trajetórias, como uma que apresentaremos a seguir, a cubana teve uma boa experiência como empregada doméstica no estado, trabalho esse que lhe permitiu traçar novos caminhos.

Discutindo a trajetória da migrante Raymaris, venezuelana, já observamos uma outra realidade. Raymaris tinha condições de sobreviver no seu país de origem, mas não era o suficiente para lhe garantir uma boa qualidade de vida. Decidida a buscar uma melhoria, saiu da Venezuela sozinha e seguiu para o Peru. A viagem foi por via terrestre e durou aproximadamente 5 dias, a migrante destaca que durante o percurso havia dificuldades em beber água e se alimentar, pois o ônibus não parava e também existia a preocupação com a economia financeira. No Peru, Raymaris se casou com um venezuelano e lá permaneceram por 5 anos. Aos serem roubados e ameaçados de vida no país, o casal decidiu vir para o Brasil. No primeiro momento, a intenção deles era ir à região sul do país, mas a falta de dinheiro fez com que permanecessem no estado do Acre.

No Acre, Raymaris destacou ter dificuldade com a comunicação e com a oportunidade de emprego para mulheres. Acostumada a ter uma vida financeira independente e precisando ajudar o seu esposo nos custos de aluguel e comida, Raymaris começou a trabalhar de empregada doméstica na casa de um rapaz que, segundo ela, é importante para a cidade. Entretanto, o que parecia ser uma boa oportunidade foi, na verdade, um momento de experiência ruim que a migrante teve.

Quando destacamos a experiência da Raymaris como empregada doméstica no Brasil, percebemos que o não conhecimento dos direitos e deveres essenciais, por

parte dos migrantes, pode colocá-los em situações de violências morais, psicológicas e físicas, principalmente as mulheres que ficam mais vulneráveis a esse tipo de situação.

Por fim, no capítulo 4 – **Projeto de Mulheres Migrantes Negras no Brasil** – discutimos sobre os encontros semanais do Projeto de Mulheres Migrantes Negras em Diáspora no Brasil. Na Universidade Federal do Acre, as atividades foram dirigidas pela professora Valeria Rodrigues da Silva, que teve o apoio de estudantes/bolsistas da universidade. Com a participação de 5 mulheres migrantes, sendo duas venezuelanas, uma cubana, uma colombiana e uma peruana, os encontros aconteciam todas as segundas-feiras. Para cada reunião havia uma proposta de atividade que envolvia a trajetória daquelas migrantes e a busca pelos seus direitos como mulher migrante negra no Brasil.

Considerando a riqueza do contato e da vivência das migrantes, optou-se por trazer para o texto o compartilhamento da história dessas mulheres, que são ancoradas em situações de violências, riscos, coragem e recomeços. Nesse caso, nos trechos referentes às reuniões será respeitado a confidencialidade das mulheres, dessa forma, os nomes das migrantes serão fictícios.

Este item teve o princípio de descrever as vivências comuns e particulares das migrantes, as expressões, os sentimentos, as dores e as expectativas que foram abordadas durante as conversas. Podemos destacar que as situações mais levantadas foram os riscos nas fronteiras, a vulnerabilidade que a mulher tem ao atravessar sozinha, os casos de violência física e moral, a dificuldade da comunicação, a necessidade de ter profissionais qualificados e um sistema acessível que permita atender e direcionar as pessoas que chegam no estado.

Ressalta-se a importância que esse projeto teve/têm não só para as mulheres migrantes, mas também para nós mulheres nacionais e pesquisadoras, pois, essa socialização nos permite entender o lugar do outro, bem como incentiva o lado humanizado ao se deparar com as pessoas que chegam no estado em busca da qualidade de vida. Por outro lado, nos intriga o fato das injustiças, dos perigos e das vulnerabilidades serem tão constantes nas vidas dessas mulheres migrantes.

A partir do que foi apresentado, destaca-se que a ideia de “feminização da migração” ainda é algo novo nas fronteiras acreanas. Entretanto, mesmo que a presença do homem-migrante ainda seja a mais visível, a participação das mulheres na mobilidade migratória tem começado a receber destaque nos espaços fronteiriços.

Ainda assim, o crescimento da mobilidade feminina não anula os perigos que também ocorrem na mobilidade masculina.

Desse modo, ao considerar a fronteira acreana como um território de fluxo frequente de migrantes, a pesquisa visou colaborar com a adoção de políticas públicas e ações que garantam a proteção das mulheres migrantes no estado, diminuindo as margens de vulnerabilidade durante a trajetória e a desigualdade entre elas e os homens no mercado de trabalho acreano.

Não obstante, este trabalho teve o intuito de ser um espaço destinado às trajetórias de mulheres-migrantes que muitas vezes não tiveram a oportunidade de serem a autora das suas histórias. Por esse motivo, preservamos a essência das nossas entrevistas para que o sentimento de vulnerabilidade ou de liberdade dessas mulheres seja sentido por você, leitor.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO E GÊNERO

A migração é um processo de deslocamento humano no espaço conhecido desde as primeiras civilizações. Durante a passagem das décadas, as trajetórias foram caracterizadas pelas influências da época, da realidade e das condições vividas pelas pessoas. Entre as mudanças sociais que ocorreram, as políticas de incentivo e proteção às mulheres cresceram, fazendo surgir novas discussões sobre o perfil da migração.

Ao falar da migração das mulheres entramos no debate de gênero, que tem se tornado palco de discussões políticas e acadêmicas no Brasil e no mundo. Apesar das discussões de gênero terem começado no final de 1970 e início de 1980, a relação desse estudo com a mobilidade humana internacional ainda se encontra em estágio intermediário ganhando os devidos reconhecimentos.

O objetivo deste capítulo é discutir a questão do gênero, raça e etnia nas trajetórias das mulheres migrantes e as estratégias das mulheres frente ao deslocamento dos homens, ao longo das trajetórias. O propósito será alcançado a partir da sistematização das principais discussões que trabalham com a temática da migração e gênero, assim como as relações que envolvem a mobilidade humana e o poder do discurso de gênero dentro das trajetórias das imigrantes.

1.1 Migração e gênero

Discutir os processos migratórios se trata de debater a mobilidade espacial da população e entender como um mecanismo de deslocamento populacional influência nos aspectos sociais, políticos e econômicos dos lugares. Assim, a migração pode ser entendida como resultado dos diferentes mecanismos que refletem mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico (Becker, 1997).

Segundo Sayad (1998), a migração é o resultado dos deslocamentos de pessoas no espaço físico, mas não somente, os espaços de deslocamento são qualificados em sentidos, culturas, economias, identidades e políticas, que caracterizam as trajetórias individuais e coletivas dos homens e mulheres de diferentes nacionalidades.

As mudanças nas relações entre as pessoas e o seu ambiente físico começam desde a decisão de emigrar. Quando se trata da saída do país de origem, o sujeito é

condicionado a deixar sua família, a vender/hipotecar sua casa, seus móveis e fazer empréstimos, assim como seus familiares que permanecem no país. Todo o desapego torna-se necessário para possibilitar o custeamento e garantia do trajeto de saída e entrada em outros países (Mamed, 2015, p.83).

Acrescenta-se que consideramos o que Singer (1998) esclarece ser o lugar de origem e lugar de destino. Segundo o autor,

a área de origem não é obviamente o lugar de onde provém determinado grupo de imigrantes, nem mesmo (necessariamente) o lugar onde se originou sua movimentação, isto é, seu lugar de nascimento. A área de origem de um fluxo migratório é aquela **onde se deram transformações socioeconómicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar**, desde que tais transformações já não sejam resultado de outros movimentos migratórios concomitantes ou anteriores (Singer, 1998, p.56, grifo nosso).

Da mesma forma, não se deve considerar um local como sendo de destino somente pelo salto migratório positivo, às vezes essa área pode ser apenas uma etapa de determinados fluxos migratórios. Torna-se necessário distinguir, nos fluxos migratórios, o conjunto dos migrantes que circulam na área, assim como os motivos que os inserem na mobilidade e qual o destino e perspectiva final (Singer, 1998).

Segundo Handerson (2015), as relações que influenciam no deslocamento dos imigrantes e as experiências vividas em cada lugar se trata dos circuitos da mobilidade.

Os circuitos da mobilidade se referem aos lugares percorridos, vividos e praticados pelas pessoas entre diferentes polos do espaço da mobilidade internacional. Os circuitos da mobilidade devem ser entendidos a partir da circulação dos bens, das pessoas e da informação entre diferentes polos e suas implicações sobre a construção dos espaços sociais (Handerson, 2015, p.91).

A expulsão e impulsão do migrante não depende de motivos estáticos, mas varia conforme as mudanças dos séculos e os interesses nacionais. Diversas são as razões que inserem os homens e mulheres nas travessias das fronteiras arriscadas e incertas. Desde os princípios, a migração é tratada como interesse do Estado, o migrante só se torna imigrante quando é (re)conhecido no país que chega, porém esse (re)conhecimento não é dado a partir da sua entrada, mas através da oferta da sua mão de obra (Sayad, 1998). Portanto, seguindo a lógica da migração, o emigrante pode se tornar desconhecido no seu país antes mesmo de se tornar um imigrante.

O imigrante é, antes de tudo, aquilo que pode oferecer de bom ao país receptor, ou seja, a força de trabalho (Sayad, 1998). Logo, a sua condição não é dada como ser humano, mas como imigrante e, a necessidade em “ser conhecido” os levam a

assumirem posições de inferioridade, abuso e preconceitos que podem dificultar a permanência no país que se chega.

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmico), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (Sayad, p.55, 1998).

A dualidade entre continuar existindo ou ser esquecido no país de origem é responsável por direcionar a trajetória dos migrantes. Os/As que deixam as famílias e os filhos para trás se movimentam com a maior necessidade de instalação e sucesso, a responsabilidade de ter que encaminhar dinheiro para os familiares que ficaram no país de origem, trazê-los para o país-chegado e pelas próprias condições de sobrevivência aumentam a necessidade de um emprego, mesmo que seja precário ou inferior a sua qualificação.

Em alguns casos, as mulheres são responsáveis por esse envio e, consequentemente, pelo sustento de suas famílias no país de origem. Em outros casos, contudo, o processo é inverso: em decorrência de situações de desemprego e vulnerabilidade, é a família que, por vezes, envia remessas para as migrantes (Dornelas, 2020, p.140).

Hany Cruz, vivenciou essa “dependência financeira” durante a sua trajetória. Ao chegar em Manaus, contava com a promessa de empréstimo, feito por uma amiga, para que pudesse seguir a viagem até o Uruguai. Entretanto, quando a família precisou do recurso a amiga disse que não poderia mais emprestar, sendo assim foi necessário que a cubana replanejasse o seu destino de acordo com suas condições do momento. A partir disso, Hany buscou ajuda na Cáritas de Manaus, lugar de onde não obtém boas lembranças, pois foi lhe negado assistência com a justificativa de que só recebiam na casa de acolhimento imigrantes venezuelanos.

[...] Quando cheguei à Cáritas diocesana, lá em Manaus, porque o ACNUR queria que eu fosse, a Cáritas diocesana disse: **não podemos ajudá-la porque você é cubana, você não é venezuelana**, nossa ajuda é para venezuelanos. Ou seja, na minha interpretação entendo que quando tu abres um programa, um convenio, um pacto, sei la o que for, sempre tem especificação, porém sempre tem outras rotas, tudo é interesse, todo é vontade, todo é sensibilidade, ao meu entender é assim. Ai ela, na hora que essa mulher **não me considerou um imigrante em vulnerabilidade, ela me considerou uma cubana** (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024, grifo nosso, tradução nossa).

Mesmo em condições subumanas, a necessidade e a pressa de estabilização no país da imigração produzem a ilusão de que o serviço realizado pelo migrante “não está sendo usado apenas para o proveito (exclusivo) daquele ou daqueles que o utilizam (o patrão, a economia, a sociedade ou país de imigração), e sim que está se usando (no sentido de servir e de ser útil) a si mesmo e para si mesmo (Sayad, 1998, p.240).”

A migração é um fenômeno que engloba não só a mudança de um local para outro, mas se trata de um processo em que os sujeitos se colocam em contato- e relação- com outras pessoas, diferentes culturas, valores, saberes e práticas sociais. Nesse contexto, **homens e mulheres expericienciam vivências em que são distintas as relações de poder, as identidades e os papéis desempenhados durante o fluxo e nas próprias relações na família, no domicílio e no mercado de trabalho** (Dornelas, 2020, p.54).

Sayad (1998) aborda o papel da mulher na migração, mesmo sem migrar. A discussão é feita no capítulo: Da mensagem oral à mensagem gravada – a comunicação ausente, nesse momento a mulher (no papel de esposa, mãe ou filha) tem limitações ao fazer a comunicação com o emigrante, devendo ser breve com as mensagens que deve encaminhar e estar atenta quanto o contato com os intermediários.

[...] a mensagem é um ato essencialmente masculino. [...] Mais tímidas, mais prudentes, mais discretas ou mais reservadas, mais sóbrias são as mensagens “masculinas” que as mulheres, à sua moda, quando sua situação no seio da família ou na chefia da família lhes permite, podem transmitir “publicamente” (Sayad, 1998, p.146).

Por “mensagens masculinas” entende-se que são assuntos os quais as mulheres assumem devido as responsabilidades masculinas da sua casa, por exemplo, a gestão de orçamento.

Admite-se que as “mulheres não sabem falar com os homens” (sejam eles quais forem), ou seja, “não sabem” falar de coisas “masculinas” (falar de projetos, o que dá a impressão de que elas decidem; falar de dinheiro e, por conseguinte, dar a impressão de que sabem fazer contas etc.). [...] Muitas vezes, basta que o mensageiro possa dizer: “Sua mãe (ou sua mulher) veio me ver antes que eu partisse, para se despedir e desejar-me boa viagem” (Sayad, 1998, p.147).

A comunicação ausente nos faz compreender a mobilidade a partir do enfoque das redes migratórias, pois elas apontam para a importância das relações de solidariedade que os migrantes constroem entre a sociedade de origem e a de destino (Assis, 2007, p.752). As mulheres, que não migravam, não tinham o contato direto com seus maridos e/ou filhos, quem fazia esse papel era o interlocutor. Na época, o interlocutor era aquele que estava prestes a migrar, sendo assim as mulheres iam até

a casa de quem estava partindo e pediam para que levasse uma informação a um ente familiar.

A rede migratória é um aspecto que está presente direta e indiretamente nos deslocamentos, é a partir das relações entre os migrantes e não migrantes que as redes são construídas, auxiliando a trajetória daqueles que cruzam as fronteiras.

A pessoa migrante não atua isoladamente, mas sim, circundada por redes de apoio – compostas por atores diversos – que agem tanto em seu país de origem, quanto no país de destino. As redes podem ser vistas como nós que conectam os migrantes, ex-migrantes e pessoas que nunca se deslocaram para outro local, mas que compartilham laços pessoais, como parentesco, relações de amizade ou ajuda mútua (Massey, 1993 *apud* Dornelas, 2020, p. 44).

É comum encontrar migrantes que escolhem o Brasil, como país da imigração, porque já tinham familiares ou amigos residindo no país, nesses casos acontece de o migrante chegar e já ter indicação de emprego e local para se acomodar.

A rede também se estabelece a partir das relações estratégicas como: por onde sair, por onde entrar, quem procurar durante o caminho (agenciadores) e quais as rotas mais baratas e/ou seguras. Portanto, as redes de deslocamento apresentam a função de estabelecer a solidariedade entre os migrantes e não migrantes (na maioria sendo representados pelos familiares).

As redes parentais, ao fazerem parte das redes migratórias, são imprescindíveis para as famílias que migram entre o campo e a cidade ou entre um país e outro. A presença e a participação da família do migrante no processo é um fator de atração que “puxa” aqueles que pretendem migrar, constituindo-se numa verdadeira corrente migratória. Todo o processo se realiza a partir das relações, os que já habitam no país motivam os demais a virem (Lisboa, p.73, 2003).

A migração articulada por redes deixa de ser vista apenas como decisão racional de um indivíduo para ser encarada como uma estratégia de grupos familiares, de amizade ou de vizinhança em que as mulheres e os homens se inseremativamente (Assis, 2007).

Handerson (2015), citando Massey (1988), define “rede migratória como um conjunto de relações interpessoais que ligam os migrantes, os futuros migrantes e os não-migrantes nos espaços de origem e de destino, através dos laços de parentesco, de amizade e uma origem comunitária compartilhada (Handerson, 2015, p.176).”

Camacho (2010), ao analisar a influência da globalização e da mundialização na migração das mulheres chilenas para o Equador, destaca que as crises econômicas, sociais e políticas são as que mais conduzem as mulheres a

atravessarem a fronteira. O deslocamento das centenas de chilenas que possuem uma boa qualificação para suprir as necessidades do mercado laboral equatoriano é entendida como uma consequência da crise do mercado econômico.

O espaço receptor não é o único afetado pelo deslocamento em massa dessas mulheres, muitas das que deixam o país de origem são professoras, enfermeiras e advogadas que ao se deslocarem ampliam o desemprego nas áreas básicas do país de origem. Contrariamente, essas mulheres, mesmo com alta qualificação assumem trabalhos inferiores à sua qualificação no país receptor.

Segundo Camacho:

O papel dos migrantes na sociedade receptora será, com muita frequência, o de preencher os segmentos de trabalho não desejados pelos trabalhadores nacionais e, se estiverem sem documentos, desempenharão a mesma função, mas com maiores desvantagens salariais e piores condições de trabalho (Camacho, 2010, p.13, tradução nossa)⁴.

Ainda mais,

De fato, nos países de destino, os trabalhadores nacionais, alimentados por um tratamento político perverso da questão migratória e reforçados pelo papel de desinformação desempenhado pela mídia local, veem a população imigrante como um bode expiatório para seus problemas de salários, desemprego, insegurança etc. Dessa forma, os conflitos se intensificam, pois os nacionais frequentemente veem os imigrantes como um fator negativo para sua situação no mercado de trabalho. Dessa forma, os conflitos se intensificam, pois os nacionais frequentemente veem os imigrantes como um fator negativo para sua situação no mercado de trabalho (Camacho, 2010, p.14, tradução nossa)⁵.

Assim, segundo Scwinn e Costa (2016), a migração humana, em tempos de globalização do capitalismo, é mais que um direito social-humano, é um privilégio submetido ao acesso a recursos econômicos, sujeito a critérios de discriminação por raça, nacionalidade, sexo, classe social e idade.

Sobre a influência das estratégias governamentais e a importância do trabalho para o migrante, Martins aponta que:

⁴ No original: el papel de los y las inmigrantes en la sociedad receptora será – con mucha frecuencia – cubrir los segmentos laborales no deseados por los trabajadores y las trabajadoras nacionales, y si se trata de un individuo en situación irregular, cumplirá la misma función, pero con mayores perjuicios salariales y en peores condiciones laborales.

⁵ No original: en efecto, en los países de destino, los trabajadores y las trabajadoras nacionales, atizados por un manejo político perverso de la problemática migratoria, potenciado por el papel de desinformación jugado por los medios de comunicación locales, ven en la población inmigrante un chivo expiatorio para sus problemas de salarios, desempleo, inseguridad, entre otros. Así, los conflictos recrudecen, pues los nacionales ven, con frecuencia, a los inmigrantes como un factor negativo para su situación en el mercado laboral.

O trabalho e sua força não esgotam a compreensão do migrante inserido no movimento do espaço e de si mesmo, somente ressaltam (e por muitas vezes, de forma superficial) o papel político e social do ato de migrar e sua relevância em entender o processo de acumulação capitalista, mas não apontam o paradoxo da migração e a compreensão do outro e de si na partida, na chegada e no retorno, assim como nos espaços aí envolvidos pelas relações (Martins, 2019, p.22).

O *espaço migrante* leva em consideração o lugar que o migrante está em relação ao que saiu e inclui a visão de que a migração é uma opção que surge a partir das necessidades contraditórias e desiguais calcadas em espaços políticos (Martins, 2019). Com isso, entende-se que os Estados não são os únicos agentes motivadores do deslocamento e que o trabalho não é o único aspecto levado em consideração ao estudar a migração das mulheres, pois a dinâmica das trajetórias diz também sobre as condições políticas, ambientais e sociais de cada um e do país em que se vive.

A migração não é apenas um deslocamento físico entre lugares distintos, mas é também um fenômeno que envolve diferentes sujeitos em constante interação, seja na sociedade de origem, seja na de destino. Contudo, tanto o ato de se deslocar, quanto a própria inserção dos migrantes no país receptor – contempla não só aspectos econômicos, mas sociais e políticos, que não podem ser deixados de lado nas análises (Dornelas, 2020, p.45).

A intensidade dos movimentos migratórios tem crescido no mundo, como consequência há o crescimento das discussões políticas, principalmente, que tentam entender os motivos que influenciam nos deslocamentos e a situação dos imigrantes nas fronteiras. Ressalta-se que a migração não é um fenômeno homogêneo, mas pode ser entendida e transmitida por discursos generalizados que contribuem com o crescimento de preconceitos e pensamentos marginalizados sobre os imigrantes.

Nos últimos anos tem se concretizado uma série de leis e decretos que estabelecem o controle da migração⁶, passando por cima das normas internacionais que classificam a migração como um direito fundamental. Nesse sentido, muitos países de destino abordam a migração como um problema social (Schwinn; Costa, 2016).

A idealização de “crise migratória”, termo comumente utilizado por governantes e em portais de notícias, denota um pensamento pejorativo sobre os imigrantes. O uso de “crise migratória” para descrever a situação de vulnerabilidade dos imigrantes transpõe a “ideia de que os processos migratórios impõem problemas aos países receptores, que precisam lidar com um contingente significativo de migrantes

⁶ No segundo capítulo será discutido como as ações de restrição – de outros países – aos imigrantes e refugiados influenciam no movimento migratório que tem o estado do Acre como passagem.

adentrando seus territórios” (Moreira; Borba, 2021, p.2), pressupondo que o imigrante é um problema e ao chegar em grande número desestabiliza/ameaça a identidade nacional do país que o recebe.

Alguns estudos já propõem o desuso do termo “crise migratória”, que remete a incapacidade dos migrantes no país da imigração, pelo uso da expressão “migração de crise”. A simples mudança na linguagem possibilita compreender que o ambiente físico, social e os fatores desestabilizadores impulsionam o deslocamento das pessoas no espaço fazendo com que a migração não seja um fator de escolha.

Para determinados grupos impactados pelas crises, a migração não é sequer uma opção, em virtude de vulnerabilidades particularmente em populações atingidas que impedem a materialização da transposição fronteiriça. Logo, o aperto das “migrações de crise” abrange tanto aqueles que se movem supostamente por reunir condições para partir quanto os que ficam em razão da ausência destas e de meios externos à sua escolha (Moreira; Borba, 2021, p.3).

As causas dos desdobramentos socioeconômicos, políticos, ambientais e humanitários são levados em consideração ao estudar as trajetórias daqueles que percorrem uma migração de crise. Portanto, os

migrantes de crise são pessoas fugindo da fome (ou da insegurança alimentar), da seca – entre outros fenômenos ambientais (que igualmente podem ocasionar fome) – e de conflitos armados internos ou interestatais, entre outras situações de graves violações de direitos humanos e marcadas por profunda violência (Moreira; Borba, 2021, p.8).

A migração de crise não é exclusiva daqueles que migram, também se refere aos que permanecem no país em crise.

A mobilidade humana, de modo geral, deve ser discutida a partir das condições que antecederam a trajetória daqueles (homens e mulheres) que deixaram o seu país, as expectativas que foram construídas durante o caminho e os (des)encantos ao chegar no destino. Essa ordem cronológica presente no fenômeno migratório é destacada por Sayad (1998), que justifica a necessidade de entender primeiro a emigração para só em seguida falar sobre a imigração. Algumas relações destacadas pelo autor não são exclusivas da migração masculina, por isso fizemos a inter-relação de entendimentos e conceitos que também abrangem as trajetórias femininas.

Como desenvolvido desde o começo, optamos pelas discussões que não tratam a migração como um fenômeno análogo, acreditamos que cada deslocamento é marcado por diferentes fatores que impulsionam e atraem os imigrantes, seja a economia, a política, a cultura ou a fuga.

Ao destacar a trajetória da migração feminina, a discussão de Gênero se une aos fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais, isso não significa dizer que os homens não se deparam com as mesmas situações, mas quando se trata das mulheres os efeitos são intensificados.

Segundo Rosário (2019), os debates sobre gênero tiveram um impulso durante o pós-Guerra Fria, tendo em vista o surgimento de abordagens feministas que buscavam a assimetria da reconstrução das identidades e a relação do gênero. Entretanto, quando tratamos das mulheres a migração, é somente na década de 1980 que elas começam a ser percebidas como autoras sociais e econômicos.

A utilização do gênero como categoria de análise possibilitou a compreensão das novas realidades resultantes do fim da Guerra Fria, período em que o impacto das teorias feministas nas Relações Internacionais convergiu com a eclosão de algumas guerras étnicas na década de 1990, que trouxeram à tona a utilização sistemática e política do estupro como instrumento estratégico para a realização de genocídio e de limpeza étnica (Rosário, 2019, p.35).

Dornelas (2020), influenciada por Castro (2006), Morokvasic (1984), Chant (1992), Massey e Espinosa (1998), destaca três momentos distintos do estudo de gênero e da mobilidade territorial. O primeiro período é caracterizado pela negação e minimização das mulheres nos fluxos migratórios. Posteriormente, os estudos começaram a dar visibilidade para a questão das mulheres, enfatizando a diferença entre as migrações femininas e masculinas, a fim de obter conceitos que explicassem as distinções. Apesar da superação nos estudos, os trabalhos ainda estavam centrados na oposição da relação entre o público e o privado, conforme afirma:

A mulher aparecia na migração como um ser social e privado, enquanto o homem surgia como um indivíduo econômico e público. Nesse sentido, os trabalhos pioneiros focavam na identificação das causas para o deslocamento, que no caso dos homens eram motivados por razões econômicas e, para as mulheres, por motivações sociais (Gil, 1997 *apud* Dornelas, 2020, p.53, grifo nosso).

A ideia de gênero estava centrada na estrutura familiar e no papel que o homem e a mulher assumiam dentro da família: o homem tinha a função de ser o provedor do lar, destinado a trabalhar fora e colocar a comida na mesa; já para a mulher ficavam as atividades domésticas como lavar, passar, cozinhar e a educação dos filhos. “Os homens eram percebidos como os únicos protagonistas da mobilidade internacional, enquanto as mulheres eram vistas como aquelas deixadas para trás ou que passivamente seguiam seus maridos” (Rosário, 2019, p.37).

O terceiro momento é o que persiste até a atualidade. Os novos estudos destacaram diferenciais que antes eram ignorados, como as estratégias para o deslocamento, a inserção na sociedade de destino e as relações de gênero construídas ao longo da migração (Chant 1992 *apud* Dornelas, 2020, p.53).

Com base em estudos feministas, o gênero é entendido como uma construção social, que é marcada por relações de poder, diferenças culturais, sociais e econômicas. Não se trata, portanto, de apenas inserir o “feminino” como uma categoria em determinados estudos, mas compreender como as desigualdades de gênero e as relações de poder aparecem como categorias determinantes para se pensar em transformações a níveis micro e macroestruturais no fenômeno migratório (Dornelas, 2020, p. 53).

Desse modo, o gênero é uma construção simbólica contida de atributos direcionados às pessoas a partir do sexo, é a percepção de sexualidade que abrange a diferença sexual, histórica e cultural. A identidade sexual está embutida no gênero, mas não estão condicionados um ao outro de forma reducionista (Lisboa, 2003).

Nessa atual perspectiva, as problemáticas baseadas no olhar através do gênero impõem uma maneira diferente de compreender o conhecimento humano, partindo de três concepções:

1. Abre desde o macro até o micro, da organização social às pessoas, da casa ao Estado, do Estado ao mundo [...] redefinindo as bases de poderes.
2. Inclui o propósito de revolucionar e desconstruir a ordem dos poderes entre os gêneros.
3. Exige uma nova postura diante da concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, ou seja, põe em crise a legitimidade do mundo patriarcal (Lisboa, 2003, p.19).

Com o avanço das políticas de proteção e as mudanças no mercado de trabalho, as mulheres começaram a assumir novas funções dentro da sociedade, ampliando a escala micro (organização familiar) para a macro (bases de poderes, Estado-mundo). Ao mesmo tempo que a ampliação das escalas permitiu a maior participação das mulheres nos espaços públicos, os casos de xenofobia, vulnerabilidade, exploração e violência contra as mulheres migrantes aumentaram.

Os projetos migratórios não são totalmente individuais e involuntários, existe uma influência de relações e dominações que conduzem as trajetórias femininas. Partindo desse pressuposto e para fugir de entendimentos generalizados sobre essas trajetórias, Rosário (2019) propõe o entendimento da migração feminina a partir da ideia de Interseccionalidade.

Trabalhar com uma perspectiva interseccional é, em primeiro lugar, não mais tentar apreender ou analisar a realidade através de um ou outro conceito isoladamente, como é o que se tentava fazer a partir do conceito de gênero; em segundo lugar, é pensar categorias de classificação dos sujeitos de forma relacional e articulada. Desse modo, as experiências vivenciadas por meio dessas categorias não são dissociadas umas das outras, e muito menos podem ser combinadas como se fossem um “lego” (Rosário, 2019, p. 28).

Abrangendo as perspectivas abordadas por Lisboa (2003), a experiência das viúvas brancas representa um dos exemplos de como as mulheres assumem e dominam o seu espaço dentro da sociedade. As viúvas brancas da província de Oneta, eram mulheres casadas que permaneciam sozinhas nas aldeias enquanto os maridos migravam para outro país. Quando os homens estavam distantes, cabia as camponesas a responsabilidade pela manutenção do grupo familiar, além do cuidado com as crianças, com os membros mais velhos da família e a administração da casa (Pereira, 2015).

Em Oneta, era comum a migração dos homens e a permanência das mulheres na península, movimento passado de geração em geração. Desse modo, tornou-se realidade o fato de que quando os homens estavam fora ou quando não retornavam, as mulheres trabalhavam fora de casa, jogavam baralho e visitavam armazéns para conversar com outras mulheres, ou seja, tornavam-se independentes e chefes da sua família.

A independência das camponesas fazia com que algumas delas não aceitassem migrar junto com os maridos ou quando migravam não se adaptavam. A história da camponesa Giustina Lippi (1881-1969), contada por sua neta, é um exemplo dos diferentes comportamentos presentes na mobilidade migratória.

Pereira (2015) conta o caso de Giustina Lippi que teve o marido emigrante para os Estados Unidos quando ainda estavam noivos, retornando para o casamento e em seguida partindo novamente. Durante a segunda gravidez, Giustina decidiu emigrar junto com o marido, mas não obteve êxito na imigração. O relato aponta que Giustina se deparou com uma realidade diferente da que estava acostumada: não saia de casa, não tinha contato com outras pessoas, não trabalhava fora e cumpria demasiadamente as tarefas e “obrigações” da casa, atividades que tradicionalmente as mulheres assumiam. Não se sabe quanto tempo Giustina permaneceu no país da emigração, mas conta-se que logo retornou ao país de origem. Entre muitos outros fatores que se destacam na trajetória, a privação da liberdade, o trabalho fora de casa

e a não familiaridade com o local foram os motivos que mais implicaram no retorno da camponesa para província (Pereira, 2015).

Segundo Dornelas,

no país receptor, é comum que várias mulheres migrantes tenham dificuldade em se integrar à sociedade, principalmente em espaços públicos e fóruns de participação política, devido à pouca experiência nesses ambientes no país de origem. Outras têm que lidar com expectativas e cobranças relacionadas a papéis de reprodução e cuidado familiar, o que as sobrecarrega e influí no modo como elas estabelecem suas relações no país de destino (Dornelas, 2020, p.54).

A presença das mulheres nos espaços públicos problematiza os poderes patriarcais de gênero, por isso o aumento do protagonismo da mulher dentro da sociedade exige uma nova postura social diante dos valores e modos de vida em sociedade. Além do estereótipo do gênero, a cobrança do cuidado familiar também pesa mais sobre as mulheres migrantes.

Mesmo com a distância geográfica, mães migrantes que vivem longe de seus filhos não necessariamente abandonam suas responsabilidades no cuidado, além de vivenciarem sentimentos como vergonha e desesperança. Esses sentimentos são, principalmente, baseados em construções sociais e normas morais que definem o que é uma “boa” mãe e quais seriam suas obrigações em relação à família. Ao migrar sem os filhos, por essas concepções, a mulher estaria rompendo com os vínculos e expectativas morais e sociais sobre a maternidade ideal (Dornelas, 2020, p.61).

No modelo histórico-estrutural não há preocupação especial com o deslocamento das mulheres, porque a migração é entendida como um processo macrossocial, ou seja, o foco não está nas pessoas que migram, mas nos grupos sociais definidos pelo seu acesso aos meios de produção (Camacho, 2010). Assim, o gênero passa a ser entendido como uma categoria de análise que

procura desmontar as explicações essencialistas das assimetrias sexuais e mostrar que estas são o resultado de uma construção social, cultural e histórica e reconhecemos que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, uma forma básica de significar as relações de poder. (Camacho, 2010, p. 36, tradução nossa).

Os estereótipos acerca do gênero feminino, a diferença entre a língua, os estigmas sociais, étnicos, econômicos e políticos influenciam a vulnerabilidade das mulheres migrantes durante a trajetória e permanência no país receptor.

Na tentativa de exemplificar quais são as principais relações de poder que interferem na desigualdade social das mulheres migrantes, desenvolveu-se a figura 1.

Figura 1: Relações de poder que interferem na trajetória das mulheres migrantes



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Dornelas (2020).

A partir da interseccionalidade é possível fazer uma analogia da situação da mulher no contexto migratório e uma avenida movimentada. As avenidas movimentadas são os estigmas, em certos lugares estas avenidas se cruzam, enquanto isso a mulher é aquela que se encontra no entrecruzamento e que precisa enfrentar os fluxos de confluem (Rosário, 2019).

Observa-se, portanto, que estão incluídas as motivações sociais, econômicas e políticas como fatores que mais interferem na desigualdade da mulher no espaço, o tamanho reduzido da representação feminina é proposital, a fim de transpor sensação de inferioridade e vulnerabilidade que a mulher fica diante dos circuitos que a circunda.

O entrecruzamento de categorias como gênero, classe e raça condiciona essas mulheres a uma situação de vulnerabilidade, que se acentua, também pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação. Suas vivências, experiências e trajetórias são afetadas por conjunturas econômicas, políticas e sociais, que necessitam de ser analisadas a partir de uma perspectiva interseccional e de gênero (Dornelas, 2020, p.60).

Apesar de estarem em forma de conjunto, as interseções não são dependentes umas das outras, um único poder (ambiental, econômico, social, familiar) é capaz de limitar a transitoriedade e permanência da migrante, intensificando os casos de preconceito, exploração e exclusão no país da imigração. Os estigmas sociais e culturais são distintos e variam conforme os países, gerando a maior complicação das

mulheres migrantes na sociedade em que se chega, mostrando-nos que as identidades não estão “prontas” ou “dadas”, mas são construídas constantemente, por meio de relações sociais e processos intersubjetivos (Dornelas, 2020, p.181).

Conforme Rodriguez et.al (2020),

as mulheres migrantes têm dificuldades relacionadas com o acesso a direitos sociais e recursos públicos. Sendo a migração historicamente reconhecida como uma ação feita por homens, as legislações e políticas públicas tem se desenvolvido sem levar em conta sua existência e sua agência dentro das estruturas do poder econômico, político e social (Rodriguez; Maria et. al, p.61, 2020).

Segundo a Organização Internacional para as Migrações – OIM, entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2024 mais de 37.100 imigrantes participaram do projeto de integração socioeconômica de pessoas migrantes no Brasil. Os projetos de integração contam com atividades de capacitação, treinamento e cursos profissionalizantes que preparam/qualificam essas pessoas para o mercado de trabalho brasileiro (Figura 2).

Figura 2: Quadro de empregabilidade no Brasil realizado pela OIM em 2024



Fonte: OIM - ONU migrações, 2024⁷

De acordo com o apresentado, a presença das mulheres imigrantes é maior nas repartições de capacitação, treinamento e profissionalização em cursos, mas

⁷ Disponível em:

https://brazil.iom.int/ptbr/search?keywords=integra%C3%A7%C3%A3o%20socioecon%C3%B4mica%20de%20pessoas%20migrantes%20no%20Brasil%20&created=All&sort_bef_combine=search_api_relevance_DESC&page=1

quando comparada às contratações, os homens prevalecem. Dentro da discussão de gênero essas diferenças estão diretamente ligadas ao comportamento patriarcal da sociedade e com a divisão internacional do trabalho, os homens mesmo que não tenham qualificação são os mais visados.

A divisão sexual do trabalho atua nos arranjos sociais, posicionando ou limitando ações desempenhadas de acordo com o gênero: “mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras; cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional (Biroli *apud* Dornelas, 2020, p. 122).

O mercado de trabalho é um dos setores que mais diferencia os migrantes de acordo com o sexo. O relatório anual OBMigra de 2022 nos comprova que: “Em 2016, as mulheres representavam apenas 23,3% do total de 1.370 angolanos inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro (Santos, 2018 *apud* Cavalcanti, I.; Oliveira, t.; Silva, b. g, 2022, p.8), enquanto os homens ocupavam aproximadamente 70% dos postos de trabalho no país” (Tonhati, 2020 *apud* Cavalcanti, I.; Oliveira, t.; Silva, b. g, 2022, p.9).

A **dificuldade para se inserir no mercado de trabalho**, para muitas mulheres migrantes, observa-se em razão de algumas questões, que envolvem a **situação econômica do Brasil, a dificuldade com o idioma, a necessidade de vistos específicos e procedimentos como a revalidação de diplomas**- que é um processo burocrático e com alto custo – mas, sobretudo, por questões que envolvem gênero, origem e outros marcadores sociais (Dornelas, 2020, p. 142, grifo nosso).

A pouca ou a não inserção da imigrante no mercado de trabalho formal impulsiona o crescimento de empreendedoras imigrantes no Brasil, considerando a imagem anterior: das 5.961 pessoas que participaram dos treinamentos de empreendedorismo, 79% eram mulheres, ou seja, 4.709,19 imigrantes, enquanto a participação dos homens (imigrantes) foi de 21% na mesma categoria.

A intensificação das mulheres no mercado de trabalho, a partir da década de 1960, impulsionou a demanda por mão de obra feminina, mas apesar de uma melhor escolarização e qualificação, no caso de mulheres migrantes ainda ocorre um direcionamento para certas ocupações tradicionalmente atribuídas a mulheres, como os serviços domésticos; além do mais, essa inserção não é diferenciada apenas por gênero, mas também por origem nacional (Rosário, 2019, p.83).

Além da autonomia financeira, o empreendimento que aborda a perspectiva cultural por meio da gastronomia, do idioma falado, das músicas ou do uso de roupas que remetem a elementos e costumes do local de origem evidenciam também uma forma de resistência cotidiana. A comida, principalmente, é um dos elementos que

mais evoca a memória e possibilita que os vínculos com o país de origem sejam mantidos. Além disso, também é uma alternativa para ter a maior autonomia financeira (Dornelas, 2020).

Santos (2023) apresenta na sua tese o caso da haitiana, Berlande Baptiste, é um dos exemplos de alguém que buscou reconstruir e reaproximar a sua identidade no país que migrou, nesse caso o Brasil. A imigrante engravidou enquanto trabalhava em uma padaria, na cidade de Porto Velho, motivo esse que foi suficiente para sua demissão. Tornando-se necessário uma renda para que ela e seu marido pudessem se manter no Brasil e para poder mandar dinheiro para o filhos que ficaram no Haiti, Berlande abriu um restaurante na cidade rondoniense. No restaurante vendia-se comidas haitianas, sendo a atração para outros imigrantes que estavam na cidade como também para brasileiros, que iam se familiarizando com a culinária.

Infere-se, portanto, que para a mulher imigrante o empreendedorismo não é um ponto completamente negativo, é claro que se pensarmos a partir dos direitos trabalhistas: salário fixo, gratificações etc., haverá desvantagens. Entretanto, é por meio desta iniciativa que muitas mulheres vivem a sua independência financeira e autonomia pessoal, além de ser uma forma de evitar os casos de exploração e subordinação aos empregadores que muitas vezes usam essas imigrantes como mão de obra barata. Porém, apesar de ser um meio de sobrevivência dessas mulheres, a setor que mais atrai as migrantes são os serviços domésticos, visto que o empreendedorismo também existe um investimento de capital.

1.2. Pensando a feminização da migração

O estudo da migração de gênero desconstrói a ideia de que o deslocamento ocorre de forma igual para os homens e as mulheres. Conforme as discussões apresentadas no tópico anterior, as relações de poder influenciam ativamente na trajetória das mulheres. Os estereótipos de gênero, raça, classe e etnia são capazes de direcionar o percurso das migrantes dentro e fora do país de origem. Dessa forma, discutiremos como a interseção entre Gênero e migração influenciam na chamada “feminização da migração”.

Os primeiros estudos que falam sobre a migração destacam as movimentações dos homens que iam para outros países em busca de novas oportunidades enquanto as mulheres permaneciam no país de origem, ou quando migravam tinham a função de acompanhantes do marido. Já a mulher, por muito tempo, teve a sua trajetória

invisibilizada dos estudos migratórios, isso não significa dizer que elas não migravam, mas que os efeitos das movimentações eram secundários. Conforme afirma Rosário, “a feminização da migração não é um fenômeno recente, mas sim o discurso sobre o protagonismo de mulheres em deslocamento (Rosário, 2019, p.39)”.

A mulher como figura de mera acompanhante tem mudado à medida que a globalização conecta os diferentes países, as políticas de proteção à mulher crescem e as novas organizações do trabalho passam a inserir as mulheres no mercado formal, contribuindo com o aumento da independência das mulheres.

Segundo Bahia,

a presença das mulheres não constitui um fenômeno novo nos fluxos migratórios, entretanto, as mudanças no papel da mulher e a globalização nos países de origem e de destino mostram que elas migram de modo distinto do passado, isto é, independentemente de sua família, sendo protagonistas no processo e se tornando chefes, sendo seus trabalhos, em terras estrangeiras, cruciais para a renda familiar (Bahia, 2015, p.186)

Segundo Assis (2007), a influência do gênero na migração internacional parte do recorte histórico-temporal que é marcado pela distribuição desigual entre homens e mulheres em diferentes épocas da história, cada movimento é marcado pelo discurso político internacional do momento correspondente. Além da transgressão dos limites sexuais impostos pela sociedade, os problemas conjugais e a violência física, a impossibilidade de divórcio, os casamentos infelizes e desfeitos, a discriminação contra grupos femininos específicos, a ausência de oportunidades e as motivações econômicas são os principais motivos para que as mulheres migrem (Assis, 2007).

Em determinadas situações “a experiência de migrar é algo libertador, ser migrante pode significar ter a liberdade de experimentar suas escolhas, possibilitando uma ressignificação de seus conflitos com a família de origem e de sua diferença no interior de suas redes sociais” (Bahia, 2015 p.188).

Segundo Dornelas (2020), os novos estudos migratórios apresentam um panorama que diz respeito à maior autonomia das mulheres no processo decisório de migrar. O atual momento representa a trajetória de mulheres que assumem a centralidade no envio de recursos às famílias que ficaram no país de origem e a amplitude das experiências vividas no país de destino pelas imigrantes. Segundo Milesi e Marinucci, 2016 *apud* Dornelas, 2020, as novas concepções apresentam três abordagens que contemplam esse novo processo:

1. O aumento quantitativo das mulheres nos fluxos migratórios;

2. A mudança do perfil dessas migrantes;
3. Uma maior visibilidade de questões de gênero nas questões sobre o tema.

A ideia da feminização da migração, que surge a partir do crescimento do deslocamento independente das mulheres, amplia as discussões que colocam o gênero como circunstância fundamental para tratar a desigualdade reconhecida na trajetória da mulher migrante.

[Na feminização da migração] além de atentar para o aumento dos fluxos compostos por mulheres, faz-se relevante refletir sobre as questões que diferenciam a experiência e a trajetória delas em relação às dos homens. Nesse sentido, não se trata de resumir a discussão a uma questão “numérica”, em que a necessidade de se discutir a migração se justifique só pelo fato de mais mulheres migrarem, mas, sim, compreender as dessemelhanças e desafios que existem entre os públicos migrantes (Peres e Baeninger, 2016 apud Dornelas, 2020, p. 52).

Mesmo se tratando de motivos diversos, existem pelo menos três tipos de migrações que mais afetam as migrantes, são as por patrilocalidade, a econômica e a de refúgio por motivo de gênero. A primeira se refere às mulheres que deixam o seu país para morar no país de origem do marido ou para acompanhá-lo. Posteriormente, os fatores econômicos – embora afetem os homens – impulsionam mais ainda o deslocamento das mulheres quando levamos em consideração a divisão de tarefas por sexo, a distribuição da herança e a informalidade do mercado laboral. Por último, a migração de refúgio por motivos de gênero faz referência às mulheres que não têm o status, a vida e os desejos estabilizados na sociedade de origem (são os casos de matrimônios indesejados, trabalhos sexuais, mães solas ou vítimas de agressões sexuais, desemprego...) (Juliano *apud* Rodriguez et.al, 2019).

Complementa-se que:

Alta escolarização e motivação de ordem não-econômica são aspectos que caracterizam fluxos migratórios contemporâneos de mulheres, demonstrando a necessidade de se lançar um olhar para as migrações que não apenas ressalte a sua participação, mas que contemple a perspectiva de gênero (Rosário, 2019, p.43).

Ressalta-se, novamente, que as abordagens que colocam as mulheres na rota da migração não são estáticas e homogêneas, há diversas variáveis que influenciam no maior número de mulheres nos fluxos, quais sejam: “a formação das redes migratórias, os deslocamentos forçados, demandas do mercado de trabalho, a reunificação familiar, bem como a busca por emancipação frente a quadros de opressão e exploração nos locais de origem” (Dornelas, 2020, p.51).

Concorda-se com a Gil (2004) sobre as migrações estarem relacionadas com a realidade global. As motivações e os fluxos migratórios são impulsionados conforme as necessidades dos países de origem e de imigração, assim como a escolha por quem migra: homem ou mulher, jovem ou adulto, sozinha ou acompanhada.

Os fluxos migratórios põem em contato os sistemas de desigualdade de gênero, classe e etnia de duas sociedades diferenciadas e, por isso, a análise de certos processos em que ambas as sociedades estão envolvidas deve incluir a perspectiva transnacional. Assim, a construção ou alteração das desigualdades de gênero não pode ser analisada isoladamente de uma realidade global. (Gil, p. 259, 2004, tradução nossa).

Segundo Oliveira e Tonhati (2022), as migrações internacionais no Brasil passaram por diversas mudanças durante a última década (2011-2020). Entre as mudanças, destaca-se o processo de feminização da migração devido o incremento dos países do Sul-Global.

O ano de 2019 foi o com maior número de registro de mulheres na série histórica analisada com 80.711. E comparando os anos de 2011 e 2021, o número de mulheres imigrantes registradas em 2021 é aproximadamente 3 vezes maior que o de 2011, isso levando em conta que o ano de 2021, ainda, apresentou os números impactados pela pandemia da Covid-19, mas já retomou o número próximo ao de 2019, com 67.722 registros - o segundo maior número na década (Oliveira; Tonhati, 2022, p.11).

Segundo Rodriguez *et.al* (2019), o aumento das mulheres na composição dos fluxos migratórios não está ligado somente ao fato de que as mulheres têm migrado com mais frequência, mas também está vinculado ao não reconhecimento e registro dessas mulheres durante o tempo que foram retratadas como acompanhantes dos maridos e da família. Desse modo, a invisibilidade da mulher no processo migratório durante muito tempo influenciou nas estatísticas e agora com as novas demandas sente-se os efeitos dos números que tendem a crescer.

Segundo Rosário,

A feminização da migração trata não só do crescimento do volume, mas principalmente da diversificação, das estratégias de mobilidade feminina. Mulheres em movimentos estabelecem diversas formas de pertencimento e através de seus processos migratórios tornam-se agentes de mudança no país de residência e de origem, por outro lado, enfrentam, também novos problemas familiares, identitários, intergeracionais, de saúde, discriminação e violência (Rosário, 2019, p.132).

O uso do termo “feminização” não é único nos estudos. Gil (2004) é uma das pesquisadoras que adota a ideia de generização para descrever as desigualdades apresentadas na migração das mulheres e dos homens. Segundo a autora, a

preferência pelo termo - generização – está ligada ao fato de que as desproporcionaisidades estão relacionadas com as situações de gênero (mulher e homem) e não à ideia do feminino.

A organização da produção e reprodução segundo o gênero no seio do grupo social, bem como as relações de poder entre os gêneros, têm estado diretamente implicadas na emergência da migração. A organização dos grupos domésticos face à crise reprodutiva tem afetado homens e mulheres de forma diferente, uma vez que foram as mulheres que viram seus encargos econômicos aumentarem em maior medida. Por outro lado, são os homens que acumulam maior poder econômico e social em termos de autoridade de decisão, de modo que não só aceitaram como também promoveram a migração das mulheres (Gil, p. 261, 2004, tradução nossa).

O conceito de generização também contempla a ideia deste trabalho, visto que o fato de ser mulher (gênero) é um dos principais motivos que vulnerabiliza as migrantes durante as trajetórias. Atenta-se, também, para o uso de “trajetórias” que faz referência ao percurso e às experiências vividas durante o processo de deslocamento até a chegada no Brasil, pelo estado do Acre, e a perspectiva de acolhida no estado.

O enfoque dos gêneros nas migrações internacionais problematiza as visões universalistas do processo migratório, pois a feminização das migrações expressa, sobretudo a necessidade de analisar qualitativamente as estratégias migratórias, por isso, o marcador de gênero favorece as análises do perfil do migrante contemporâneo, das representações de novos contextos migratórios, bem como na formulação de políticas de migração (Rosário, 2019, p. 26).

Como apresentado, a categoria de gênero é o que permite entender as desigualdades entre os homens e as mulheres nas trajetórias migratórias. As desigualdades sociais entre os sexos é um comportamento que já está presente entre os nacionais e com a migrante não é diferente.

Considerando os fatores que transitam sobre a feminização da migração, nos cabe refletir sobre como as mulheres não sofrem só por serem mulheres, mas também pelos efeitos das ideologias de raça, etnia e classe.

Os homens e mulheres migrantes de pele negra têm possibilidades de educação, moradia, saúde e trabalho diferentes dos de cor de pele branca, salvo exceção quando a classe entra nessa soma e favorece o indivíduo. A partir disso, é perceptível como as vertentes de gênero, classe e raça estão ligadas e atravessam a trajetória dos migrantes (Dornelas; Ribeiro, 2018, p.260).

As diferenças de tratamento devido a classe, raça e etnia é observado entre o não-migrante, o migrante e entre os próprios migrantes. Handerson (2015), ao analisar

a migração das dinâmicas da mobilidade dos haitianos no Brasil destaca como a categoria de raça interfere na inserção da imigrante no mercado de trabalho.

Interessa observar não haver simplesmente uma divisão sexual do trabalho, mas uma articulação de divisões sexuais, sociais, étnico-raciais e internacionais do trabalho. A divisão sexual do trabalho parece ser um pouco rígida pelo fato de poder mascarar as suas outras divisões. Por exemplo, mesmo as mulheres exercendo serviços domésticos, entre elas ainda persiste a divisão de salários (classe), conteúdos raciais e nacionalidade de origem. Há uma hierarquia sociocultural, racial e nacional na divisão do trabalho (Handerson, 2015, p.162).

O fluxo de haitianos no Brasil transpareceu ainda mais como os preconceitos raciais e xenofóbicos são construídos dentro da sociedade, mostrando que a hierarquia sociocultural, racial e de gênero afeta TODOS os imigrantes e os nacionais.

[...] o racismo e a discriminação racial se revelavam no contexto da mobilidade haitiana no Brasil, [existe uma] demonstração de desconfiança da honestidade do negro e da confiança na dignidade do branco, ambos construídos socio-historicamente, articulados aos estigmas e estereótipos associados aos negros (Handerson, 2015, p.144).

Segundo Handerson (2015), a instrumentalização da categoria racial não é uma especificidade Haitiana e deve ser levada em consideração para entender a lógica das relações sociais e de gênero no contexto do acolhimento e da inserção no mercado de trabalho.

Há uma proliferação de mulheres negras brasileiras e de outras nacionalidades na divisão do trabalho, notadamente no setor do serviço doméstico. Isso pode estar associado, também a um tipo de discriminação racial, o fato de alguns serviços terem uma supervalorização de pessoas de determinadas características fenotípicas (Handerson, 2015, p.160).

Conforme Rosário, os estigmas impostos pela cor da pele, no Brasil, sobrepõem as outras características das pessoas. Entretanto, para as mulheres negras no Brasil, a cor da pele e a origem se somam ao gênero e aumentam a vulnerabilidade social das imigrantes.

No Brasil, a cor da pele funciona como carimbo, uma marca carregada de representações sociais – a maioria delas, negativas. Logo, as pessoas são caracterizadas em função da cor, e não tanto com base na categoria de estrangeiro, de migrante, ou a partir de regiões ou países de origem (Rosário, 2019, p.92).

A interseção entre gênero, classe, raça e origem está presente em todos os ambientes da vida social, tornando-se um ponto fundamental para compreender as lutas e estratégias de resistência das mulheres imigrantes.

As migrantes são afetadas por noções imbricadas de gênero, sexualidade, classe e raça, que associa essas mulheres a uma feminilidade racializada e sexualizada. As migrantes podem ser afetadas por visões de que são “portadoras de uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e a maternidade (Piscitelli, 2008 *apud* Dornelas, 2020, p.64).

Além disso, inclui-se no último segmento as mulheres imigrantes que estão grávidas ou que têm filho(s) pequeno(s): “A migração é vista socialmente de forma negativa e, mais ainda, a mulher que migra é enxergada como alguém que falha em exercer a maternidade legal” (Dornelas, 2020, p.134).

Comenta-se o caso da imigrante Suzete Limentor, entrevistada por Santos (2023), que engravidou enquanto trabalhava de carteira assinada em uma casa de família (empregada doméstica). A imigrante contou ao entrevistador (Armstrong dos Santos, 2023) que durante a gravidez começou a ser “maltratada” por seus patrões, que tinham a intenção de fazê-la se demitir voluntariamente. Tendo conhecimento da legislação brasileira, Suzete trabalhou até os 30 dias antes do parto e teve a sua licença maternidade garantida. Porém, durante a licença maternidade, a imigrante foi insultada pela sua empregadora, que insistia no pedido da sua demissão. Sabendo dos direitos trabalhistas do Brasil, Suzete não assinou o pedido de demissão, pois essa era responsabilidade da empregadora que não queria mais os serviços da imigrante. Após a difícil experiência Suzete afirmou não querer mais trabalhar para os outros, tornando-se dona do próprio negócio.

O caso da Suzete Limentor mostra como a maternidade tem influência na trajetória de mulheres imigrantes, assim como a escolha do empreendedorismo é uma forma de se esquivar das situações de agressões morais que acontecem no ambiente de trabalho, sendo ainda mais frequente entre os trabalhadores imigrantes.

A história das mulheres citadas até aqui e das outras que serão discutidas no decorrer do texto, comprovam que a migração feminina é um processo mais delicado e vulnerável do que a dos homens. As mulheres migrantes, quando migram, não dependem apenas da sua força de vontade, mas ficam à mercê do comportamento histórico-social da sociedade, sofrendo os efeitos dos limites impostos pela “responsabilidade feminina”, classe social, raça, etnia e principalmente, o gênero.

CAPÍTULO 2- O ACRE COMO PORTA DE ENTRADA, NO BRASIL, PELAS MULHERES IMIGRANTES: o olhar de quem acolhe

O Brasil é um país que tem se destacado na rota das mulheres imigrantes, às vezes como lugar de permanência e em outros momentos como um local de passagem. Conforme será apresentado na discussão, a região norte do país é uma das principais portas de entrada, no Brasil, pelas mulheres (Tonhati; Cordova, 2023), de modo que o estado do Acre tem ganhado visibilidade pelas suas rotas fronteiriças e pelo recebimento das mulheres imigrantes. Por sua vez, este capítulo tem o objetivo de discutir o percurso de mulheres que tem como rota a estrada transoceânica até a chegada ao Acre, bem como abordar as ações de acolhimento às imigrantes.

2.1 O Acre como porta de entrada no Brasil

O Brasil é um país que tem investido nas relações exteriores, sejam elas comerciais, ambientais ou territoriais. Além dos acordos internacionais, a existência das assistências gratuitas também atrai imigrantes em busca da saúde e educação brasileira, assim como as políticas de acolhimento que o Estado garante aos imigrantes e refugiados.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF/88 garante no seu artigo 5º que todos são iguais perante a Lei, sem distinção entre os brasileiros e os estrangeiros residentes no país, sendo-lhes garantido o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando que os direitos e deveres brasileiros não são garantias absolutas, a única distinção existente entre o brasileiro nato, naturalizado e o estrangeiro são os cargos privativos à brasileiros natos, disposto no artigo 12, §3º.

Portanto, a Constituição Brasileira de 1988 é clara ao garantir a igualdade dos direitos sociais entre os nacionais e não-nacionais, sendo assim também se registra os casos de emigrantes-brasileiros que vêm ou voltam ao país para fazer jus aos direitos sociais e individuais. Neste caso, temos o exemplo da conversa realizada na Praça da Revolução (localizada no centro da capital, Rio Branco), com um casal de peruanos⁸. Joel, é brasileiro, mas reside no Peru, como imigrante, há 48 anos. Joel

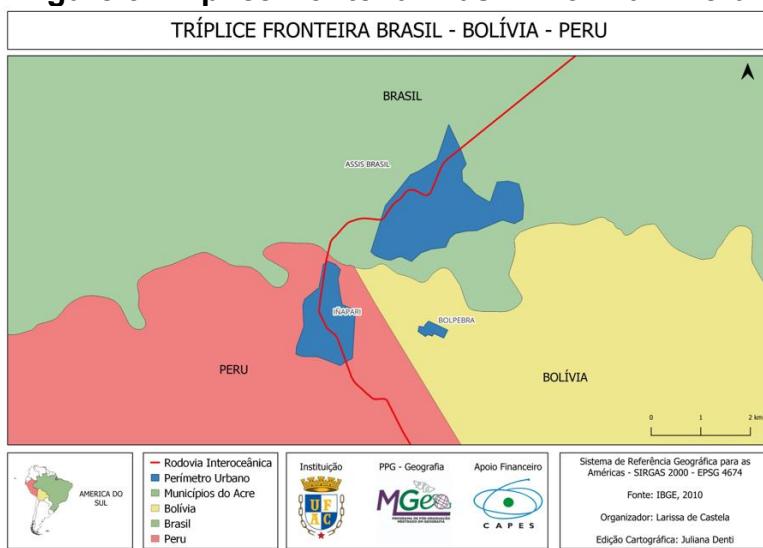
⁸ Encontrei esse casal na praça do Colégio Estadual Barão do Rio Branco – CERB, no dia 28/07/2024 por volta das 12 horas. O casal se aproximou (conversando em espanhol) para pedir uma informação sobre a linha de ônibus que passava na Fundação Hospitalar do Acre – FUNDHACRE. Enquanto o rapaz conversava comigo, em português, a sua esposa estava sentada em outro banco conversando com seu pai por telefone. Ao falar sobre minha pesquisa o homem ficou super empolgado contando

contou que mesmo tendo a mãe e a esposa peruanas nunca quis adquirir a nacionalidade do lugar, a justificativa para sua decisão foi bem clara: os direitos que têm por ser brasileiro.

A vinda do casal ao Acre foi devida uma doença dos olhos, conhecida como catarata, que Joel tinha. Segundo os relatos, no Estado peruano ele (o brasileiro/imigrante no Peru) não tem o amparo médico necessário para tratar a comorbidade e que já havia sido gasto mais de 2,500 soles peruano em exames e consultas, convertendo para a moeda brasileira os gastos de Joel estariam por volta de 3.760,40 reais. O rapaz alegou fazer uso das obrigações e direitos brasileiros, por isso estava aguardando a cirurgia de catarata, que seria realizada pela Fundação Hospitalar do Acre – FUNDHACRE, através do Sistema Único de Saúde. Ainda na conversa, Joel expressou seus sentimentos sobre a forma discriminatória e violenta que o Peru trata os imigrantes (ele se inclui nesse grupo), e afirmou que esse é mais um dos motivos que não o fez adquirir a nacionalidade peruana.

Destacamos que é comum a circulação de migrantes Bolivianos e Peruanos no estado. Além dos recursos de saúde, educação e trabalho que são fatores de atração, a presença dessas pessoas no Acre é permeada pela proximidade entre os países e pela integração da Estrada do Pacífico. Na figura 3 é possível perceber como é dada esta relação entre os países Brasil, Peru e Bolívia.

Figure 3: Tríplice fronteira Brasil - Bolívia – Peru



Fonte: MOURÃO, 2023

sobre sua realidade como imigrante no Peru. Outro destaque feito por ele foi o fato de terem sido acolhidos na casa de passagem do município de Assis Brasil, mesmo ele sendo brasileiro nato, destacando que essa acolhida no existe no país vizinho.

Para as mulheres imigrantes, no Brasil, o direito à saúde e à educação dos filhos é igualada as oportunidades de trabalho no país. Dornelas (2020) afirma que algumas imigrantes escolhem ter seus filhos no Brasil em razão da possibilidade de serem acompanhadas durante a gravidez e o parto de forma gratuita, proporcionada pelo SUS. Compartilhando suas entrevistas, Dornelas expõe que “em outro caso, a entrevistada estava em situação irregular no país, e afirma que a possibilidade de obter autorização de residência e a documentação foi um fator considerado para que os filhos nascessem no Brasil (Dornelas, 2020, p.126).”

Em uma cobertura do jornal G1 AC, 2024 foi contada a história da venezuelana Natália Contreras, que estava no Peru e migrou para o Brasil pela fronteira do Acre por conta da situação vivida no país (Peru) e pela saúde da sua filha, tendo em vista que no Brasil a imigrante tem o acesso à saúde pública gratuita.

Eu vim do Peru. Saí do meu país [Venezuela] em 2018, cheguei ao Peru e estive lá há um tempo. Mas por causa da situação que vivi lá, a saúde complicou com minha filha. Decidi migrar aqui ao Brasil. Aqui me dão as oportunidades de levar minha filha ao médico, de que seja atendida e tudo isso para que ela melhore. E essa foi uma das coisas que me trouxeram aqui ao Brasil (Natália Conteras, em entrevista para o g1 AC – Rio Branco, 23/06/2024).

Desde 2020, os dados do Relatório Anual do OBMigra já se atentavam para o aumento do número das mulheres imigrantes no Brasil. Ao observar a continuidade do aumento, a pauta das mulheres imigrantes ganhou um capítulo específico no relatório do OBMigra – intitulado “Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019) (Oliveira; Tonhati, 2022). O debate sobre a feminização da migração no Brasil continuou a ser pauta das discussões nos relatórios posteriores (2021,2022 e 2023).

A feminização das migrações no Brasil, portanto, é um fenômeno social que se inicia a partir de 2015 e vem se consolidando nos últimos anos com um crescente número de mulheres adentrando às fronteiras nacionais e se estabelecendo no mercado de trabalho, com exceção do ano de 2020 e parte de 2021, quando a pandemia de Covid-19 afeta de forma brusca a mobilidade das imigrantes (Oliveira; Tonhati, 2022, p.9).

Os dados apresentados nos relatórios anuais têm permitido entender a amplitude investigativa, que proporciona analisar a intensidade dos fluxos migratórios em sentido amplo, bem como compreender os fenômenos da migração feminina, a

demandas e inserção laboral em atividade de reprodução dos papéis de gênero no Brasil (Tonhati; Cordova, 2023).

Durante a primeira década de 2010 até 2015, registrou-se a predominância das nacionalidades: argentinas, uruguaias, paraguaias, chilenas, estadunidenses, alemãs, francesas, portuguesas e espanholas. Já durante os movimentos entre 2016 e 2019, as imigrantes sul-americanas e caribenhas foram as que mais se destacaram, principalmente as venezuelanas (Tonhati; Cordova, 2023).

As chamadas “migrações Sul-Sul” evidenciam a complexidade do fenômeno migratório internacional, à medida que “se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital”, sendo uma tendência nos deslocamentos populacionais contemporâneos (Beaninger, 2018 *apud* Dornelas, 2020, p.20).

Considerando o número dos registros das mulheres imigrantes residentes, por ano, as mulheres que mais foram registradas como residentes no país, entre 2021 e 2022, foram dos países: Venezuela, Haiti, Bolívia, Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Cuba, Chile e Afeganistão. Apesar das amplas nacionalidades, as venezuelanas foram as que lideraram os registros de residência durante 2021 e que tiveram um crescimento substancial, mantendo-se no topo, em 2022 (Tonhati; Cordova, 2023).

Outra perspectiva que nos permite observar a feminização da migração no Brasil são os números das solicitações de refúgio⁹ por mulheres. Nos últimos anos, registrou-se o aumento significativo das solicitações de refúgio no país.

Em 2011, no Brasil, foram feitas 232 solicitações de refúgio e, em 2019, foram quase 40 mil solicitações, correspondendo a 26,67% do total de solicitações da década (2011 e 2020). Foi a partir de 2017 que as solicitações começaram seu aumento, sendo que quase o total das solicitações se concentrou na última metade da série analisada, com 93,60%, de 2017 a 2022 (Tonhati; Cordova, 2023).

Segundo o Ministério da Justiça e do Trabalho: todo refugiado é um imigrante, mas nem todo imigrante é um refugiado, isso se explica pelo fato de que o refúgio se trata de um deslocamento forçado por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas ou por causa de grave violação de direitos humanos, ou seja,

⁹ Entende-se por refúgio: uma migração forçada que se trata de alguém que temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país (Schwinn e Costa, 2016, p.219).

a pessoa não tem outra escolha a não ser migrar. De outro modo, a migração é, em geral, um movimento voluntário em que as pessoas buscam outro país a fim de melhores condições de vida, saúde, educação e oportunidades.

A descrição panorâmica dos dados mostra como as mulheres têm sido protagonistas em recolocar o Brasil como país de destino, e principalmente, são as mulheres venezuelanas, sul-americanas e caribenhas que chegam ao país construindo um novo perfil do fluxo migratório.

Para as mulheres, além das perseguições políticas, econômicas e do grupo social, o gênero também é um fator de expulsão e fuga que aumenta as condições de estigmatização e vulnerabilidade das imigrantes.

Em razão da distância de suas origens e referencias (local de nascimento, moradia, família); da indiferença social, com pouca ou nenhuma proteção governamental; de abusos (sobretudo sexuais) e da estigmatização em razão da condição de mulher e refugiada, são diferentes as dimensões da violência sofrida pelas mulheres, que tem influência direta sobre o processo de adaptação a uma nova realidade (Schwinn; Costa, 2016, p.225).

Durante a entrevista com a Aurinete Souza, ela comentou o caso de uma migrante peruana que iniciou a sua trajetória fugindo da violência doméstica vivida no seu país, porém ao chegar no Acre, lugar que serviria de refúgio, depara-se com casos de assédios. A imigrante ao fugir do Peru para o Brasil, entrando pelo Acre, se instalou em uma residência no município de Assis Brasil, localizado na fronteira com o Peru, e com alguns dias percebeu que o seu vizinho, ao notar que ela estava sempre sozinha (não havia nenhum homem com ela), tinha o costume de ficar espionando-a por uma brecha do banheiro.

Em outras situações existem mulheres, principalmente as venezuelanas, que chegam no Acre casadas, mas que se divorciam com o tempo. Essas situações nos mostram como o anseio pela liberdade e a participação em novas culturas incentivam a autonomia das mulheres que por muito tempo conviveram em relações abusivas.

Segundo Tonhati e Cordova (2023), os dados do reconhecimento da condição de refugiada, por ano, segundo as Unidades da Federação de entrada, mostram que a região norte do país é o principal caminho de chegada para as mulheres solicitantes de refúgio, concentrando 78,40% das solicitações. O Acre (3,88%) ocupa a terceira posição entre os estados que mais receberam solicitações de refúgio na região Norte, já Roraima (92,69%) foi o estado que mais teve solicitação de refúgio, ocupando

quase 100% das solicitações e o Amazonas em terceiro lugar correspondendo a 2,85%.

Apesar da frequente entrada de migrantes pelas fronteiras nortistas, o índice de emprego de imigrantes e refugiadas é concentrado na região Sul e Sudeste do país. A justificativa é dada pela melhor infraestrutura e maiores oportunidades de emprego devido a concentração de polos industriais e tecnológicos.

Tratando-se do Acre, o período a partir da década de 2010 é crucial para entender a migração internacional no estado, pois foi a partir dessa década que o lugar se tornou uma rota frequente de pessoas. Os estudos e pesquisas que retratam a migração no estado têm o imigrante-homem como principal figura, mas apesar de pouco se falar sobre a trajetória e condições das mulheres, tem-se o registro desse deslocamento.

O terremoto do Haiti, em 2010, foi uma catástrofe ambiental que impulsionou a saída de vários haitianos do país gerando efeitos em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, que teve o Acre como uma das principais rotas humanitárias. Enquanto o Haiti vivenciava um dos piores momentos, o Brasil começava os preparativos para a realização da Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. Os migrantes afro-caribenhos chegavam com uma grande necessidade de trabalhar e além das oportunidades da construção civil para a copa do mundo, havia uma tendência desses migrantes seguirem na linha de produção da agroindústria da carne no país (Mamed, 2016).

De acordo com os registros do governo do Acre e os cadernos de campo da pesquisa, nos cinco anos de atendimento prestado aos imigrantes, inúmeras empresas estiveram no Acre para recrutá-los, algumas mais de uma vez. As que mais se destacaram nesse processo foram as do setor agropecuário, especialmente da agroindústria da carne, além das de construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, estabelecidas principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (Mamed, 2016, p.85)

Outra característica da migração afro-caribenha era a pouca participação das mulheres na mobilidade. Primeiro os homens vinham em busca de trabalho para poderem mandar recursos para a família que ainda estava no país de origem e só depois, quando havia condições, traziam as mulheres e filhos. No Brasil, os homens também ficaram vulneráveis aos estigmas sociais e trabalhistas.

O perfil do estrangeiro escolhido por essas empresas era bastante específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência laboral. Os imigrantes sem esse perfil tinham mais dificuldades de recrutamento, como era o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos.

Os aspectos referentes à preparação deles como força de trabalho e sua contratação, sempre revelaram algumas características importantes sobre a seleção e a organização do trabalhador imigrante no Brasil (Mamed, 2016, p.85).

Primeiro chegaram os haitianos, depois os senegaleses, dominicanos, colombianos e a partir de 2017, uma nova nacionalidade predomina a travessia da estrada transoceânica (Brasil- Peru- Bolívia): a venezuelana, tornando-se superior aos haitianos que, até então, eram os que se destacavam nesta rota (Morais; Alves, Bonfanti, 2020). Mesmo o Acre sendo uma rota migratória, não é um local estável para a permanência dos imigrantes, visto que a intensidade dos fluxos migratórios produz instabilidades que sobrecarregam a máquina estatal do Estado e não há oportunidades de trabalho suficiente para essas pessoas.

Tratando-se do Brasil, ao longo da história, a política migratória esteve atrelada a política externa do país, influenciando a atração e expulsão de migrantes. Citamos o período durante o governo de Michel Temer, entre os anos de 2016 e 2018, que houve a implementação da Nova Lei de Migrações (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017). Essa lei trouxe novos parâmetros para a política migratória no Brasil.

Segundo Vendruscolo (2021), desde o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff notava-se uma queda na diplomacia presidencial e na inserção internacional do Brasil. Entretanto, quando Michel Temer assumiu o cargo em 2016, ele não manteve as características da política externa do país que vinham sendo realizadas pela Dilma. Temer dirigiu a sua política pelo pragmatismo econômico voltado para o hemisfério Norte, priorizou as negociações do acordo Mercosul, realizou o isolamento diplomático com a Venezuela e desvalorizou uma política externa estratégica.

A Nova Lei da Migração inovou a política migratória naquele momento, surgindo como uma expressão da valorização dos direitos humanos e interdependência, porém o governo ainda parecia seguir tendências anteriores sem um planejamento objetivo e definido para as migrações.

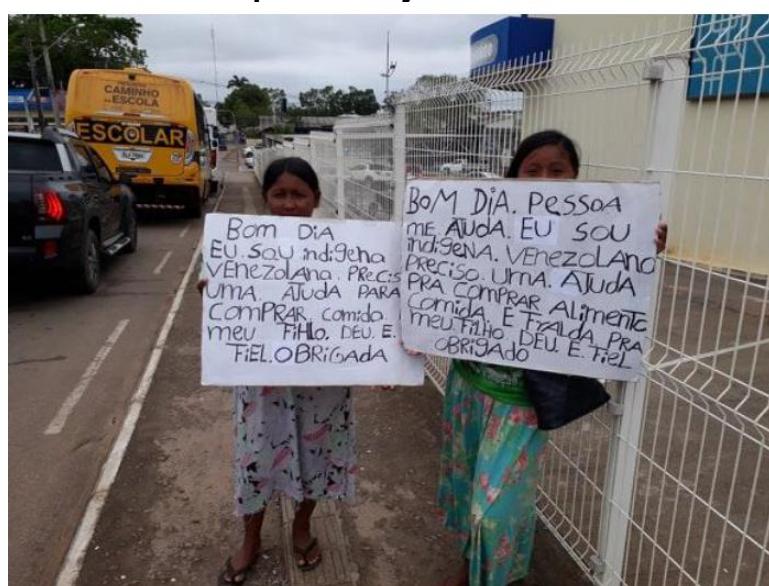
Em 2017 foi registrado um novo movimento que pode ser justificado pelo momento político-econômico que o mundo vivenciava, destaca-se principalmente a saída do Reino Unido da União Europeia, a rivalidade entre o Irã e a Arábia Saudita, a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e o Decreto Anti-imigração, e as decisões políticas na Venezuela. As tensões que aconteciam em diferentes partes do mundo foram/são capazes de impulsionar e diminuir os fluxos

migratórios das mulheres que chegavam ao Acre, como também definem as condições e necessidades de cada uma delas.

No Acre, o reflexo das ações políticas e econômicas que aconteciam pelo mundo foram sentidas com o aumento da chegada dos indígenas venezuelanos Waraos, principalmente na capital acreana. No primeiro momento uma das primeiras diferenças sentidas entre os movimentos migratórios foi o fato de que os indígenas Waraos chegavam sempre em família ou em grupos, enquanto os imigrantes haitianos se deslocavam sozinhos e só traziam a família após estarem estabelecidos/trabalhando no país. Outro fator que destacou a presença dos indígenas venezuelanos, no Acre, foi a prática de pedir roupas, dinheiro e alimentação nas ruas da capital acreana (Araújo Neto, 2020).

Segundo Pinango e Virginio (2021), as ruas se tornaram um cenário de exposição das respostas migratórias, que tem por consequência um movimento desordenado que insere os homens e as mulheres imigrantes em uma força de trabalho ociosa e precária. Segundo Araújo Neto (2020), durante os atos de coleta as mulheres e crianças eram/são¹⁰ as principais figuras a realizarem a atividade (Figura 4), enquanto os maridos ficavam/ficam de vigia. A partir disso nos cabe destacar como a mulher, sozinha ou acompanhada de crianças, produz um tom mais apelativo à sociedade.

Figura 4: Venezuelanas Warao pedindo ajuda no sinal de Rio Branco - 2019



Fonte: Araújo Neto, 2020, p. 95

¹⁰ O uso das palavras no passado e presente é justificado pelo fato de que em alguns pontos da cidade ainda há a ocorrência dessa mobilidade/comportamento migratório no estado.

Em 2020, com a explosão da pandemia, houve restrições na tríplice fronteira (Brasil-Bolívia-Peru) que impedia a entrada e saída de pessoas que estavam em busca de ajuda humanitária. As limitações de deslocamento aumentaram a vulnerabilidade dos imigrantes, principalmente das mulheres e crianças, que ficaram isolados(as) na fronteira entre o município de Assis Brasil (Acre) e Inápari (Peru). A situação do Acre foi tomando maiores proporções conforme ia crescendo o fluxo de imigrantes que tentavam entrar e sair do Estado, em determinado momento a Polícia Federal anunciou que deportaria aqueles que estavam irregulares no país, em outros momentos registrou-se o uso da força, do lado peruano, para a contenção dos imigrantes.

Os casos das restrições fronteiriças vulnerabilizam mais ainda as mulheres em trânsito, muitas vezes impedem até o acesso aos serviços básicos essenciais (saúde, moradia e alimentação) e estende a jornada migratória, da mesma maneira que aumenta os perigos do percurso das migrantes. Igualmente,

a ausência de regularização migratória e de acompanhamento médico adequado tornam-se também um grave problema para aquelas que foram vítimas da violência sexual durante a travessia, podendo gerar consequências como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e traumas psicológicos (Pinango e Virginio, 2021, p.60).

Entretanto, as mudanças na mobilidade, conforme o período e a nacionalidade, mostram como a fronteira acreana não faz parte de um fluxo migratório estável e específico. Conforme afirma Maria da Luz:

A todo momento os fluxos mudam, hoje a gente tem os afegãos que estão chegando. Os afegãos, indianos que estão tentando chegar nos Estados Unidos, temos os fluxos de Venezuelanos ainda vindos do Peru. Hoje tudo isso é possível dar um olhar mais técnico que nos permite estar realmente preparado, nós estamos capacitados para entender esse processo migratório e hoje a gente já consegue inclusive se antecipar de algo que venha acontecer (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

A ausência e a presença das mulheres também parte dessas características particulares. Nos primeiros fluxos migratórios quase não se tinha a presença das mulheres, já agora (principalmente entre os venezuelanos) elas começam a assumirem novos papéis de destaque.

Em relação ao gênero, sobre os senegaleses são mais os homens, mulheres acho que vi umas três vezes nesse processo todo... três ou quatro vezes nos grupos que vinham, senegaleses a cultura é diferente. Os haitianos também,

a maioria eram homens jovens. Já a nacionalidade venezuelana vem a família inteira, vem mulheres, vem crianças, muitas crianças, muitos adolescentes. Vai depender também da situação do país, os Waraos, por exemplo, eram mais crianças, adolescentes e poucos adultos. Então cada nacionalidade tem uma motivação, cada local vai ter sua motivação e sua característica. Hoje a gente vai ter muitos jovens, homens e mulheres, mas a grande maioria ainda são os homens (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

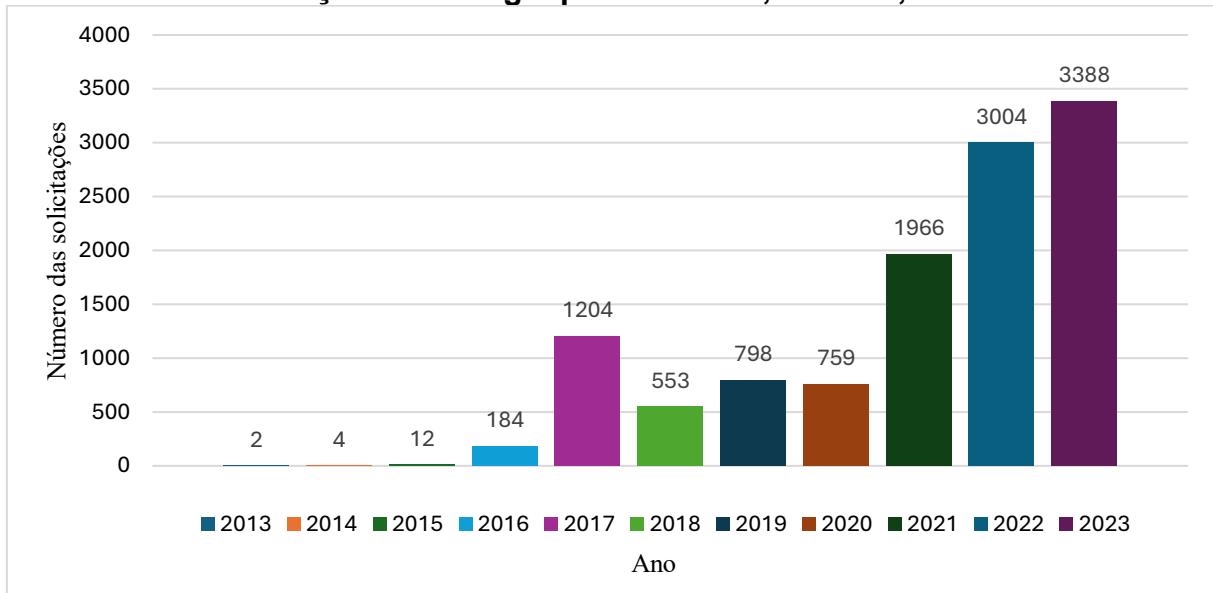
Pinango e Virginio (2021) adotaram o mito do Eldorado para discutir a proteção de mulheres imigrantes no Acre. Assim como Eldorado servia de atração devido às riquezas naturais, muitos também buscavam se refugiar no local para fugir dos avanços imperialistas da região. De acordo com as autoras, apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, o mito do Eldorado segue enraizado na construção contemporânea da Região Amazônica brasileira.

Por um lado, tem crescido a chegada de imigrantes atraídos pelo refúgio e proteção humanitária oferecida pelo Estado brasileiro. Por outro lado, a matriz colonial brasileira tampouco é superada na região, dependendo de riquezas naturais, autoritarismo e divisões sociais que permitem a superexploração do trabalho (Pinango; Virginio, 2021, p.55).

Segundo Tonhati e Cordova (2023), antes de 2015 não se registrou a entrada de mulheres imigrantes na fronteira do Acre, isso não quer dizer que as mulheres não faziam essa rota, mas diz respeito a não preocupação que se tinha com o deslocamento feminino. O número de entrada das imigrantes explodiu nos anos de 2020, 2021 e 2022. Em 2020 houve o registro de 284 mulheres que solicitaram o refúgio, em 2021 as solicitações subiram para 919, e em 2022 foi registrado o quantitativo de 1.410.

Com base no DataMigra – plataforma que proporciona o acesso aos registros administrados de imigrantes e refugiados –, o Acre registra solicitações de refúgio por mulheres desde 2013 e tem apresentado uma progressão durante os anos de 2021, 2022 e 2023 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Solicitações de refúgio por mulheres, no Acre, entre 2013 e 2023

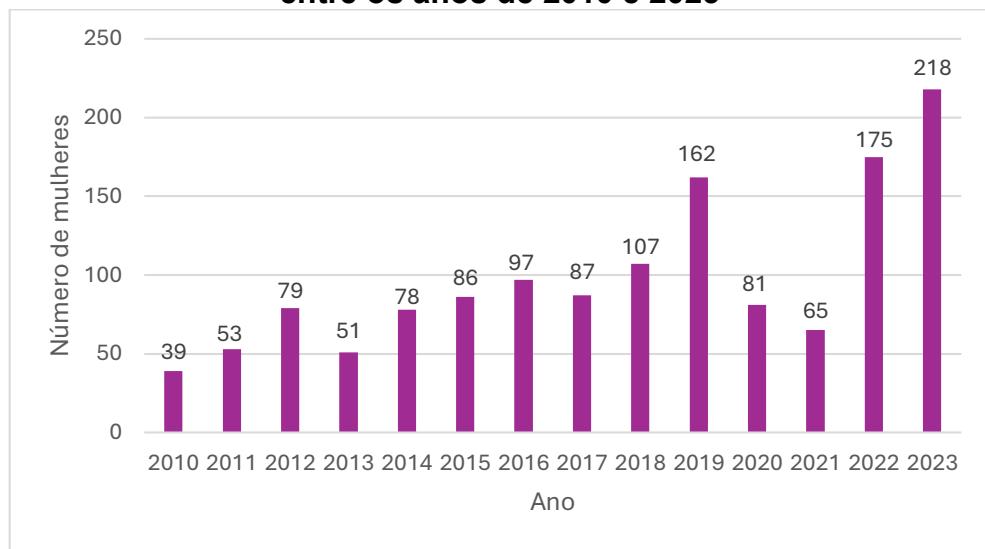


Fonte: Elaborado pela autora, com base em DataMigra Frontend, 2024

Independente das divergências numéricas, comprova-se que não se tem a solicitação de refúgio por mulheres, no Acre, antes da década de 2010. Além disso, os números das solicitações de refúgio, por ano, comprovam o quanto os movimentos migratórios são guiados conforme as condições dos países de origem e de destino. Mesmo que a migração não ocorra igualmente entre os homens e as mulheres, os momentos sociais, econômicos e políticos dos lugares influenciam na expulsão e atração de ambos os sexos.

Como abordado, os processos migratórios que acontecem no Acre são motivados pela situação de outros países, por isso cada nacionalidade que chega ao estado tem um incentivo e características particulares. Apesar dos poucos dados referentes a esse movimento, conseguimos identificar o crescimento do deslocamento das mulheres ao longo dos anos, a partir das solicitações de entrada (gráfico 2).

Gráfico 2: Número das mulheres imigrantes que entraram no Brasil, pelo Acre, entre os anos de 2010 e 2023

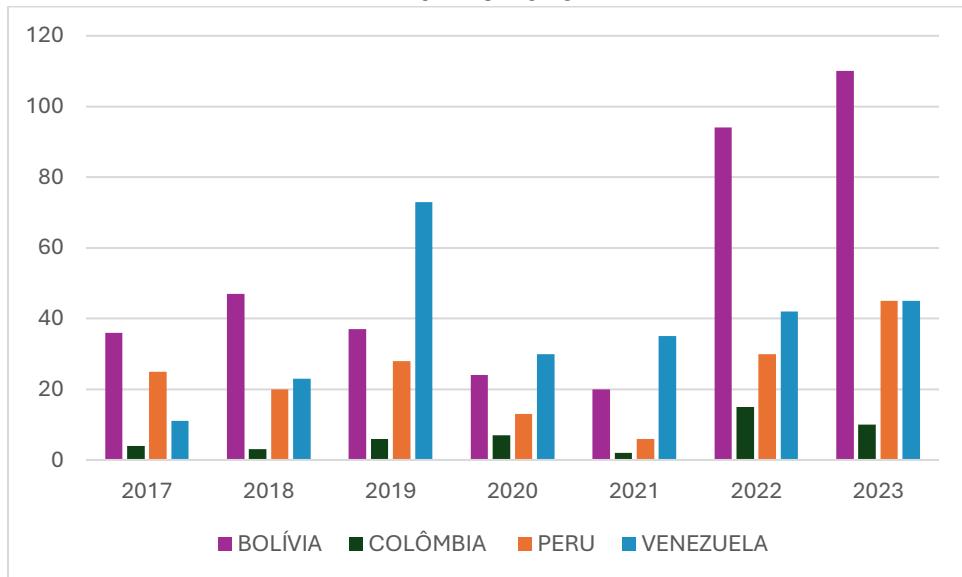


Fonte: Elaborado pela autora, com base em DataMigra Frontend, 2024

A trajetória que coloca o Acre como rota tem se tornado comum entre as mulheres, identifica-se também que o período de menor número (39 mulheres em 2010) ficou concentrado quando esse percurso ainda estava sendo consolidado. Durante os anos seguintes, os números foram crescendo substancialmente, a exceção dos anos de 2020 e 2021 devido a pandemia da COVID- 19. Superando os efeitos da pandemia, os anos de 2022 e 2023 concentraram, até o momento da pesquisa, o maior registro das mulheres imigrantes que entraram no Brasil, pelo Acre.

Quanto a nacionalidade predominante entre as mulheres que mais chegam no estado, há duas informações. A primeira é a da Maria da Luz, que durante a entrevista (realizada no dia 8 de julho de 2024), contou que a nacionalidade que mais tem entrado no Acre é a venezuelana. Seguidamente, os dados coletados no portal DataMigra Fronted, em julho de 2024, mostram que realmente tem crescido o número das mulheres venezuelanas, porém as mulheres bolivianas foram as predominantes nos anos de 2022 e 2023 (gráfico 3).

Gráfico 3: Principais nacionalidades das mulheres que entraram no Acre entre 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora, com base em DataMigra Frontend, 2024

O movimento migratório da nacionalidade venezuelana é diferente das anteriores, visto que as imigrantes venezuelanas chegam acompanhadas da família, ou seja, vêm homens, mulheres, crianças e adolescentes. Apesar de se ter o registro de muitos jovens e mulheres, os homens ainda são a grande maioria (Maria da Luz França Maia, entrevista oral, 08/07/2024).

Nos cabe ressaltar que estamos considerando a chegada das mulheres pelo estado do Acre, por isso tanto os dados de entrada quanto os de refúgio são relevantes para a pesquisa. Dessa forma, vale destacar a comparação entre os números de entrada e refúgio das venezuelanas (tabela 3).

Tabela 1: Número de entrada e solicitação de refúgio, no Acre, das mulheres venezuelanas

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Entrada	1	X	4	11	23	73	30	35	42	45
Refúgio	X	X	X	2	36	142	238	837	1.250	1.513

Fonte: Elaborado por autora com base no DataMigra Fronted, 2024

É possível observar uma estabilidade entre os números de entradas das venezuelanas, o que já não tem acontecido com as solicitações de refúgio. Observando a quantidade das solicitações de refúgio, de 2019 a 2023, percebemos o aumento acelerado das estatísticas. Usamos como entendimento a influência dos

fatores políticos e econômicos na mobilidade migratória, e se tratando da Venezuela, consideramos que a atual situação vivida no país é um dos principais fatores de expulsão dessas mulheres, o que justifica os números de refúgio e o maior número de entrada em 2019.

As migrações elas se movimentam de acordo com as nacionalidades, de acordo com a cultura, de acordo com os interesses, cada um que vem para cá tem um motivo para migrar, e alguns querem só se juntar com sua família. O fato é que independente do motivo, a migração é um meio de garantir a vida (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

As questões políticas e econômicas são dependentes umas das outras, ou seja, a fragilidade de uma atividade é suficiente para produzir o desemprego e a miséria em um país e a partir das crises as pessoas começam a buscar países que apresentam ter mais oportunidades.

Diante do exposto foi possível perceber que os dados referentes a migração internacional, no Acre, ainda é fragilizado e apresenta algumas distorções em relação aos números das solicitações de refúgio e entrada das mulheres no estado, consequentemente há um prejuízo no acolhimento e controle dessas migrantes que chegam. O chefe da divisão de apoio aos migrantes e refugiados da SEASDH, Lucas Rodrigues, reconhece esta fragilidade.

Então, eu vejo que há essa dificuldade dessa coleta de dados, eu acredito que não vai ser algo que a gente vai conseguir mudar agora, mas eu acredito sim no fortalecimento e da conscientização das nossas instituições para buscar melhorar essa coleta de dados até mesmo para a gente saber como proceder (Lucas Rodrigues, entrevista oral, 08/07/2024).

Segundo Maria da Luz, a experiência com os fluxos passados permitiu que o Estado desenvolvesse técnicas, preparo e capacidade de entender o processo migratório, por isso já é possível tomar medidas de prevenção por imaginar o que possa vir acontecer. Portanto, “o corredor humanitário no Acre não pode mais ser considerado como imprevisível, desde a chegada dos imigrantes haitianos no estado, o fluxo migratório se tornou um fator recorrente e não excepcional” (Mourão; Morais, 2023, p. 11).

Hoje as instituições reconhecem a necessidade de um sistema estável e confiável que permita o mapeamento da entrada de migrantes no estado, principalmente para contribuir na melhoria das políticas voltadas para os migrantes, em especial para as mulheres. Na busca por melhorias foi lançado o Sistema de

Cadastro de Migrante¹¹ que busca permitir um melhor recorte das pessoas que entram com base no gênero, sexualidade, idade e se está vindo em família ou sozinho (Lucas Rodrigues, entrevista oral, 08/07/2024).

2.2 Estado: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH é a entidade que atua no âmbito do Acre, promovendo as ações de proteção e garantia dos direitos individuais e sociais das pessoas. A SEASDH atua nas pautas da migração e refúgio desde a chegada dos primeiros imigrantes, tendo como finalidade a promoção de ações e políticas que garantam a segurança, acolhimento e igualdade dos imigrantes, refugiados e apátridas no estado.

A gestora de políticas públicas e chefe da secretaria de direitos humanos e o chefe da divisão de apoio aos migrantes e refugiados: Maria Da Luz França Maia e Lucas Rodrigues Guimarães, respectivamente, compartilharam suas experiências e trabalhos realizados em nome da instituição sobre o acolhimento migratório no Acre.

Maria da Luz atendeu os três primeiros migrantes caribenhos que chegaram no estado no ano de 2012, ela estava a serviço da prefeitura de Rio Branco e foi chamada para traduzir. O idioma dos rapazes era o crioulo, mas tinha um que falava mais ou menos o espanhol e a partir dele foi possível entender a situação que eles traziam. Relembrando o momento Maria da Luz complementa: “o olhar deles chamou mais atenção do que a situação para traduzir, era preciso compreender a situação e não só saber falar espanhol. Era preciso compreender” (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

A partir daquele momento até hoje, o olhar de um daqueles rapazes foi fundamental, foi uma leitura do não dito com palavra tão grande que aquilo me marcou de uma forma que eu permaneço trabalhando pelas migrações, com as migrações. [...] Naquele tempo, a gente entendia muito pouco da política migratória, mas a gente tinha o lado humano de tudo isso (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

Foi somente quando aumentou a quantidade de imigrantes no estado que o governo viu a necessidade de providenciar um lugar que promovesse o acolhimento aos desamparados.

Chegaram três, depois mais onze e a gente já precisou encontrar um local para eles ficarem, depois mais outros e mais outros. Começou a ficar um grande número lá em Brasileia, no ginásio... Eu ainda tenho as imagens na memória daquele monte de papelão que eles usavam como as camas.

¹¹ Até a conclusão da pesquisa não se teve o conhecimento da ativação do sistema.

Ninguém estava esperando aquele tanto de pessoas ali, ninguém sabia sobre migração. Ninguém entendia o que era um refugiado, um imigrante, um apátrida... A gente veio saber bem depois o que significava apatridia (Maria da Luz, entrevista oral, 2024).

No primeiro momento todos foram “bem acolhidos”, mas as dificuldades foram surgindo conforme aumentava o número de pessoas que chegavam, fazendo com que a não experiência do Estado com a migração e as diferenças linguísticas-culturais se tornassem obstáculos. Além disso, na época a primeira casa de acolhimento na capital, Rio Branco, não comportava mais a demanda de imigrantes, desencadeando condições de vulnerabilidade e criminalização.

Cada movimento migratório, seja ele de afro-caribenhos, afegãos ou venezuelanos, é marcado por motivações que geram nas pessoas a busca por meios de sobrevivência. Para alguns os motivos são as guerras, para outros são questões religiosas, ambientais ou econômicas.

Para a vinda desses migrantes cada situação tem um motivo, o Haiti foi o que?! Um desastre ambiental, lógico que foi uma oportunidade para que eles saíssem. [...] Por que os afegãos estão vindo? Por causa da situação que o Talibã ganhou a eleição lá e que os opositores eles matam, eles degolam... eles perseguem para matar e mata família, mata tudo (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

Quanto ao momento atual existe uma variedade nos fluxos que chegam ao estado, são mulheres sozinhas, homens sozinhos, adolescentes que chegam sozinhos. “Tem público de todas as especificidades, idoso já chegou, pessoas com deficiência, mulheres, mulheres sozinhas também, grávidas. Tem todos os perfis” (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

O deslocamento é um fator de desgaste para todos os migrantes, mas a vulnerabilidade chega a ser triplicada para as mulheres, que além das condições naturais (ambiente, sol, chuva), também são vítimas do próprio corpo. Durante a trajetória não é dada importância para as particularidades dos corpos femininos, gerando ameaças às migrantes. O intenso trajeto e a falta dos recursos de higiene pessoal geram desconfortos pelo caminho, como foi o caso da imigrante, que foi expulsa do ônibus porque sujou o acento de sangue ao menstruar.

Esse processo em si é violento com todo mundo e a hostilidade do ambiente, você sabe que o sol, a chuva, **a mulher menstrua** como que ela vai conseguir, por exemplo, se organizar, manter sua higiene?! **não tem um absorvente**, não tem uma coisa. Eu já tive num atendimento desses daí, **uma mulher que foi botada pra fora de um ônibus porque menstruou e sujou tudo de sangue** e o povo botou pra fora do ônibus, vindo de Assis Brasil, tá?!

Migrante. **Essa mulher foi solta na estrada porque estava ensanguentada lá** (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

Em situações como essa ressalta-se a vulnerabilidade do corpo da mulher. Segundo Ávila e Areosa (2023), as situações de violências físicas, psicológicas, patrimoniais e morais contra a mulher são um problema de saúde e de violação dos direitos humanos. Por sua vez, entende-se que a invasão do corpo da mulher é um dos efeitos gerados pela desigualdade de gênero.

Apesar de buscar meios para resistir às opressões cotidianas, a população feminina, ao longo da história, sofre com diferentes formas de violências, e estão expostas a situações de vulnerabilidade social. Ainda sobre desigualdade de gênero, esta é a principal causa de violência contra a mulher, na qual se destaca uma relação de incompatibilidade de poder, em que os comportamentos e escolhas são limitadas para a figura feminina. Ademais, a pobreza e a violência são definidas como processos de suscetibilidade ou condições inerentes à vontade individual, deixando os indivíduos expostos à exploração e à coerção (Ávila; Areosa, 2023, p.2).

O chefe da divisão de apoio ao migrante e refugiado, Lucas Rodrigues, destacou que existe uma dificuldade e medo por parte das migrantes em denunciar esses casos de violência as quais vivenciaram/vivenciam durante a trajetória.

A pessoa que sofre violência ela se sente coagida a denunciar, se for pensar no caso de violência doméstica tem toda essa questão do casamento, de não querer expor o marido... mas **se a gente pensar numa questão de migração a gente está lidando com organizações criminosas, coiotes...** então fazer essa denúncia ainda se torna muito mais frágil. Eu acredito que a **pessoa ainda tenha a preocupação dela se colocar como a coautora do crime, ela não se ver como vítima**, mas por ter contratado no momento de desespero o serviço ela acaba pensando ser associada ao crime. (Lucas Rodrigues, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

Nestes casos, as migrantes não são as únicas a serem ameaçadas, muitas vezes já aconteceu de coordenadores e assistentes sociais das casas de passagem relatarem a ameaça por parte da rede de coites. Desse modo, torna-se ainda mais compreensível a resistência das mulheres em denunciar os casos de violência acontecidas no percurso.

Além dos casos que acontecem durante os percursos, existe situações em que as migrantes se submetem a situações exaustivas e hostis para que possam conseguir o mínimo de condições para sobreviver no lugar que chega.

Dentro dessas histórias das migrações, quantas vezes a gente ouviu situações das **mulheres** falando do que elas eram **obrigadas a fazer pra pagar uma hospedagem**. Tem histórico de pessoas da nossa equipe que elas chegaram a oferecer, pela necessidade, **programa por R\$5,00 e não tinha nem local, nem ambiente, era assim embaixo da ponte lá em Brasiléia** (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

A prostituição é também uma alternativa de sobrevivência àquela mulher que saiu do seu país de origem e chegou a uma nacionalidade desconhecida, tendo a necessidade de adquirir recursos financeiros básicos para sua sobrevivência e deslocamento no país (Dornelas, 2020).

Alguns casos de agressões físicas com migrantes, no Acre, são direcionados à equipe Maria da Penha para que possa ser realizado as etapas necessárias de proteção.

Eu já trabalhei com Maria da Penha e teve situação de migrante que agredeu a mulher, quebrou o braço... até tentaram esconder tudo, mas eu sempre conseguia chegar nas informações, e assim a gente sempre fez um trabalho com centro de referência. [...] Geralmente esses pontos se a gente não tocar com as pessoas e fazer um trabalho preventivo, eles nem ficam sabendo [como proceder] (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

Muitas vezes a pessoa que está passando pelo estado não sabe que existe uma secretaria de apoio ao migrante, refugiado e a mulher, por isso é importante o incentivo de ações que promovam a orientação sobre os tipos de violências e as medidas a serem tomadas pelas migrantes nesses casos.

Essas mulheres elas sofrem e acabam sendo a responsável por cuidar dos meninos, dos filhos que geralmente tem bastante e quando conseguem reunir. E é isso, para a mulher não é fácil, para nenhuma de nós mulheres, se nós que vivemos no território já não é fácil, imagina para quem vem com uma língua diferente, com um costume diferente, com uma cultura diferente... não é fácil não (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

O desespero e a vulnerabilidade que as mulheres migrantes passam para que possam sobreviver, confirma o processo de violência que é imposto sobre elas. Entretanto, as mulheres não são as únicas a entrarem no quadro de vulnerabilidade, as crianças e idosos também se tornam vulneráveis aos crimes de exploração, abuso físico e contrabando. Os idosos, por sua vez, não aguentam a rota, principalmente se for para chegar aos Estados Unidos.

O protocolo de entrada, no Brasil, acontece igual para todos os imigrantes, mas quando há o conhecimento de violência, exploração, contrabando, questões graves de saúde etc., essas pessoas são encaminhadas para os órgãos competentes conforme as precisões.

[...] para permanecer no Brasil tem uns condicionantes que são etapas. Primeiro dá entrada na Polícia Federal, homens e mulheres, [...], **mas vai que eles identificam uma situação de criança, de mulher desacompanhada...** é um ritual, é uma etapa que começa ali, **vai ter que seguir o trâmite do conselho tutelar, instituições, CREAS**, um monte de coisa. Se for uma mulher que conseguiu identificar ali que ela tá sendo traficada aí é outro

processo que também tem etapas. Se for uma situação que **necessita de acolhimento**, a etapa é o que?! Buscar **assistência social, regularizar o documento, tudo tem um processo**. Para permanecer no Brasilé a primeira exigência, se regularizar. Regularização de documento é uma etapa. **Se está em situação de vulnerabilidade de saúde, tem que ir para saúde, é outra etapa.** Por exemplo, nós temos a situação de uma senhora que chegou com câncer, tem todo um procedimento. Quando não tem essas particularidades vai seguindo o que é de costume (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

No estado do Acre, o acolhimento é municipalizado, ou seja, os municípios são os responsáveis pela política de ponta: acolhimento, oferta e condições das casas de passagem. O município de Assis Brasil é o único que apresenta duas casas de passagem: uma para homens solteiros e outra para mulheres e famílias, apesar de não ter essa divisão nos outros municípios as casas de passagem se preocupam com a assistência às mulheres.

As mulheres, de fato, elas são as principais vítimas. E esse cuidado, achei legal, por exemplo, **Assis Brasil, que tem duas casas de passagem** que eles atendem **homens solteiros** e fazem a triagem, e a segunda é onde ficam **as famílias e mulheres**. É justamente por esse olhar, por esse cuidado que se tem com essas vulnerabilidades (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

Nem todos os municípios conseguem fazer a divisão do acolhimento, como no caso de Assis Brasil que tem uma casa de passagem para os homens e outra para as mulheres e família. Entretanto, os outros municípios buscam ter esse cuidado, como é o caso de Epitaciolândia. Mesmo com as dificuldades locais as casas de passagem do estado, na sua função típica de acolher as imigrantes, ofertam kits de higiene pessoal com absorvente, sabonete, xampu, condicionador e cobertor. O fornecimento desses produtos é pensando exatamente nas mulheres, que precisam desse cuidado.

O atendimento ele é municipalizado, política de ponta é o município que faz. Em Epitaciolândia, geralmente, eles procuram organizar também essas questões de homem, família, essas coisas..., mas lá é um pouco difícil porque é dentro do mesmo ambiente, então a convivência é com todo mundo, mas eles têm conseguido fazer. Não vejo que tem tido grande dificuldade até por ser passagem, mas eles têm sempre um olhar direcionado para família, para criança. A equipe técnica de Epitaciolândia é muito boa, eles sabem trabalhar com as questões dessas vulnerabilidades, então é uma das equipes melhores que a gente tem, inclusive, nesses municípios (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024).

Diferente dos municípios fronteiriços, Rio Branco, capital do estado, não proporciona esse cuidado e atenção às mulheres. Até então a maior vulnerabilidade dos imigrantes é dada pelas condições da superlotação da única casa de passagem

na cidade, o antigo espaço oferecido para o acolhimento dos imigrantes¹² não dispunha de lugar suficiente para atender todos que chegavam, estando sempre com a quantidade de pessoas acima da capacidade.

Aqui em **Rio Branco** ele não proporciona isso... Já tivemos **situações de violências, brigas, assédio...** notícias de assédio que foi registrado em delegacia e tudo porque o ambiente [casa de acolhimento] favorece para que isso aconteça, porque são três **ambientes bem pequeninhos** com dormitórios, **todo mundo ali junto e misturado**, vai chegando e vai ficando ali. É um espaço muito pequeno, muito insalubre e **sempre está acima da capacidade de quantidade de pessoas** que comporta. É um ambiente bem **hostil para mulher, para homem, para criança, para qualquer pessoa**, infelizmente (Maria da Luz, entrevista oral, 08/07/2024, grifo nosso).

A única casa de acolhimento da capital acreana acomoda adultos, jovens, crianças e idosos de diferentes nacionalidades, o que naturalmente dificulta a convivência entre os imigrantes. Cada nacionalidade seja ela: venezuelana, boliviana, haitiana etc., tem a sua cultura e ao juntar todos em mesmo local vulnerabiliza a acomodação dessas pessoas. Além disso, a casa de acolhimento (da capital e dos municípios) está, na maioria das vezes, com a lotação acima da quantidade, facilitando os casos de brigas, violências e assédios.

Dessa forma o Estado do Acre, junto com os órgãos auxiliares, ainda está na busca por uma política migratória eficiente, a fim de prevenir a sobrecarga estatal a partir de futuros novos fluxos.

2.3 Município: Casa de passagem para migrantes – Rio Branco, Acre

As casas de passagens são responsáveis pelo acolhimento dos imigrantes e refugiados que precisam de acolhimento e instruções sobre a regularização documental no Brasil. Atualmente, existem no estado 4 casas de acolhimento: 2 na cidade de Assis Brasil, 1 no município de Epitaciolândia e 1 na capital, Rio Branco.

O próprio nome “casa de passagem” é autossuficiente para entendermos que são locais de acolhimento temporário para essas pessoas, assim como os ambientes não são propícios para acolher uma grande demanda de imigrantes. Segundo Nascimento (2021) e Cardoso (2022), as casas de passagem de Assis Brasil e Epitaciolândia podem abrigar até 50 pessoas, enquanto a casa recém-inaugurada em

¹² O uso da palavra no passado justifica-se pelo fato de que a entrevista foi realizada um mês antes da inauguração da nova casa de passagem, da cidade de Rio Branco- AC. A nova casa de acolhimento (continua sendo a única da capital) promete uma estrutura mais ampla e acolhedora aos imigrantes e refugiados, diferente do que vinha sendo visto no antigo local.

Rio Branco tem espaço para comportar até 80 imigrantes (Monteiro, Ellen *in: g1 AC – Rio Branco, 2024*).

Considerando o espaço disponível e a quantidade de imigrantes que chegam diariamente é comum encontrar as casas de passagem com superlotação e muitas vezes em situação de vulnerabilidade. A respeito disso, citamos o caso da antiga casa de passagem de Rio Branco, que foi submetida a uma vistoria pelo Ministério Público no primeiro semestre de 2024. A solicitação da inspeção foi justificada pelo conhecimento da superlotação e pela ineficiência do acolhimento aos refugiados e imigrantes.

A abertura do procedimento foi publicada no Diário Eletrônico do MP-AC no dia 3 de maio [de 2024]. Conforme a publicação, o órgão municipal tem recebido informações que relatam a 'ineficiência da assistência prestadas a população em situação de vulnerabilidade, em especial, as pessoas em trânsito migratório'. Por conta disso, o MP-AC determinou que equipes do Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial (Natera) faça uma inspeção na Casa de Acolhimento ao Migrante de Rio Branco, na Baixada da Sobral. O espaço tem capacidade para abrigar **35 pessoas**, contudo, atualmente atende **68 imigrantes** (G1 AC — Rio Branco, 18/05/2024, grifo do autor).

Além da superlotação, a falta de manutenção do lugar intensificou as dificuldades do acolhimento.

O Abrigo para Migrantes, em Rio Branco, tem capacidade para pouco mais de 30 pessoas. Porém, atualmente, são mais de 70 acolhidos, incluindo imigrantes e refugiados. [...] A estrutura já contava com a superlotação e agora os problemas também envolvem a falta de manutenção nos aparelhos de ar-condicionado, que estão sem funcionar. O espaço nos banheiros é minúsculo, e a encanação deixa a desejar (LEBRE, Victor; CARDOSO, João *in: G1 AC — Rio Branco, 23/06/2024*).

Diante da situação ineficaz foi inaugurado uma nova casa de passagem, em agosto de 2024, que promete proporcionar melhores condições aos imigrantes e refugiados que chegam. O novo prédio conta com a capacidade para 80 pessoas, sendo 16 dormitórios, banheiros internos, área de convivência e lavanderia. Segundo o secretário da Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), Wellington Divino, a casa de acolhimento é para aquelas pessoas vindas de outro país, que chegam dos municípios fronteiriços ou os quais estão pelo ambiente urbano (terminal de ônibus, rodoviária, praças) da capital (Monteiro, Ellen *in: g1 AC – Rio Branco, 08/08/2024*).

A casa de passagem para migrantes recebe aqueles que chegam por um fluxo espontâneo, ou seja, por conta própria, e também os que veem de modo articulado entre a casa de passagem da capital (Rio Branco) e as dos municípios fronteiriços que fazem essa recepção.

Segundo a coordenadora, Carla Adriana, os migrantes já chegam com um destino traçado. Na maioria das vezes, eles buscam ir para o sul do país e visam cidades como Curitiba, Santa Catarina, São Paulo e Cuiabá. Dessa forma, quando os migrantes chegam na casa de passagem, em Rio Branco, eles esperam até completar os recursos ou até mesmo conseguir as passagens para seguir a viagem. Desse modo, a casa de passagem é um lugar de esperança para que possam chegar no destino que querem.

Apesar de existir uma articulação entre as casas de passagem, a prioridade de acolhimento são os migrantes que já estão em Rio Branco e que, muitas vezes, por não terem condições ficam em situação de rua ou ficam vagando pela rodoviária. Destaca-se que as situações de rua aumentam as vulnerabilidades dos migrantes e isso pode influenciar no aumento de exploração da mão de obra migrante, bem como os casos de exploração sexual e tráfico humano. Dessa forma, é por isso que a prioridade de acolhimento da casa de passagem, em Rio Branco, são os migrantes que estão desassistidas na cidade.

Considerando a complexidade de acolhimento, a casa de passagem tem uma dinâmica que muda a cada 15 dias. Desse modo, os migrantes que chegam têm esse prazo para cuidarem das devidas regularizações e quando atingido os 15 dias, precisam deixar o local. Segundo a coordenadora da casa de passagem, essa dinâmica é amparada pelo regimento interno da instituição:

[...] A gente tem um regimento interno aprovado, onde tem todas as finalidades, objetivos, regras, perfil do migrante que nós acolhemos... Então, nós somos uma casa de passagem, né? Um acolhimento prioritário e emergencial para o migrante que está em trânsito, não residente. Pela Lei da Migração, esse migrante em trânsito é caracterizado pelo tempo. No Brasil, eles são considerados em trânsito quando é menos de 3 meses, acima de 3 meses já são considerados residentes. Então a casa não é para migrante residente, que é justamente para atender esse migrante que chegou da sua nação muito frágil, muito destruído e precisa de um acolhimento emergencial (Adriana Carla, entrevista oral, 07/05/2025).

A casa de passagem não é apenas um lugar para o migrante ter onde dormir e comer, mas além das necessidades básicas como moradia temporária e alimentação, existe um trabalho colaborativo que visa o cumprimento da política migratória. Desse modo, existe uma prática de tornar esse migrante autônomo e empoderado no Brasil para que ele possa seguir o seu destino ou residir em qualquer estado do país.

Quando o migrante chega na casa de passagem, ele passa por um “pré-acolhimento” que permite o primeiro contato entre os colaboradores da instituição e o

migrante. É no pré-acolhimento que o migrante passa por uma revista para que possa deixar retido (temporariamente) as armas brancas que carregam.

Diante do exposto, torna-se importante destacar que devido as condições de andanças dos migrantes é comum que eles estejam portando materiais pontiagudos e/ ou armas brancas, esses materiais servem como um objeto de defesa pessoal durante os percursos. Sob essa ótica, todos os materiais recolhidos são catalogados, separados em sacos e ficam sob a supervisão da casa de passagem até que o migrante cumpra o tempo no local ou até o pedido de desistência/saída da casa.

Por que existe esse recolhimento? Porque nós reunimos muitas nações, são povos diferentes, diferentes perfis psicológicos, e é a gente que media esses conflitos. Imagina uma casa dessa com dormitórios compartilhados... E aí, geralmente a gente media os conflitos que surgem devido a convivência, por isso não é recomendável eles estarem importando esses materiais porque se não acontece o incidente (Carla Adriana, entrevista oral, 07/05/2025).

Segundo a coordenadora da casa de passagem, os conflitos de convivência são comuns e por isso quando acontece os casos de graves ameaças, os migrantes são desligados da instituição. Tendo em vista essa realidade, a casa de passagem promove, em parceria com outras instituições, atividades e conversas pedagógicas educativas a fim de que se evite os grandes tumultos.

Ainda no pré-acolhimento e depois de desarmados é regido e lido um termo de compromisso, na língua do migrante, que contém todas as regras da casa para que eles fiquem cientes de todos os seus direitos e deveres naquele local. Após esses procedimentos formais, os migrantes são levados às dependências da casa para que possam se acomodar.

Tratando-se dos dormitórios, eles são coletivos e é no pré-acolhimento que os colaboradores da casa de passagem fazem a sondagem do perfil de cada migrante para que possam, sempre que possível, manter os vínculos parentais.

Então fica a esposa com a esposa, filho junto. Às vezes vem 2 grupos familiares viajando há muito tempo. A gente, se for possível, a gente preserva isso, deixa eles juntos, porque eles já são muito desconfiados por defesa própria. Então, por isso, eu jamais posso colocar no quarto de famílias um/uma migrante solo, porque é certo que isso vai dar confusão (Carla Adriana, entrevista oral 07/05/2025).

Passando o pré-acolhimento do migrante, no dia seguinte começam os procedimentos para ajustar as documentações necessárias para que o migrante possa circular livremente no país. Muitas vezes o migrante chega somente com o protocolo de refúgio, então os colaboradores da casa de passagem já se movimentam

para emitir o CPF e a carteira do SUS desse migrante. Além disso, é agilizado a abertura de conta bancária no país.

O migrante precisa do mínimo possível para seguir a viagem com tranquilidade. Então, quando ele chega só com o protocolo de refúgio, a gente tira o CPF dele. Depois de tirar o CPF, a próxima providência é a carteirinha do SUS, porque eles precisam ter acesso à saúde. É o direito deles terem acesso à saúde, no Brasil, através do SUS. Hoje nós também abrimos contas bancárias e levamos para atualizar a carteira de vacinação. Então... nós temos uma equipe que se articula para isso, temos um motorista na casa que fica à disposição tanto para ofertar esses serviços como para ir buscá-los na Rodoviária onde eles estão (Adriana Carla, entrevista oral, 07/05/2025).

Apesar da casa de passagem para migrante ser do município, a entidade possui uma política transversal e por isso depende de outras parcerias para que possam oferecer o melhor acolhimento para os migrantes. Entre as diversas parcerias, a coordenadora destacou o apoio da Pastoral do Migrante e das Universidades que estão frequentemente realizando atividades de apoio e conscientização na casa de passagem.

Tratando-se do dia a dia do migrante na casa de passagem, eles recebem uma rotina de trabalho para que possam juntos manter e cuidar da organização do espaço, além de ser uma forma de fazer com que eles se sintam pertencentes do lugar, quebrando as barreiras das línguas.

Assim como apresentado ao decorrer do nosso trabalho, as mulheres e crianças são mais vulneráveis nas trajetórias migratórias, por isso a casa de passagem possui uma atenção para esse público. Durante alguns dias da semana é oferecida uma oficina de corte e costura para as mulheres, essa atividade permite que a mulher migrante produza seus materiais e tenha a oportunidade de vende-los na rua para que lhe ajude na arrecadação de dinheiro para a continuação da viagem. Além disso, existe rodas de conversas com psicólogas e terapias ocupacionais a fim de diminuir a ansiedade e as preocupações dessas migrantes.

Ainda nessa perspectiva é possível notar o papel do homem como o líder da família, muitas vezes, enquanto o homem sai para trabalhar, as mulheres ficam na casa de passagem. Ou então, em alguns casos os homens levam a sua família (mulheres e crianças) para os sinais. Tendo em vista essa realidade da dependência emocional e financeira das mulheres aos maridos, a casa de passagem também oferta ações das legislações brasileiras que amparam os direitos e deveres da proteção às mulheres e às crianças.

Por fim, podemos destacar que a casa de passagem tem o intuito de gerar, no migrante, o sentimento de acolhimento e independência. Durante os 15 dias que o migrante fica acolhido na casa, ele é instruído sobre seus direitos e deveres no Brasil, permitindo que ele continue a sua trajetória minimamente melhor do que chegou no Acre. Além disso, a casa de passagem possui parcerias com outras organizações que, muitas vezes, permite que o migrante já saia com a passagem garantida ou até mesmo com uma proposta de trabalho.

2.4 Sociedade civil: Pastoral do Migrante – Rio Branco, Acre

O Serviço Pastoral do Migrante é uma ação pastoral social da igreja católica que atua em nível local, nacional e internacional na proteção e promoção da pessoa migrante e refugiada. A Pastoral do Migrante, no Acre, age como apoio aos municípios sendo normalmente acionada pelos órgãos de segurança para acompanhar alguns casos que chegam, principalmente nas regiões fronteiriças. Além disso, atua junto ao Comitê Estadual de Apoio a Migrantes, Apátridas e Refugiados no Acre, compõe o Fórum Nacional de Comitês e Conselhos Estaduais, em nível nacional, e realiza intermediações internacionais quando necessário.

Quem abriu potencialmente a fronteira do Acre foram os haitianos, mas antes desse período já havia tido um fluxo de imigrantes colombianos, por volta de 2002/2003 até 2005. Na época, o grupo de aproximadamente 27 famílias se fixou no estado e recebeu o apoio da Cáritas Diocesana, além do incentivo e atuação da ACNUR, que intermediou a contribuição financeira para que aquelas famílias pudessem criar um processo de estabilidade no Acre

Em 2010, quando iniciou a mobilidade humana no Acre, a ação pastoral esteve presente na tríplice fronteira: Brasil, Peru e Bolívia participando dos momentos de acolhimento aos migrantes que chegavam. Segundo Aurinete Souza, estar envolvido com esse tema é bom pois, enquanto igreja, contribuem com o apoio humanitário e reforçam a luta pela garantia e acesso aos direitos das pessoas que se movimentam por questões diversas.

Antes de existir as casas de passagem, os principais lugares procurados pelos imigrantes eram as igrejas. Ainda hoje, os imigrantes vão diretamente à igreja e solicitam ajuda, entre os principais pedidos estão a alimentação e higiene.

[...] acontece também deles chegarem direto, os migrantes chegarem direto ao nosso escritório que fica em Rio Branco ou em Brasileia [...]então como se

dá essa acolhida, a pessoa chega depois das 17-18 horas, o posto de fronteira da Polícia Federal está fechado, pra onde ele vai? O que ele vai fazer? Ele bate lá na porta da igreja, se tiver missa ele espera terminar, ele conversa lá, ele diz: "padre eu preciso de ajuda, eu preciso de comida". Geralmente é dada sim uma comida daquilo que tem na casa, então é oferecido, dependendo do caso para a pessoa tomar um banho, repousar um pouco... (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024).

Em outros casos, quando acontece uma grande demanda na fronteira, o coordenador da casa de passagem, o secretário de assistência social ou os próprios órgãos de segurança solicitam o Serviço Pastoral do Migrante, que faz o assessoramento dentro das suas limitações: quando há recurso é oferecido uma diárida em hotel, caso contrário é contado com o apoio de doações que permitem esse abrigamento temporário.

Então o apoio se dá quando chega o migrante ou quando chega uma demanda que não é em Rio Branco e essa demanda chega em alguns casos lá da fronteira... Nós somos acionados pelo coordenador da casa de passagem, pelo secretário de assistência social ou as próprias prefeituras fazem esse contato, e o que nós fazemos?! Se as vezes a gente tem recurso para um abrigamento em um hotel, por exemplo, a gente paga aquela diárida, só que **nós não podemos estender essa diárida, se for um migrante que vai precisar ficar 5-10 dias a gente já não tem condições** e quando não tem projeto como que isso acontece? Com apoio de voluntários, **as pessoas doam o que podem e a gente paga aquele hotel** né, depois pega a nota fiscal, presta as contas e avisa: olha, tá aqui o que foi feito com a pessoa que estava em mobilidade humana (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024, grifo nosso).

Esse apoio oferecido é algo provisório, pois a obrigatoriedade de promover o acolhimento é do Estado e dos municípios. Enquanto doutrina social da igreja, o corpo eclesial apoia o acolhimento, oferece a ajuda humanitária e depois encaminha para as entidades responsáveis.

Esse sujeito quando ele chega, ainda que seja um não nacional, ele tem direitos aqui também, [...] então a gente tem o apoio ali inicial, humanizado, a gente faz as escutas, nós também temos profissionais nas nossas equipes, temos psicólogos que trabalham também com a gestão de casos, temos pessoas que são assistentes sociais... são esses que dão esse apoio, esse encaminhamento (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024).

A oferta de apoio da Pastoral do Migrante não tem uma política específica de acolhimento às mulheres, mas há uma iniciativa de dar prioridade dentro dos parâmetros da regulamentação da segurança. Aurinete Souza, citou um documento francês que é um protocolo de segurança de acolhimento às pessoas e serve como orientação a este processo. Segundo a entrevistada, o protocolo "ESPHERA" trata as mulheres, mulheres com crianças e mulheres grávidas como prioridades. As mulheres

sozinhas, sem estarem grávidas e sem necessidades especiais também são prioridades, mas já fica um pouco mais em segundo plano.

O Acre não é uma rota migratória apenas de entrada no Brasil, mas é também de saída. A rota de Boa Vista (Roraima) é uma das que mais tem se destacado neste momento. “Normalmente quando eles [os imigrantes] conseguem visto ali [Boa Vista – RR] eles passam para Manaus, Manaus – Porto Velho, Porto Velho – Acre, Acre – Fronteira [Peru]” (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024).

[...] se tem oportunidade, por exemplo, que agora é o que está sendo muito cogitado: emprego nos Estados Unidos, você vai enriquecer nos Estados Unidos. Então os migrantes, e aí trato agora de todas as nacionalidades, vêm pela fronteira do Acre e aí é o processo inverso... eles entram pelo Acre no sentido de sair lá na fronteira de Inápari, ali no Peru, e seguir pela rota do México com os Estados Unidos, passando por aquele complexo, uma selva, que é [...] Darién¹³ (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024).

A maioria dos imigrantes estão em busca de emprego e melhores condições de vida para a família, por isso a busca pela sobrevivência insere essas pessoas em situações de vulnerabilidade e riscos. Dentro desses riscos aparece mais uma vez o transporte ilegal, os coiotes, que podem se tornar uma garantia de sobrevivência aos que atravessam.

[...] quando esse imigrante consegue passar com o apoio dos coiotes, que para ele se **torna um ícone, uma força, uma referência porque é aquele que tá dando apoio** para ele... E o coiote que está explorando passa a ser uma segurança, [...] as vezes o próprio **coiote consegue a documentação** dele... não sei como, mas consegue. (Aurinete Souza, entrevista via google Meet, 08/08/2024, grifo nosso).

Complementando a discussão sobre os coiotes, tem-se a ineficiência do monitoramento na fronteira. Quanto a essa fiscalização, Aurinete Souza destaca a falta de materiais informativos e de apoio, os quais facilitem a comunicação com aqueles que chegam.

Que possibilidades esse migrante tem, por exemplo, de ser atendido na região de fronteira, **ele não tem nenhuma informação** em relação a isso hoje... algo visual que ele chegue e seja acolhido: “Olha, se você precisa de atendimento a saúde você vai procurar o posto de saúde”, que é o que tem em Assis Brasil, não existe uma UPA, não existe um posto de atendimento de maior possibilidade (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024, grifo nosso).

¹³ A selva de Darién está localizada entre a Colômbia e o Panamá, sendo uma rota para quem sonha chegar aos Estados Unidos. Darién é considerado um dos lugares mais perigosos para a travessia de imigrantes e refugiados, os perigos locais abrangem desde as características naturais até a existência de grupos criminosos (Brasil, 2023).

A falta de informação e conhecimento do local impulsiona os casos de abuso ao imigrante e refugiado que passa por essa fronteira. Normalmente o valor do táxi de Assis Brasil para Brasileia (onde tem um hospital, por exemplo) custa para um nacional entre R\$50,00 e R\$80,00, mas para um imigrante já foi cobrado até R\$350,00 por pessoa.

A mulher imigrante fica mais exposta aos crimes de exploração, xenofobia, violência física e sexual e tem a sua segurança baseada na presença ou ausência do homem, sofrendo 2 ou até 3 vezes mais do que a mulher nacional.

A mulher está muito mais vulnerável e isso é em praticamente em tudo, então ela precisa ser duplamente, até triplamente segura e forte para superar tudo isso, porque tanto tem na fronteira... e ai também o que se **oferece na fronteira inclusive são determinados serviços de prostituição** (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024, grifo nosso).

Os casos de exploração sexual e prostituição estão entre as trajetórias de muitas imigrantes. Santos (2018), ao escrever sobre a prostituição e exploração sexual na fronteira Acre – Pando, analisa essa fronteira como uma área que é pouco estudada e que pesa sobre si uma perspectiva de desconhecimento, sendo usada principalmente por aqueles que a usa para fins de exploração sexual e tráfico humano. Portanto, a exploração sexual, a prostituição e o tráfico humano dizem respeito a ideia de gênero, o qual transmite a superioridade do homem sobre a mulher em muitos aspectos.

Tratar sobre as fronteiras para fins sexuais também diz respeito à abordagem de gênero, pois a relações entre **a mulher que se prostitui e os homens que contratam seus serviços é uma relação hierárquica**, que sempre foi vista com um olhar machista, **pondo a mulher como culpada pela prostituição e o homem livre de toda a culpa**, pois é algo “natural do homem” (Santos, 2018, p.53, grifo nosso).

Conforme Aurinete:

A mulher ela ainda é vista como prática sexual, então isso ainda é muito ruim, é uma forma de machismo também ali cultural, é uma coisa terrível que ela lida, ela precisa lidar com isso de uma forma mais incisiva. Ela fica mais vulnerável e até para os empregos também, as vezes elas são assediadas nos empregos né, assim como também as nacionais (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024).

Tratando-se da atual mobilidade humana, a nacionalidade venezuelana, no Acre, é o principal destaque e pode ser entendida a partir de dois momentos: o primeiro momento é marcado pela vinda dos homens e posteriormente começam a vir as mulheres, mulheres com crianças, famílias. Esse último momento começa a ser marcado pelo empoderamento das mulheres venezuelanas, sendo destacado pela

ocorrência de separações e divórcios de famílias venezuelanas quando chegam no Brasil (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024).

A mulher venezuelana quando ela encontra uma cultura diferenciada ela também se empodera, ela também renasce, ela também diz: opa, eu também sou capaz. Então eu acredito, é claro que na migração existe essa troca sim, isso é do ser humano: essa troca de culturas, essa troca também de identidades (Aurinete Souza, entrevista oral, 08/08/2024).

É destacado o relato de mulheres que eram donas de casa na Venezuela e que ao migrarem sozinhas com os filhos precisam prover, ser responsáveis pelo sustento. Em outros casos elas vêm com o esposo e separam no Brasil, porque também querem trabalhar na cidade, os filhos servem como apoio ao empoderamento dessas mulheres, pois com a separação elas assumem a autonomia de trabalhar e sustentar a família.

Sobre a inserção das imigrantes no mercado de trabalho, Aurinete Souza identifica que os postos de trabalho para essas mulheres já estão diferentes sendo mais administrativos e menos domésticos, tendo como exemplo a parceria com empresas do Acre que empregam os/as imigrantes em postos de trabalhos administrativos e até mesmo de gerência. As empresas escolhidas para essa parceria são avaliadas para saber se não existe irregularidades quanto ao trabalho de imigrantes, estando tudo certo a empresa pode solicitar o currículo de imigrantes que atendam o perfil do cargo necessário. Além desses postos de trabalho, a Pastoral do Migrante também contrata imigrantes para atuarem nos projetos conforme as exigências.

Sendo assim, a Pastoral do Migrante, na sua função de apoio a migração e refúgio do estado, prioriza a migração regular, segura e que garanta o direito das pessoas que chegam, evitando o maior índice de vulnerabilidade. Aos que se encontram sem a documentação nacional, a Pastoral do Migrante exerce um papel de intermediação e auxílio entre o migrante e a regularização brasileira, possibilitando o conhecimento do sujeito sobre o que fazer e como fazer. Durante o acolhimento não existe uma política específica para a acolhida de mulheres, o que se faz é seguir os protocolos de apoio humanitário que priorizam: mulheres, mulheres grávidas, mulheres sozinhas, mulheres com família.

CAPÍTULO 3 - MULHERES MIGRANTES NO ACRE: LUTAS E TRAJETÓRIAS

As discussões realizadas no primeiro e segundo capítulo ganharão veracidade (ou não) do que se tem discutido sobre a maior vulnerabilidade da migração feminina, sobre a influência do gênero nessas trajetórias e principalmente, a compreensão de que a feminização da migração não é mais um caso isolado e que a cada dia essas mulheres estão mais decididas a enfrentarem todos os desafios para terem uma vida melhor. Os dados contidos neste capítulo serão gerados a partir das entrevistas orais realizadas com as imigrantes que se encontram na casa de passagem de Rio Branco, principalmente.

3.1 Trajetória de uma refugiada política

É comum encontrar mulheres que têm as suas trajetórias migratórias atreladas a do seu esposo. A cubana, Hany Cruz, é uma desses exemplos que trataremos neste tópico.

Hany Cruz, formada em engenharia de informática, em Cuba, e pós-graduada em direitos humanos é refugiada política no Brasil desde 2018. Atualmente, reside no Acre junto com seu esposo (também cubano) e sua filha nascida, durante a trajetória migratória, é estudante de direito e funcionária da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado. Entretanto, os frutos de hoje são resultados de um processo começado em 2014, ano em que Hany e seu esposo decidiram fugir de Cuba.

A trajetória de Hany e sua família condiz com o que Schwinn e Costa (2016) chamam de “migração forçada”, ou seja, é um deslocamento que acontece devido o temor em ser perseguido. Para os cubanos, as opiniões políticas foram as principais motivações para a saída do país de origem. Entretanto, veremos que os outros aspectos como a economia, raça e nacionalidade influenciaram principalmente na mudança dos países-destino.

O esposo de Hany é ex-preso político desde 2002, mas foi no ano de 2014 que as perseguições e ameaças foram intensificadas. A partir das restrições do marido, Hany também passou a ter a sua liberdade limitada no país, motivo que impulsionou a saída/fuga para outro lugar.

Em 2014, no final de 2014, começou a se intensificar: nós já tínhamos segurança direta, segurança do Estado atrás da gente, vigiando a gente, cada

movimento... **Eu tive minha vida limitada, perdi meu emprego**, tive que terminar, foi muito difícil terminar por causa dessa situação, porque eu estava marcada pela sociedade. E começou a se intensificar tudo isso. A pessoa que estava vigiando nós, na época, morava bem próximo da minha casa, e teve uma hora em que ele disse que **ou a gente sumia ou ele (meu marido) ia preso novamente e eu ia junto com ele**. E aí a gente se sentou e conversamos que queríamos ir em bora. (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024, grifo nosso).

Considerando a situação vivida, o governo não autorizaria a saída do casal do país, por esse motivo foi necessário escolher um lugar que não precisasse de visto: Trinidad e Tobago. Em Trinidad e Tobago, Hany e seu esposo conseguiram a permissão de residência temporária e por lá permaneceram até 2016, momento em que o fluxo de venezuelanos começou a crescer no país. Apesar da filha de Hany ter nascido em Trinidad, a permissão oferecida aos imigrantes e refugiados não permitia o exercício de trabalho e criação de conta bancária local.

Enfim, aí a gente decidiu que não aguentava mais. Eu passei três anos sofrendo preconceito, xenofobia, racismo porque as pessoas nem acreditam, mas Tobago é uma ilha de negros e índios, índios da Índia, então quando chegava um branco naquele país riam da gente, faziam chacota, enfim... todas aquelas questões que estão contidas no racismo e foi muito difícil, extremamente difícil passar por toda aquela situação durante 3 anos, até que falei para meu esposo: Chega, aguento mais não, meu esposo falou: Hany, então bora cruzar a fronteira (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024)

Além dos preconceitos contidos na sociedade, Hany descreve o quanto foi difícil os anos em Trinidad e Tobago, principalmente por causa da polícia que era corrupta. A cubana relata que quando o imigrante era visto pelas ruas logo era abordado por policiais e aqueles que não tivessem a permissão de estar ali cumpriam a prisão e depois eram deportados. Entretanto, a insegurança não estava só nas ruas. Muitas vezes Hany viu o prédio em que morava ser invadido por policiais armados e com cães de guarda em busca de migrantes que ali se abrigavam. Não importava se você estivesse dentro de casa ou nas ruas, eles (os policiais) iam atrás.

Schwinn e Costa tratam esses momentos como “luta pela sobrevivência”.

Para os refugiados, a luta pela sobrevivência que se inicia com a fuga de seus países, se estende pela longa jornada aos países de destino e não cessa ao chegarem lá: muitos são os países que fecham as portas e restringem direitos fundamentais de migrantes e refugiados, contrariando frontalmente conceitos básicos do direito internacional, como o princípio da igualdade e não discriminação (Schwinn; Costa, 2016, p.222).

Conforme temos discutido, é possível perceber que na maioria das vezes o migrante/refugiado não permanece no primeiro lugar-destino devido a situação que

encontra ali. Sendo assim, os percursos vão sendo desbloqueadas espontaneamente e países que antes não estavam em questão passam a ser novos destinos.

Cansados da situação e correndo o risco de serem deportados, Hany e seu esposo decidiram cruzar a fronteira em direção ao Uruguai. No aeroporto eles disseram que iam viajar de férias para a Guiana Inglesa, se falassem que iam migrar seriam deportados. Ao chegar na Guiana Inglesa, a família fez “aquela travessia que todo imigrante faz”: atravessaram a selva em uma van juntos com outros imigrantes.

“Aquela travessia que todo mundo faz” é mediada pelos agenciadores de viagem, os coiotes. No Brasil, esses agenciamentos são ilegais, mas é uma prática comum principalmente entre os migrantes que não têm condições de entrar no país por vias aéreas e regulares. Apesar dos riscos neste tipo de agenciamento, Hany esclarece que o coiote é, também, uma “garantia e segurança” ao migrante. É ele, o agenciador, que conhece o percurso menos arriscado¹⁴ e o horário adequado para atravessar as fronteiras.

Ao chegar na ponte que faz a divisa entre Bonfim (Brasil) e Lathen (Guiana Inglesa), os imigrantes eram divididos: para um lado foram aqueles que tinham dinheiro e atravessaram a fronteira de helicóptero, para o outro lado foram os que não tinham as condições financeiras e atravessaram correndo. Hany contou que fez parte do segundo grupo e que mesmo estando acompanhada do seu esposo é cada um por si, além disso encontrou dificuldade para correr com a filha no colo, pois o seu esposo trazia as malas.

Então o coiote nos falou: bora que é agora, a polícia acabou de passar, ou seja, já entrou para dentro do país, já no esta, mas aí na fronteira, é hora de ir em bora. Ai todo mundo saiu correndo, tinha que correr não pode ir andando, pois se eles voltam eles te pegam e te deportam. Aí foi aquela história “corre, corre”, foi extremadamente difícil. Eu meço 1,55, minha filha ela sempre foi mais pesada que eu, hoje eu peso 46 quilos, na época pesava eu acho que uns 43 – 44 quilos, a minha filha hoje está pesando 21 quilos e está magra, extremamente magra, na época ela estava extremamente gordinha para mim. Eu já vinha de 2 dias sem dormir quando entramos ali na selva lá dentro e aí eu tive que carregar ela, porque meu esposo vinha com as malas e a... eu sempre falo, aquela foi a maior tortura que eu passei, aqueles trajetos são grandes, é uma escalação de um lado para o outro, são lugares altos e eu sou pequenina para subir aquelas escalações. Ninguém te ajuda, te vira, toma teu jeito e te arruma e vai. Aí aquele momento foi extremamente tortuoso para mim atravessar, eu lembro que eu gritei: Meu deus, socorro, eu sei que está me escutando, me ajuda porque não consigo, se eu não chego vou ser pega. Eu chorava e gritava pedindo ajuda (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024).

¹⁴ Por percurso menos arriscado nos referimos às questões de fiscalização policial, visto que essas travessias são feitas por rotas não autorizadas e se as pessoas forem pegas serão presas e deportadas ao país de origem.

Hany carimbou o seu passaporte em Bonfim, seguiu para Boa Vista e depois foi para Manaus com os planos de seguir para o Uruguai. Porém, a partir da chegada em Manaus, a trajetória de Hany começou a sofrer seus imprevistos e a rota foi replanejada conforme as necessidades e condições do casal.

Segundo Hany, a experiência com o povo brasileiro não foi boa em Manaus, ao procurar ajuda na Cáritas Diocesana de Manaus foi informada que não poderia ser acolhida, pois o serviço oferecido era somente para os venezuelanos. A refugiada contou que naquele momento se sentiu desesperada, pois tinha passado mais de três horas procurando aquela unidade, sua filha estava chorando com fome porque não tinha leite e ela também não conhecia nada sobre as fórmulas brasileiras. Diante do desespero, o esposo de Hany tomou a direção da situação e sabendo dos seus direitos como refugiado político reconhecido pela ACNUR exigiu a presença de alguém que pudesse resolver a situação.

Passando os transtornos, Hany e sua família foram permitidos ficar 1 semana na casa de passagem, mas atingindo esse prazo deveriam sair. Concluindo o tempo, a Cáritas Diocesana de Manaus ofertou um cheque de 600 reais para que o casal pudesse alugar um estabelecimento na cidade.

Ai quando eu cheguei lá me disseram que iam me dar uma ajuda de custo: nós vamos te dar 600 reais para que tu alugues um lugar, ai eu falei: com 600 reais pago o aluguel?!, eu vou pagar o aluguel, mas como vou cozinhar, minha filha vai comer o que? Vou nada, vou em bora daqui, no vou ficar aqui nem a pau (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024).

Com a decisão de migrar para o Peru foi necessário sair de Manaus e vir em direção ao Acre. A rota foi realizada através da viagem de barco, que durou 5 dias, saindo de Manaus para Porto Velho e Porto Velho- Acre. Chegando em Rio Branco, Hany procurou a Catedral da Igreja Católica para que pudesse garantir pelo menos um repouso e alimentação para ela e sua família.

Os caminhos seguidos, as mudanças de destino e os meios utilizados nas travessias sofrem alterações frequentemente, principalmente quando o migrante está com pouco dinheiro ou quando chega em lugares que não proporcionam o acolhimento. Segundo Martins (2020), a estratégia de mobilidade é uma relação entre a decisão de partir do migrante, e a escolha de receber do Estado.

Elas – as estratégias de mobilidade – tornam-se o conjunto de fatores que promovem as espacialidades de grupos migrantes nos lugares escolhidos para ser parte de sua mobilidade. Elas possibilitam não só a permanência, a

formação de novas redes migrantes e novas estratégias de mobilidade. Elas permitem a consolidação de um processo político baseado e iniciado pela escolha, pela própria opção de migrar [...] e como elas continuam ainda que um migrante permaneça em um determinado lugar, no *lugar chegado* (Martins, 2020, p.76).

As estratégias da mobilidade no Acre começam quando Hany vai ao escritório da Cáritas em busca de acolhimento. Neste primeiro momento, foi informada de que a igreja não atua diretamente no acolhimento e o que poderiam fazer era encaminhá-los para uma casa do migrante que recebia pessoas de diversas nacionalidades, a casa Lage.

A casa ofertada era composta por dois quartos que acolhiam mais de 15 adultos e umas 7- 8 crianças, na sua maioria senegaleses e haitianos. Hany e seu esposo não se adaptaram com o local, primeiramente porque não havia um cômodo para todos, seguidamente havia um choque de culturas que dificultava a convivência entre os imigrantes.

Incomodados com a situação viram a possibilidade de irem para outro lugar, a partir de então o padre Massimo da igreja Santa Cruz, localizada no bairro Irineu Serra, foi “uma peça principal” na vida dos cubanos, pois proporcionou o acolhimento deles em uma casa da pastoral diocese que tinha outras três famílias de migrantes: uma família de venezuelanos, um cubano e um peruano. Apesar do ambiente e da convivência serem melhores, Hany ainda tinha a intenção de seguir viagem para o Peru.

Aí eu falei para o padre que só queria ir em bora, que não queria ficar ali, que ia atrás de dinheiro para ir em bora, só que minha filha ficou doente pela travessia do barco né, ela chegou desidratada, não comia, não bebia, não queria nada né, aí eu entrei numa crise e fiquei doente também. Ai o padre Massimo no seu sentido de ajudar falou: Hany, fica tranquila estou aqui para te ajudar, fica aí sem problema. Ai eu: está bom, padre... e fui ficando (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024).

Enquanto ainda estavam abrigados na casa diocesana chegou um casal que procurava uma mulher/migrante para trabalhar de empregada doméstica. Hany ao ser apresentada contou ter notado um olhar de desprezo, por parte do homem, que só foi mudando ao saber que ela estava acompanhada da sua filha e, principalmente, do seu marido.

O homem olhou assim pra mim, meio assim [cara de desprezo] ... aí ele falou que eu era nova né, 25 anos, eu no mínimo devia estar atras de um homem né, atrás de dinheiro no mínimo... Aí veio a minha filha e parou do meu lado, aí ele falou: essa es tua filha, aí eu: é, aí ele me falou: Vixi e tu tá com quem mais? Aí eu falei: com meu esposo, e ele disse: cadê ele? aí eu: está aqui, e o meu esposo: eu estou aqui. Aí foi quando ele já relaxou porque viu que era

uma família, no era una mulher jovem sozinha (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024).

O casal de acreanos levou os migrantes no mesmo dia, propuseram um emprego de síndico ao esposo de Hany e ofertaram um apartamento para que os cubanos morassem. Hany e seu esposo trabalharam para o casal de brasileiros por dois anos, sendo descrito como um momento extremamente importante para que pudessem se acostumar com a realidade local.

Com esses relatos chamamos a atenção para o que discutimos sobre como a mulher migrante tem a sua trajetória atrelada ao homem, Hany talvez não tivesse sido escolhida para o emprego caso não estivesse acompanhada do seu esposo. Outra situação é o fato de que durante esses dois anos apenas o esposo de Hany teve a carteira de trabalho assinada, o que mostra mais uma vez a hierarquia conservadora de poder que circula nas oportunidades de trabalho entre os homens e as mulheres.

A língua é um dos principais meios de comunicação entre as pessoas, tendo o poder de facilitar ou dificultar o acolhimento da migrante. Estados como o Amazonas e Acre possuem uma relação com países que têm o espanhol como idioma, sendo assim podemos dizer que há uma familiaridade entre as línguas, possibilitando uma interação mínima entre migrantes e não migrantes. No caso do estado do Acre,

A fronteira política partilhada entre Brasil e Bolívia, através de Brasileia, Epitaciolândia e Cobija, acabou trazendo o espanhol para o cotidiano dos moradores desses municípios acreanos, transformando o castelhano em uma espécie de segunda língua para grande número de pessoas naquelas localidades, tornando, portanto, mais fácil a prestação de auxílio (quando o desejo for esse) aos imigrantes que já dominam esse idioma (Santos,2016, p.35).

Aqui consideramos as trajetórias como fenômenos que são construídos a partir das relações interpessoais, e essas relações influenciam na adaptação ou na não-adaptação da migrante no lugar chegado.

Hany, enquanto contava sua trajetória, destacou dois momentos em que se sentiu menosprezada e constrangida devido a comunicação. A primeira situação aconteceu em Manaus, quando Hany tentava se deslocar e pediu ajuda para um rapaz que estava na parada de ônibus, mas a reação de negação do homem foi espontânea: “ah, não sei, não sei” e assim ele foi saindo de perto.

Outro momento foi quando já estava trabalhando de empregada doméstica na casa do casal que a recrutou enquanto estava no abrigo, em Rio Branco-Ac. Nessa situação, houve uma confusão entre os significados das palavras para o português e

para o espanhol. Ao ser pedida para “temperar” o feijão, Hany entendeu que era para dar “temperatura”, ou seja, esquentar a comida, entretanto era para colocar os temperos e as verduras. Não obstante, a migrante destacou que um dos momentos que mais ficou constrangida foi quando pediram para que ela limpasse o chão porque o ar-condicionado estava “pingando”, para Hany “pingando” é a “parte privada do homem” e ela ficou sem entender por que haviam falado aquilo para ela.

Tratando-se da língua, essas não foram as únicas situações, mas são situações recorrentes durante as trajetórias da Hany e de todas as outras migrantes.

Enfim, são coisas que hoje eu rio, mas na época era extremamente constrangedor, até quando ela falou “pingar”, eu fiquei: meu Deus, por que agora está falando de homem para mim? Fiquei constrangida. Havia situação de eu perguntar na parada para pegar “boceta”, uma boceta não é nada mais do que “ônibus”, mas aqui é outra coisa e nos coloca nesses momentos de constrangimento, ainda mais na condição de mulher (Hany Cruz, entrevista oral, 13/09/2024).

Apesar das experiências que não foram sempre boas, Hany não demonstra arrependimento de ter vindo ao Brasil, bem como não tem interesse em sair do estado do Acre para outro lugar. De certo modo, Hany construiu a sua identidade e ressignificou a vida da sua família no estado. Hoje, mesmo fazendo parte de um círculo de influência e dominando minimamente o português, Hany ainda vive momentos de constrangimento e preconceitos nas ruas, trabalho e faculdade. Essas situações, assim como destaca a migrante, não estão restritas ao simples fato de ser migrante ou mulher, mas ao fato de ser MULHER E MIGRANTE.

3.2 A marca que o/a migrante deixa por onde passa

Como já apresentamos, a feminização da migração é circundada por uma rede de poder que expulsa e atrai as migrantes, entretanto a busca pelas melhores condições de vida é o motivo primordial dessa mobilidade.

Aqui apresentaremos a história da Raymaris, venezuelana, que deixou o seu lugar de origem devido as condições econômicas do país. Formada em enfermagem e com a ajuda da sua mãe, a migrante tinha condições de sobreviver no seu país, mas não era o suficiente para ter uma boa qualidade de vida. Sentindo a necessidade de ter uma melhor estabilidade profissional e econômica, Raymaris deixou a Venezuela

e foi em direção ao Peru. No Peru, a migrante viveu por 5 anos e depois veio para o Brasil, entrando pelo Acre, acompanhada do seu esposo e um amigo do casal¹⁵.

A razão pela qual tive de sair da Venezuela foi porque a situação estava bastante crítica, havia muito crime, o transporte..., mas sou enfermeira graduada e tinha um emprego, não tinha um bom salário, mas ainda podia comprar comida porque era difícil conseguir comida, era cara. Eu não tinha filhos, não tinha nenhuma responsabilidade, então, só minha mãe que me ajudava, eu podia comprar comida, mesmo antes de sair eu podia comprar roupas, sapatos, comer em um restaurante, mas o crime e o transporte me forçaram a sair da cidade (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025).

A história da Raymaris nos chama a atenção principalmente na sua experiência com o mercado de trabalho nos países que viveu durante a mobilidade. No Peru, a venezuelana trabalhou em um restaurante durante os 5 anos. Começou como atendente, depois foi para ajudante de cozinha e por último já estava como responsável pelo restaurante. Já no Brasil, especificamente em Rio Branco-Acre, a migrante teve mais dificuldade em conseguir trabalho, principalmente de carteira assinada. Em contrapartida, o seu esposo começou a trabalhar em uma tapeçaria no dia seguinte da chegada na cidade.

No Peru é mais fácil conseguir emprego, só que lá existe muito tráfico de pessoas e como mulher isso nos dá medo. No Brasil é o contrário, é mais fácil para o meu marido conseguir um emprego porque ele é homem, porque ele pode fazer qualquer atividade, então, como mulher, às vezes, quando estamos chegando ao Brasil vamos conseguir empregos como cuidadoras (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025).

Conforme Assis (2007), o mercado de trabalho segregado direciona as oportunidades que as migrantes recebem ao chegarem em um país. Na maioria das vezes, a principal “oportunidade” para as mulheres migrantes são as atividades domésticas, enquanto os homens são direcionados para os setores da construção civil. Dessa forma, é possível percebermos que a segregação do mercado de trabalho tem a influência de direcionar os caminhos dos/das migrantes.

A língua também é um dos fatores que pode facilitar e dificultar a inserção da migrante no mercado de trabalho no país-destino, sendo bastante destacada pela trajetória da Raymaris no Brasil. Parafraseando as palavras da migrante: é difícil

¹⁵ A Raymaris não entrou em detalhes sobre a experiência do percurso da Venezuela até o Peru, mas esclareceu que fez sozinha a rota: Venezuela – Colômbia – Equador – Peru. Foi no Peru que ela conheceu o seu marido que, por coincidência, também é venezuelano. Os dois investiram no próprio negócio, mas foram roubados por alguém que era próximo do casal e desde então começaram a sofrer ameaças no local. A escolha do Brasil como país-destino se deu pelo fato de já terem familiares vivendo aqui, dessa forma tiveram a direção dos protocolos a serem seguidos para entrar no país.

trabalhar com o atendimento ao público quando não se fala o português, mesmo que tenha pensado em trabalhar “dentro da cozinha”, como no Peru, também não conseguiria se comunicar com as pessoas lá dentro.

Segundo Bahia (2015), o migrante é um “nômade idiomático”:

A questão do idioma coloca-se desde o primeiro momento. O imigrante é um “nômade idiomático”, isto é, necessita construir uma ponte entre o lugar de origem e o lugar de estrangeiro, resultando num “esquecimento” necessário ao adquirir a nova língua. Isso leva a um conflito em que não recuperará o que foi esquecido e nunca se apropriará totalmente da nova cultura. (Bahia, 2015, p.188).

No início da sua estadia em Rio Branco, Raymaris chegou a trabalhar de empregada doméstica na casa de um homem que, segundo ela, tratava-se de uma pessoa importante na cidade. Porém, o trabalho que poderia ser uma oportunidade para ajudar a migrante a se estabilizar no estado foi, na verdade, um cenário de exploração e constrangimentos trabalhistas, sendo enfatizado por ela como uma “má experiência”.

Quando cheguei, também trabalhei alguns dias limpando uma casa, o que foi uma experiência muito ruim, porque eu não sabia quanto era pago por uma diária de limpeza e... ele **me pagava apenas 30 reais por dia** para limpar, e às vezes eu cozinhava. Era uma casa muito grande porque era uma **pessoa muito importante** de Rio Branco e, **apesar do conhecimento** dessa pessoa, ele decidiu **me pagar 30 reais** e não incluía a passagem (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025).

Raymaris contou que não conhecia sobre os direitos trabalhistas brasileiros e por isso não tinha ideia de quanto deveria receber, das atividades que seria da sua competência e dos dias a serem trabalhados. Sendo assim, aceitou a proposta que foi oferecida pelo empregador.

Diante da situação, a migrante estava trabalhando de segunda a sexta, das 7 horas da manhã até às 14:00 horas da tarde. Durante o expediente ela limpava a casa, lavava e passava as roupas, cozinhava e tinha momentos que precisava descascar as frutas que o empregador iria comer.

Então, eu tinha que lavar suas roupas, cozinar para ele, limpar para ele... **chegava às 7 horas da manhã**. Supostamente eram apenas 4 horas de trabalho, mas às vezes eram 2 horas da tarde e eu estava lá [...]. Chegou um momento em que eu tinha que levar comida, tinha que descascar as frutas que ele ia comer, cortá-las em pedaços pequenos, eu preparava um pouco de comida e dava a ele, e ele queria ser servido (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025, grifo nosso).

No Brasil, a Lei Complementar nº 150 de 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional nº72, estendeu às empregadas domésticas os direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores com carteira assinada. A Lei Complementar garante a obrigatoriedade do empregador de formalizar a carteira assinada da empregada doméstica que presta serviço mais de duas vezes na semana, bem como: salário-mínimo, FGTS, hora extra, entre outros. Para além dessas condições há a possibilidade de contratar em tempo integral ou parcial, respeitando a limitação de até 44 horas semanais e, no máximo, 8 horas diárias.

O desemprego, a não adaptação com a língua, a falta de conhecimento da legislação e a necessidade de sobreviver no país são fatores que contribuem para que as mulheres migrantes permaneçam em situações de exploração e vulnerabilidade socio-trabalhista. Tratando-se dos aspectos destacados, eles podem ser responsáveis por impulsionar problemas psicossociais, inclusive para aquelas mulheres que, apesar das dificuldades, viviam uma vida de independência financeira antes da migração.

Conforme as situações foram ficando mais vexatórias, Raymaris e seu esposo decidiram que ela não tinha que estar passando por aquelas situações de desconforto no trabalho, além disso foi durante aquele momento que ela descobriu estar grávida e como já havia perdido um bebê, enquanto morava no Peru, necessitava de repouso absoluto. Foi durante o período de solidão que a migrante conheceu a Cáritas e desde então construiu uma familiaridade com a comunidade.

Foi somente quando a Raymaris conheceu a Cáritas que ela teve o real conhecimento dos seus direitos. A instituição orientou que a migrante fizesse a denúncia do rapaz que a “contratou”, pois ela havia como provar o trabalho que estava fazendo, porém, mesmo tendo os seus direitos garantidos ela decidiu não levar a situação a diante pelo receio de arrumar problema em um país que estava acabando de chegar.

No momento da pesquisa, a Raymaris atuava junto com a Cáritas no acolhimento de pessoas. Desde que conheceu a entidade ela se colocou à disposição para ajudar outros migrantes, começou como voluntária e depois foi aprovada em um processo seletivo para atuar na entidade, tendo a garantia de receber uma bolsa-salário. Em suas atividades, a mulher auxilia outros(as) migrantes que buscam ajuda no estado do Acre, bem como realiza atividades de apoio na casa de passagem de Rio Branco.

Eles queriam que eu indenizasse esse homem porque ele tinha o hábito de se aproveitar das necessidades das pessoas, e imagino que essa não tenha sido a primeira vez que ele fez isso. Eles até me disseram que eu ainda **poderia fazer uma denúncia** porque eu tinha os pix e as conversas: "Estou indo, estou aqui, estou na porta" para que ele pudesse abrir a porta. Então **eu tinha como provar** que estava trabalhando lá..., mas **decidi deixar isso de lado**, não quero iniciar um processo, iniciar um problema, **estou chegando em um país** (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025, grifo nosso).

O trecho, que a Raymaris diz que preferiu deixar a situação de lado porque estava chegando em um novo país e não queria arranjar problemas, expressa o medo da deportação que acompanha praticamente toda(o) migrante. Esse receio não se resume somente aos casos de violências trabalhistas, mas também a doméstica e social.

A dependência econômica, a falta de documentação e as ameaças constantes têm mantido as mulheres imigrantes em silêncio. [...] Além da falta de conhecimento sobre a legislação nacional, a dependência econômica e o trabalho degradante, além da falta de documentação e do medo, são outras barreiras que impedem a mulher imigrante de denunciar. [...] O cenário de exploração também se torna impedimento para que as imigrantes tenham acesso à Justiça (Brandino, 2013).

Tratando-se ainda sobre o medo que os imigrantes têm de denunciar as situações vexatórias que lhes acontecem, observou-se como esse sentimento é compartilhado entre os migrantes, demonstrando mais uma vez como que as redes funcionam entre eles.

Algo que eu estava falando em uma conversa que tivemos na casa de passagem sobre interesses de trabalho, e eu estava falando com eles que, às vezes, **por sermos imigrantes, temos medo de falar quando abusam dos nossos direitos**, então é melhor não dizer nada, é melhor ficar calado, não importa que abusem dos meus direitos porque **eu preciso do dinheiro**, é algo que eu preciso. Então, sempre deixamos que abusem de nossos direitos porque não queremos passar vergonha, ter repercussões, ter mais problemas... Então, deixamos que as pessoas vejam que não fazemos nada, **por isso sempre haverá pessoas que se aproveitarão das necessidades, da vulnerabilidade que temos como estrangeiros** (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025, grifo nosso).

Segundo Brandino (2013), por meio do portal de notícia Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha: a Lei é mais forte, o medo da deportação diminui o conhecimento pela justiça sobre os casos de violência e por isso se torna necessário o incentivo de cartilhas e ações que promovam o apoio e disseminem a informação para os migrantes, principalmente para as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade maior do que os homens.

Caminhando para o final da conversa foi possível perceber o sentimento de gratidão que a migrante tem pelas pessoas da Cáritas, pois lhe acolheram em um

momento de vulnerabilidade social, física, mental e financeira. Além disso, existe uma conformidade com as “oportunidades” que lhes são dadas no Brasil e que lhe garantem fazer uso dos seus direitos, não porque é migrante, mas porque é uma pessoa¹⁶.

Destacando a acessibilidade que tem no Brasil com a documentação, o acesso a saúde, a inclusão em benefícios e o acolhimento das pessoas, Raymaris destaca a importância de fortalecer o ideal de que o imigrante não é algo ruim para o país, mas são pessoas que vêm em busca de uma melhor qualidade de vida e que chegam para acrescentar na sociedade.

Há, de fato, pessoas que entram no país para fins ilícitos, que vêm fugindo ou com antecedentes criminais, porém esse tipo de mau comportamento não se trata de uma particularidade dos migrantes, pelo contrário, vemos diariamente nos jornais de notícias a diversidade de barbaridades cometidas por brasileiros. Todavia, quando se trata de migrante existe uma discriminação maior e não importa a nacionalidade, nesses casos todos são taxados pelo erro de um.

A partir desse contexto, a Raymaris destaca a sua preocupação e a ênfase que ela leva aos outros migrantes de que eles precisam sempre deixar algo positivo no país, demonstrando que estão aqui para acrescentar: **temos que deixar nossa marca por onde passarmos, sempre somar.**

Quando temos atividade com migrantes, sempre digo a eles para **abraçarem as oportunidades** que os brasileiros nos dão, porque é difícil conseguir isso em outro país, então sempre digo a eles para **deixarem uma marca**, para **deixarem um lar**, para sempre abordarem **algo positivo**, para **sempre falarem o melhor de nós como estrangeiros**. Por isso, sempre digo que **temos que deixar nossa marca por onde passarmos, sempre somar** e... temos que dar o exemplo e mostrar que não somos todos maus, temos que mostrar que viemos para cá para ter qualidade de vida para nós e para nossa família (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025, grifo nosso).

Considerando que esse é o verdadeiro objetivo deste trabalho: dar espaço para que as mulheres migrantes contêm suas trajetórias, deixo aqui a fala *ipsis litteris* da Raymaris:

Yo lo gracias por tomamos lo encuentra, porque a veces como mujer somos excluidas entonces que tú incluya las migrantes para que los conozca un poco de la historia y do proceso que pasamos, porque mi historia no es igual de otra persona. As personas que llegaran con dinero han logrado alugar,

¹⁶ Texto original: “E para mi es, de verdad, una personalidad que tiene o brasileiro e las leis brasileiras, que realmente a ca podemos hacer valer nuestros directos, no porque somos migrantes, mas somos personas” (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025, grifo nosso).

han logrado ficar más tranquila do que a gente que no tiene nada, que fica pela rúa y es mucho más difícil. Entonces realmente que tenemos una oportunidad de falar y ser escuchada es mucho importante porque tiene personas que nen se preocupan, nen ligar, no importa lo que hace, o que acontezca con los migrantes. Por eso agradezco por tú para que tome cuenta de las mujeres, no son como migrante más como mujeres también¹⁷ (Raymaris Rodrigues, entrevista oral, 15/01/2025).

Encerrando a entrevista, Raymaris agradeceu o espaço que lhe foi dado para que pudesse contar a sua história, destacando a importância de que momentos como esses dão visibilidade às mulheres que são, muitas vezes, excluídas do próprio processo migratório. Nenhuma trajetória é igual a outra, cada mulher passa por situações, facilidades e vulnerabilidades que outras podem não passar, entretanto cada uma tem a sua importância e contribuição na mobilidade.

¹⁷ Tradução para o português: Agradeço a você pelo encontro, porque às vezes, como mulheres, somos excluídas, então incluem os migrantes para que conheçam um pouco da história e do processo pelo qual passamos, porque minha história não é a mesma que a de outra pessoa. As pessoas que chegaram com dinheiro conseguiram encontrar um lugar, conseguiram se estabelecer com mais tranquilidade do que as pessoas que não têm nada, que se estabelecem na rua e é muito mais difícil. Portanto, o fato de termos a oportunidade de falar e sermos ouvidos é muito importante porque há pessoas que não se importam, que não se importam, não importa o que aconteça com os migrantes. É por isso que agradeço por levar as mulheres em consideração, não apenas como migrantes, mas também como mulheres.

CAPÍTULO 4 - PROJETO MULHERES MIGRANTES NEGRAS EM DIÁSPORA NO BRASIL

O projeto de mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil surgiu a partir da iniciativa de um plano-projeto da professora Maria da Graça Hoefel, da Universidade de Brasília, junto com a colaboração de docentes de outras universidades do país: Universidade de Brasília – Faculdade de Ciências da Saúde (Fs/DSC), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Acre.

O projeto é fundamentado a partir do método construído pelo Projeto Vidas Paralelas (PVP), coordenado e implementado desde 2008 no Brasil, e visa revelar a vida, o trabalho e a cultura, a partir do olhar daqueles que vivenciam diferentes grupos da sociedade, através da produção de imagens, fotografias e expressões. A partir desse pressuposto, o PVP busca manifestar as opressões de gênero, classe, raça/etnia, nacionalidade, status migratório e orientação sexual das mulheres negras migrantes, à luz das interseccionalidades, a fim de produzir meios de políticas públicas que garantam os direitos humanos desta população (Hoefel, 2024).

As equipes responsáveis pela direção do projeto nas universidades fizeram cursos introdutórios de racismo estrutural, alinhamento da metodologia vidas paralelas e outras temáticas. O preparo dos grupos é uma forma de assumir o comprometimento em lhe dar com as dores e marginalizações vividas por outras mulheres que, muitas vezes, estão em condições inferiores as nossas.

Sob essa ótica, o capítulo 4 irá apresentar as manifestações abordadas pelas mulheres negras migrantes que se encontram na cidade de Rio Branco e que fazem parte do Projeto de Vidas Paralelas, do polo na Universidade Federal do Acre. Este capítulo conta com uma parte das trajetórias de 5 mulheres migrantes que não chegaram no Brasil, especificamente no Acre, da mesma forma e com as mesmas condições. Por sua vez, à luz do objetivo do projeto, não há uma trajetória melhor ou mais fácil, todas as mulheres [migrantes e não migrantes] estão diante da mesma margem de vulnerabilidade física, social e econômica.

4.1 Encontro de mulheres migrantes negras, no polo da Universidade Federal do Acre

No Acre, foi necessário que a professora-tutora Valéria Rodrigues, acompanhada por bolsistas, buscassem mulheres migrantes negras para participarem do projeto. Ao final de uma das reuniões, em uma conversa informal, a professora relatou ter tido impasse em encontrar as migrantes. A princípio, este foi o primeiro contato da professora com as relações migratórias e por não ter uma convivência com a temática houve dificuldade em saber os lugares ou pessoas que pudessem ajudá-la a encontrar as migrantes.

Em seguida, este projeto exigia o compromisso das migrantes com as reuniões semanais e, por isso, era necessário que essas mulheres tivessem condições de se comprometerem com as atividades. Apesar da oportunidade de 10 bolsas remuneradas para migrantes, o núcleo da Universidade Federal do Acre encontrou apenas 5 mulheres para participar do projeto, porém uma das migrantes deixou de presenciar os encontros porque começou a trabalhar em uma empresa privada de limpeza, na qual não aceitou fazer a sua liberação.

A oficina contava com uma apostila de direcionamento e alinhamento da duração das atividades, os objetivos e o tema dos encontros. De acordo com a apostila, as reuniões foram contempladas por 10 etapas com durações que podem variar de 1 a 8 horas (Hoefel, 2024).

Abaixo, na tabela 2, pode-se observar o panorama das etapas, a forma da abordagem e o objetivo das atividades. Ressalta-se que as etapas não correspondem a um único dia, mas são desenvolvidas ao longo dos encontros e de acordo com o cumprimento das finalidades.

Outro destaque é o elo existente entre as diferentes etapas de modo que uma complemente a outra, sem deixar de lado o objetivo principal do projeto que é desenvolver um instrumento político que estimule a construção de estratégias que favoreçam a organização social e a garantia dos direitos humanos.

**Tabela 2: Etapas do Projeto de Mulheres Negras em Diáspora no Brasil:
Cartografia das Opressões, 2024**

Etapa	Tema	Execução e objetivo
01	Percorrendo o Mundo	Traçar as rotas migratórias de cada participante, refletindo acerca das aproximações entre origens, memórias e significações, bem como identificar itinerários que se cruzam, comparar rotas e conhecer outros lugares através dos relatos.
02	Mostrar uma foto	Desvelar o cotidiano de vida das mulheres em diáspora a partir de fotografias, levadas por elas, que representem as suas experiências, olhares e falas.

03	Escolher uma foto	Escolher uma única foto que represente todas, a fim de realizar uma análise coletiva e aprofundada da imagem e encontrar as convergências sem ocultar as diferenças.
04	Processo de criação	Expressar artisticamente os significados evocados pela imagem escolhida na etapa anterior. Emergir um olhar, um posicionamento, uma interação e um mover-se que interroga e reordena o espaço.
05	Partilha do sensível	Compartilhar as expressões oralmente para relevar as evidências sensíveis e a existência de um comum e dos recortes que definem lugares e perspectivas.
06	Na trilha dos direitos: Cartas Negras, um exercício de escrevivência	Realizar a reflexão crítica sobre os direitos das mulheres negras em diáspora, considerando as Cartas Negras, as quais estão relacionadas à história de um grupo de escritoras e amigas negras.
07	Na trilha dos direitos: Mulheres Negras em Cena	Tratar das invisibilidades, opressões, lugares de fala, olhares, interpretações, lutas e resistências inspiradas em questões-chaves sobre a vida/trabalho da mulher negra migrante em diáspora.
08	Na trilha dos direitos: escrita da Carta de Direitos das Mulheres Migrantes Negras em Diáspora no Brasil	Refletir criticamente sobre os direitos das mulheres negras em diáspora, levando em conta as narrativas evocadas e em documentos oficiais relativos aos direitos humanos.
09	Propor Ações: Plano de Ação; Cineclubes, Criação da Rede de Mulheres Migrantes oriundas de Países do Sul Global	Encorajar a proposição de ações que possam solucionar um problema e/ou ampliar uma reflexão comum.
10	Criação e produção de exposições e catálogos regionais: Todos os Olhares e Todos os Afetos	Construir um catálogo de exposição geográfica com os produtos da experiência, com o intuito de visibilizar o olhar dos próprios sujeitos (migrantes) sobre seu cotidiano e sensibilizar o conjunto da sociedade acerca das realidades veladas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na apostila Projeto Mulheres Negras em Diáspora no Brasil: Cartografia das Opressões (Hoefel, 2024)

Considerando a exposição que foi feita sobre a funcionalidade do projeto, a partir de agora será descrita as pautas que foram levantadas pelas mulheres negras migrantes do núcleo da Universidade Federal do Acre, onde tive a honra de participar dos encontros. O nosso grupo, com encontros realizados todas as segundas-feiras, era formado por 5 migrantes: uma delas deixou o projeto ainda no início de 2025, pela professora Valéria Rodrigues: responsável pela condução das etapas, por 2 bolsistas da graduação e eu como voluntária da pós-graduação, somando-se ao total 8 mulheres.

Tendo em conta que os encontros eram sediados em forma de mesa redonda/rodas de conversas e também a fim de manter a discricionariedade das migrantes, optou-se por fazer a abordagem a partir da contação das situações, evitando o uso dos diálogos e das falas individualizadas, porém destacando as principais queixas levantadas entre elas. Entretanto, caso haja a descrição *ipsis litteris* de alguma migrante será usado nome fictício.

Quando tive o primeiro contato com o grupo, as etapas 1,2,3 e 4 já haviam sido realizadas. As mulheres migrantes já tinham compartilhado o início das suas trajetórias, o porquê saíra do seu país de origem, como foi o percurso e outras

situações vividas durante a mobilidade. Além disso, as imagens e fotografias que representassem as suas trajetórias e a expressão artística já havia sido feita por cada uma.

Desse modo, na realização da 5 etapa houve o compartilhamento das expressões realizadas. As imagens e as fotografias foram colocadas em um barbante, estilo varal, ao lado dos desenhos (expressões artísticas) de cada uma das migrantes. Diante da exposição cada migrante teve o seu espaço e lugar de fala para compartilhar sobre a relação das fotos e representações com as suas trajetórias.

A imagem 1 representa um pouco da trajetória da migrante Clarice, colombiana e mulher trans, que deixou o seu país em direção ao Brasil. O caminho percorrido por ela foi: Colômbia (representada pela cor laranja) – Equador (representado pela cor verde claro) – Peru (representado pela cor marrom) e Brasil (representado pela cor verde escuro).

Imagen 1: Trajetória de uma mulher trans migrante – Percurso Colômbia - Brasil



Fonte: Imagem fotografada no encontro do projeto de mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil, Rio Branco- AC, 16/12/2024.

As 3 imagens escolhidas mostram as fronteiras atravessadas por ela (Equador, Peru e Brasil) e ao lado é a sua expressão artística que possui uma significação de acordo com o acolhimento recebido durante as travessias.

No momento Clarice não compartilhou o motivo que a fez deixar o seu país de origem, apenas destacou que teve dificuldade em fazer as travessias por conta da documentação e também relatou ter sofrido com a polícia equatoriana que foi bem coercitiva.

Ao fazer a travessia Iñapari (Peru) – Acre (Brasil), a migrante ficou acolhida na casa de passagem de Assis Brasil, lugar em que recebeu o suporte para a retirada

dos documentos brasileiros. Quando ela chegou em Rio Branco não sabia onde estava e brincou dizendo que nunca tinha ouvido falar do Acre, porém conforme foi ficando na cidade começou a gostar da cultura local. Em suas palavras, o Brasil foi o país em que ela mais se sentiu inserida na sociedade, sentiu-se acolhida pela população e teve o sentimento de segurança pela garantia dos seus direitos.

Em seguida, na imagem 2, temos uma parte da história de Ângela, migrante venezuelana, que até permanecer no Acre viveu muitas “idas e vindas” entre os lugares que foram construindo a sua trajetória de permanência no Brasil.

Imagen 2: Exploradores das culturas: trajetória de mulher migrante venezuelana



Fonte: Imagem fotografada no encontro do projeto de mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil, Rio Branco- AC, 16/12/2024.

A frase usada por Ângela: Ser estrangeiro nos torna exploradores de cultura, conta muito sobre os percursos feitos por ela. A venezuelana deixou o seu país em 2015 e veio para o Brasil junto com a sua filha, que na época tinha 1 ano de idade.

Ao chegar no Brasil por Pacaraima-AM, Ângela buscou comprar uma passagem de ônibus para Roraima, porém contou ter tido muita dificuldade, porque não queriam lhe vender a passagem. Em meio a situação, o motorista de um daqueles ônibus que estavam na rodoviária disse que levaria elas para Roraima e que a responsabilidade durante a travessia seria dele. A migrante contou que quando passaram pelo posto da Polícia Federal, o ônibus foi parado para a fiscalização, os policiais entraram pedindo os documentos de identificação e quando chegou na vez dela o motorista se manifestou dizendo que era sua prima. Com a afirmação do motorista, os policiais não verificaram a sua identidade e após a conferência do ônibus seguiram a viagem.

Ao chegar em Roraima, Ângela foi acolhida por uma família de cristãos e por lá viveu 4 anos até que decidiu ir para Manaus para testar novas oportunidades. Em Manaus a migrante ficou por pouco tempo e relatou não ter tido uma boa experiência, pois não conseguiu trabalho, a sua principal necessidade.

Após alguns dias em Manaus, surgiu-lhe uma proposta de trabalho no Acre. Necessitada de trabalho, Ângela logo decidiu juntar suas coisas e partiu para o novo estado. Devido as condições ela viajou sozinha deixando seus dois filhos (o segundo nasceu no Brasil) com o ex-marido, mas ficou poucos meses pelas terras acreanas, retornando para Manaus.

Com o passar do tempo, Ângela se separou e decidiu voltar para o Acre. Mais uma vez essa vinda ao Acre não foi definitiva, o sentimento de solidão tomou conta da migrante fazendo que decidisse voltar para a Venezuela. Ao comprar uma passagem rodoviária de Rio Branco para Manaus, Ângela foi informada de que a estrada, BR-317, era de barro e que estava em um período de muita chuva. A travessia Rio Branco – Manaus levou 8 dias e como foi dito, pela migrante, foi uma situação horrível, um período de sobrevivência.

O desenho da ponte, representado na imagem 2, significa esse percurso da travessia entre Rio Branco – Manaus. A migrante contou que não bastante as más condições da estrada e o período chuvoso, o ônibus quebrou na ponte. Todos desceram do ônibus em meio a escuridão da estrada e rodeados por matas. Neste momento, Ângela se sentou na beira da estrada e foi surpreendida ao avistar uma onça passando em sua direção. Segundo a migrante, o animal estava com uma caça na boca e, por isso, não deu muita confiança para ela, enquanto isso também os outros passageiros diziam para ela ficar quieta e não fazer nenhum movimento. Passado o momento de tensão, Ângela voltou para ônibus quebrado e por lá ficou até seguir a viagem.

Não bastando a vulnerabilidade e os perigos da travessia entre Rio Branco e Manaus, quando Ângela chegou em Manaus foi informada de que não poderia seguir para Pacaraima, pois a fronteira estava fechada devido a pandemia. Sem saber o que fazer, a migrante recorreu aos amigos que tinha feito no Acre e juntos fizeram uma “vaquinha” para ajudar com o dinheiro da passagem de retorno ao estado, dessa vez o trajeto foi feito de barco e durou 4 dias.

Após as idas e vindas, Ângela brincou dizendo que depois dessa terceira vez não tentou mais sair do Acre, porque sempre dava errado. No momento da

apresentação, Ângela contou que se casou novamente, teve o quarto filho e que vivia bem no estado.

Infelizmente a venezuelana, Ângela, é a mulher migrante que deixou de participar dos encontros devido a incompatibilidade com trabalho de carteira assinada que havia começado.

A imagem 3 representa uma parte da trajetória da migrante Daniela, também venezuelana. A Daniela é uma jovem tímida e bem breve nas suas palavras, durante a sua exposição não expôs como foi a saída do seu país e nem o porquê do Acre ter entrado em sua trajetória.

Imagen 3: Trajetória de jovem migrante que caminhou em busca de uma vida melhor



Fonte: Imagem fotografada no encontro do projeto de mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil, Rio Branco- AC, 16/12/2024.

A imagem escolhida por Daniela e o seu desenho representam um tipo de travessia comum entre os migrantes: a pé, assim foi a entrada dela no estado do Acre. Ela contou não ter conseguido outros meios para atravessar e por isso a única forma de seguir o caminho foi caminhando.

No momento da travessia entre Iñapari (Peru) e Assis Brasil (Acre), Daniela estava grávida e acompanhada do pai da sua filha. Juntos vieram com mais alguns migrantes (mulheres, homens e crianças) que também fizeram o percurso a pé. Em suas palavras, atravessar a pé não foi uma situação confortável para todos que estavam ali, principalmente para ela que estava grávida e tinha muita preocupação com sua filha, porém diante da impossibilidade de pegar um ônibus e pelo anseio de uma vida melhor, aquela foi a única solução.

A migrante Daniela é uma jovem que ainda tem muitas descobertas a fazer. Infelizmente ela não teve a oportunidade de concluir o ensino regular e no momento

dos encontros ela e sua filha dependiam da ajuda e do acolhimento de alguns familiares que residiam no Acre. Além disso, a bolsa remunerada, a ofertada pelo projeto, também ajudava na manutenção da sua vida no estado.

Por fim, apesar de ela não ter se aprofundado nos detalhes da sua trajetória foi possível perceber como o percurso deixou marcas em sua vida e que a sua maior preocupação era em cuidar e ofertar a melhor qualidade de vida para sua filha.

Passando para a próxima exposição, temos uma parte da trajetória de uma jovem cubana, Joana, que veio para o Brasil acompanhada da sua família. De todas as mulheres migrantes negras que participaram do projeto, Joana é a que tinha a condição de vida melhor e mais estável no país.

O desenho da imagem 4 representa a Ilha da Juventude (Cuba), lugar em que nasceu e de onde saiu. A mãe de Joana é médica e esteve pela primeira vez no Brasil em 2013 para participar do programa Mais Médico. Em 2018, quando encerrou as atividades do programa, a mãe da jovem decidiu que não voltaria mais para Ilha da Juventude, pois já estava com uma vida estável no Brasil. Dessa forma, organizou as documentações para que pudesse trazer a sua família (marido e filhos).

Imagen 4: Trajetória de jovem migrante: da Ilha da Juventude (Cuba) ao Acre (Brasil)



Fonte: Imagem fotografada no encontro do projeto de mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil, Rio Branco- AC, 16/12/2024.

O avião e o barco desenhado por Joana, bem como as imagens escolhidas por ela representam as únicas formas de sair da ilha. Considerando a condição financeira da família, o percurso feito por Joana foi pelas vias legais, de avião, e ela fez o percurso: Ilha da Juventude (Cuba) – Espanha – São Paulo – Manaus e Acre.

Entretanto, nem todos possuem as mesmas oportunidades. Infelizmente o número de pessoas que arriscam as suas vidas ao saírem da ilha por meio de botes é maior do que aquelas que possuem condições para migrarem de avião. Durante o

percurso, muitos imigrantes desaparecem no mar, sofrem por desidratação ou por outras vulnerabilidades que circundam o caminho.

A participação da Joana esteve muito atrelada com o objetivo da atividade que estava sendo realizada no encontro: (etapa 5) - compartilhar as expressões oralmente para **revelar as evidências sensíveis e a existência de um comum e dos recortes que definem lugares e perspectivas** (Hoefel, 2024). Apesar de ela não ter vivido a vulnerabilidade da mobilidade migratória como as outras migrantes do grupo, ela se colocou no lugar delas (e de todos os outros migrantes) que passam por grandes riscos durante as travessias.

No Brasil, Joana contou ter passado por uma dificuldade econômica, houve o momento que ela trabalhou em um supermercado de Rio Branco para poder ajudar financeiramente a sua família, mas foi um período temporário, pois logo a sua mãe (médica) conseguiu um emprego melhor na cidade.

No momento da conversa, Joana era estudante do curso de Língua Inglesa na Universidade Federal do Acre e tinha uma participação ativa nas atividades esportivas da universidade. Enquanto falava da sua experiência com a vida acadêmica, a jovem destacou se sentir muito bem acolhida no campus e não ter sofrido com a xenofobia ou qualquer outra discriminação, situação diferente do que viveu no mercado de trabalho.

Concluindo sua fala, Joana disse gostar do Brasil e do Acre. No futuro, quem sabe, ela experimente conhecer outros lugares. Porém, hoje, o Acre lhe faz se sentir acolhida e respeitada, além das grandes amizades que tem feito no estado.

Infere-se, portanto, que o projeto de mulheres negras migrantes é um local em que as migrantes se sentem acolhidas e protegidas para contarem as suas histórias. Desde a etapa 1: percorrendo o mundo; a etapa 5: partilha do sensível e até a etapa 10: criação e produção de exposições e catálogos regionais, todos os objetivos buscam compartilhar e valorizar a história dessas mulheres.

Até aqui percebemos que cada migrante tem a sua trajetória, algumas tiveram mais “sorte” do que outras, mas quando começam a compartilhar as suas vivências cada uma se coloca no lugar da outra, não só como migrante, mas como mulher. Os percursos, as oportunidades, os medos e as vulnerabilidades são compartilhados em uma intensidade que nos possibilita viver imaginariamente cada uma das situações, entretanto ao final das reuniões há a união de várias mãos femininas que se unem, se fortalecem e encorajam umas as outras.

4.2 Trajetória de uma migrante peruana no Acre

A migrante Rubi, nacional do Peru, tem 34 anos, mora no Acre há 12 anos e é estudante de enfermagem em uma universidade particular, na cidade de Rio Branco. Atualmente, a migrante reside no estado com seu marido e seus 3 filhos, trabalhando como vendedora ambulante. Entretanto, até a Rubi construir a vida que tem hoje, ela vivenciou muitas situações de desprezo, vulnerabilidade, violência e superação.

A trajetória da Rubi começa em uma cidade chamada Pucallpa, ilha peruana, que só dá para sair de avião. Decidida a mudar de país e deixar o lugar que nasceu, a migrante saiu de Pucallpa até Lima de avião e continuou de ônibus até Puerto Maldonado. Todo o percurso foi realizado sozinha quando ainda era jovem.

O Acre era o lugar-destino de Rubi desde o início, ela já tinha uma tia morando na cidade de Rio Branco que lhe garantiu um emprego quando chegasse no estado.

A travessia da fronteira entre Iñapari (Peru) e Assis Brasil (Brasil – Acre) foi o momento mais difícil desde a saída da migrante da sua cidade/país. Quando a Rubi chegou em Iñapari, o seu dinheiro acabou e ela ficou sem condições de comprar uma água para beber. Desesperada e ansiosa para chegar até a casa da sua tia, em Rio Branco, pediu ajuda financeira da sua mãe, que estava no Peru. Porém, o custo oferecido não foi o suficiente para conseguir um hotel para passar a noite ou para se alimentar bem.

Enquanto a Rubi buscava formas de atravessar a fronteira, ela vivenciou a situação de ter que ficar na rua assim como outros migrantes que tentavam atravessar para o Brasil. Cumprindo as etapas de 1 a 5 pro PVP, a migrante escolheu 2 fotografias (imagem 5) que representam uma parte do que ela viveu na travessia.

Imagen 5: Trajetória de mulher migrante - Percurso Peru- Brasil



Fonte: Imagem fotografada no encontro do projeto de mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil, Rio Branco- AC, 16/12/2024.

Para ela, ver aquelas pessoas – migrantes deitadas no chão de uma praça em Iñapari, pegando sol e chuva, e em condições piores do que a dela foi um dos momentos da sua trajetória que lhe causou angústia, sendo descrito por ela como algo desumano.

Aflita com o que vivia e com o que via na fronteira, ela conversou com um taxista local pedindo para que ele lhe levasse até a casa da sua tia, em Rio Branco (AC). Infelizmente ela não tinha todo o dinheiro que ele pediu, mas ao negociar ela disse que daria todo o dinheiro que tinha e também ofereceu o seu corpo como resto do pagamento. Felizmente, apesar da oferta, o taxista aceitou fazer a viagem dizendo que não faria nada com ela, mas aceitaria o restante do pagamento em dinheiro quando chegasse no lugar-destino da migrante.

Ao contar a situação, Rubi disse sentir vergonha de ter oferecido o seu corpo, mas no momento de desespero, fome e sede aquele era o único meio de garantir a sua chegada no Acre.

Ao serem parados na fiscalização da Polícia Federal, a migrante teve que se apresentar aos policiais. Esse momento foi outra situação constrangedora à migrante, ao mostrar o seu documento aos agentes eles falavam muitas coisas que ela não entendia e faziam gestos de negação sobre a identidade. Além disso, ela não entendia muito bem o que os policiais falavam, pois nenhum deles se comunicavam com ela em espanhol. Impedida de passar para o lado brasileiro, o taxista deu-lhe uma rota alternativa (ilegal) para que pudesse entrar no país. Ao ouvir as orientações do

motorista, Rubi seguiu o trajeto a pé, até o lugar onde o taxista pôde lhe buscar novamente e assim seguiram a viagem até a casa da tia da migrante.

Outro destaque, ainda referente ao momento da fiscalização, foi o sentimento de intimidação que a migrante teve diante dos policiais. Quando Rubi precisou se identificar no posto de fiscalização não havia policiais mulheres e isso lhe despertou uma sensação de intimidação e constrangimento. A intimidação esteve atrelada a maneira como os policiais agiram ao verem sua identidade e pelo fato de estarem armados, o que é comum nas fronteiras brasileiras. Já o sentimento de constrangimento diz a respeito ao momento da revista em sua bolsa.

Eu creio que por ser mulher eu tive mais dificuldade para entrar aqui em Rio Branco. Por ser mulher te discriminam, não sei como te explicar, sabe?! Não há um trato melhor, inclusive quando vão revistar as coisas, as malas, as coisas, eles metem a mão. Eu sei que é um trabalho, mas deveria ter uma mulher na Polícia Federal para revisar as nossas coisas, porque como mulher temos as nossas coisas pessoais. Eu sei que me senti muito estranha (Rubi, entrevista oral, 13/03/2025).

Durante o percurso até Assis Brasil, a Rubi avistou outros migrantes que iam caminhando com mochilas, com crianças e mulheres grávidas.

Tinha pessoas com mochilas, caminhando e dias sem beber água. Quando o taxista parou [em Assis Brasil], um deles pediu água: ei, você tem água? A gente aqui tá com sede, a gente não tem nada. E eu tinha uns biscoitos que tinha comprado, era tudo que eu tinha, mas dei para eles. Perguntei de onde eles eram e disseram que eram venezuelanos, e sabe desde onde eles estavam andando? Desde Puerto Maldonado. Então, é muito triste porque são pessoas que saíram do seu país em busca de uma vida melhor. E era muito triste, era mulheres com filhos, mulheres grávidas, mulheres com filhos no pescoço, pessoas que estavam com fome, crianças doentes (Rubi, entrevista oral, 12/03/2025).

Quando Rubi chegou em Rio Branco, ela não ficou muito tempo na casa da sua tia, pois sua tia começou a lhe maltratar. Durante o período em que estava sofrendo maus-tratos, ela conheceu o seu esposo, também peruano, e tomou coragem para sair da casa da sua tia. Nessa época, a migrante tinha entre 18 e 19 anos. Desde então, a migrante tem construído a sua vida e autonomia, no Acre, acompanhada pelo seu esposo e seus 3 filhos.

Tratando-se do mercado de trabalho na trajetória da Rubi, destaca-se que esse não foi um setor acolhedor e de boas oportunidades, bem como não foi uma experiência confortável à migrante.

A situação econômica é a mais difícil, não há um trabalho para mulheres migrantes, para mulheres estrangeiras, algo desse tipo. Por isso, ainda em

2013 eu decidi ser autônoma, decidi trabalhar por conta própria porque não havia um bom emprego, não para mim que sou estrangeira (Rubi, entrevista oral, 13/03/2025).

Por ser vendedora ambulante, a migrante está diariamente rodeada por muitas pessoas e isso, infelizmente, lhe deixa mais vulnerável às situações de chacotas, preconceitos e violências.

Estou aqui no Acre e não tenho planos de ir embora até porque não tenho trabalho, sou autônoma e estudo aqui. Mas aqui já sofri muito desrespeito, preconceito, racismo e riscos por ser mulher. As pessoas falavam de mim, riem de mim, do meu jeito de falar. Às vezes me chamavam e eu achava que era para comprar alguma coisa, mas quando eu ia até eles, eles falavam mal de mim, gozavam comigo, zombavam... (Rubi, entrevista oral, 13/03/2025).

As discriminações verbais no ambiente de trabalho não foram as únicas violências que a migrante sofreu. Quando seu esposo ainda não lhe acompanhava nas vendas, a peruana também ficou refém da violência física-sexual. Depois desse dia, a Rubi não voltou mais a trabalhar na rua sozinha, agora o seu esposo lhe acompanha todos os dias nas vendas.

Eu passei por muitas coisas, já me ofereceram dinheiro para eu vender meu corpo. Um dia eu estava na rua e me chamaram para “vender umas coisas”, quando eu entrei o cara me agarrou e começou a abusar de mim. Como que eu reagi? A minha reação não foi boa, comecei a gritar e a empurrá-lo para longe de mim, mas não tive como me defender. Ele era muito forte. A única coisa que fiz foi me levantar e assim fiquei muito desanimada (Rubi, entrevista oral, 13/03/2025).

Como apresentado, durante a permanência da migrante no estado aconteceram muitas situações desagradáveis que lhe fizeram querer voltar para o Peru, principalmente as violências sofridas durante o seu trabalho. Porém, com o incentivo do seu esposo e em busca da melhor qualidade de vida para os seus filhos, ela decidiu superar as dificuldades e permanecer no Acre. Desde então, Rubi mora no Acre desde 2013 e não tem a perspectiva de ir embora do estado.

Quando a Rubi ficou sabendo sobre o projeto de mulheres negras migrantes, ela teve medo de participar. O sentimento de medo esteve muito atrelado a todas as vulnerabilidades e violências que ela já tinha vivido desde quando decidiu sair do Peru. Nesse sentido, não foi fácil decidir compartilhar a sua história, suas dores e vulnerabilidades para outras pessoas, houve o receio de mostrar a sua identidade. Entretanto, ela reconheceu a importância de compartilhar a sua história com outras mulheres migrantes, principalmente para encorajá-las também a superarem os riscos que circulam a mulher migrante.

Ademais, hoje, a Rubi tem um círculo de amizade que foi construído ao longo desses 12 anos vivendo no Brasil: vínculo religioso, colegas da faculdade, as mulheres migrantes e não migrantes do projeto e outras pessoas que contribuíram positivamente com a sua trajetória.

Por fim, considerando toda a trajetória da Rubi e mantendo o objetivo deste trabalho: preservar a essência, o sentimento e a trajetória das mulheres migrantes. Encerro este capítulo com as últimas falas da Rubi que, em tom de encerramento da entrevista, resumiu em palavras o seu sentimento de dor, esperança e gratidão vividos durante a sua trajetória, bem como expressou o sentimento de solidariedade a outras migrantes que passam por situações parecidas ou até piores do que a dela.

Essa foi minha vida, minha história de como cheguei no Brasil. Tem pessoas que migram de um país para outro, buscando outras formas de viver, buscando uma melhoria de vida. Deixam pais, deixam mães, deixam uma vida para trás, mas às vezes não é como a gente pensa, a gente passa muita dificuldade, a gente passa muita coisa difícil. Uma dessas coisas é o dinheiro, o trabalho. Quando você chega em um país que não é teu, que não fala a tua língua, que não sabe se expressar... é muito difícil, é muito constrangedor. A gente tem que lhe dar com muita coisa, com o racismo, com a xenofobia... e a gente pensa que a gente não tem direito a nada porque a gente é estrangeiro. A gente se sente muito constrangido, muito humilhado. Eu posso dizer que ser mulher migrante não é fácil. Não é fácil (Rubi, entrevista oral, 13/03/2025)¹⁸.

¹⁸ A Rubi é uma migrante que já tem familiaridade com a língua brasileira, apesar disso ela optou por fazer a entrevista na sua língua materna, o espanhol. Porém, já no final da entrevista, automaticamente, ela começou a fazer o uso do português. Dessa forma, o trecho final do capítulo é uma escrita *ipsis litteris*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo as migrações dos últimos séculos, pudemos perceber que os movimentos migratórios fluem de acordo com as necessidades pessoais do/a migrante, bem como devido as condições ambientais, sociais e econômicas dos Estados. Além disso, o/a migrante não tem a garantia de encontrar aquilo que deseja ou como deseja no lugar-destino.

Para discutir as condições dos percursos, destacamos alguns riscos que acompanham os/as migrantes durante as viagens, como a falta de dinheiro, a má alimentação, exploração da mão-de-obra e contrabando de pessoas. Ao apresentar essa análise, destacamos que existe uma intensificação dos riscos às mulheres migrantes, principalmente quando se trata da violência física, sexual e moral durante as trajetórias.

Por muito tempo, na migração, tinha-se o maior destaque para a movimentação dos homens, enquanto as mulheres apenas os acompanhavam na função de dona de casa. Porém, conforme as bibliografias levantadas, observou-se que a mobilidade feminina, apesar de ainda ser um movimento esporádico, tem ganhado maiores proporções nos cenários migratórios.

Ao falarmos da migração de modo geral, reafirmamos o que Handerson (2015) conceitua como os circuitos de mobilidade. Esse movimento de pessoas no espaço é motivado por diferentes fatores, os quais influenciam a restruturação do ambiente conforme as relações e as experiências dos migrantes. Desse modo, a reconstrução dos espaços é uma característica presente nas trajetórias das nossas entrevistadas migrantes que precisaram se adequar ao novo país sem abandonar as suas raízes.

Substancialmente, percebemos que existe uma atenção maior para a migração masculina, de modo que o movimento das mulheres vai ficando como algo secundário e superficial. Por esse viés, começamos a abordar o papel da mulher na migração dos homens, segundo Sayad (1998). Nas escrituras do referido autor, percebemos que a mulher, mesmo sem migrar, tinha limitações ao fazer o contato com o emigrante, que poderia ser seu esposo ou filho, dependendo da comunicação de um interlocutor.

Dessa forma, a rede migratória ou rede de apoio é uma conexão fundamental entre os migrantes. É por meio dessas redes que eles estabelecem relações estratégicas, como escolher o lugar para ir, por onde sair, por onde entrar e a quem

procurar durante o caminho. Além disso, muitas vezes, é através dessa interrelação que muitos migrantes chegam no lugar-destino com uma oferta de emprego.

Conforme o que foi apresentado, ressaltamos que a mobilidade humana deve ser discutida a partir das condições que antecedem a trajetória das migrantes, as expectativas que são construídas durante os percursos e as frustrações ou os sucessos encontrados no lugar-destino. Por sua vez, reforçamos que cada trajetória tem a sua característica e não podem ser estudadas de maneira una.

No Brasil, os estudos já consideram o aumento gradativo de mulheres migrantes que chegam no país desacompanhadas de homens e, que vêm em busca de uma melhor qualidade de vida. Além disso, o incentivo das políticas de acolhimento e proteção à mulher influencia no aumento do deslocamento das migrantes no país. Por sua vez, esse movimento que tem as mulheres como protagonistas é conhecido como a feminização da migração (Dornelas, 2020).

Com a entrevista da Aurinete, pudemos perceber a presença desse empoderamento nas trajetórias das migrantes no Acre. Referindo-se às mulheres venezuelanas, destacamos que muitas delas migram para o Brasil acompanhadas dos seus maridos, mas ao chegarem no país se separam e assumem a autonomia da sua vida. Em outros casos, ressaltamos a situação de mulheres que eram donas de casa na Venezuela e dependiam financeiramente de alguém, mas quando migraram sozinhas se tornaram as responsáveis pelo seu sustento e trajetórias.

Quando discutimos o Acre como lugar de passagem, notamos que se trata de uma travessia ainda recente. Para muitos migrantes, o estado do Acre foi/é apenas uma rota que os conectam com o lugar-destino desejado. Dessa forma, um lugar não pode ser considerado destino só pelo salto migratório, sendo fundamental distinguir os tipos de movimentos, os destinos e os motivos que inserem as mulheres na mobilidade (Singer, 1998). Ainda sob essa ótica, ressaltamos que a mobilidade migratória no estado é influenciada pela realidade social e econômica de outros países, sejam eles fronteiriços ou não.

Tratando-se do acolhimento no Acre, contamos com a colaboração da representante da Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos (SEASDH). Com a entrevista da Maria da Luz, representante da SEASDH, reafirmamos que o Estado acreano não estava preparado para as primeiras ondas migratórias que aconteceram a partir de 2010. Entretanto, devido a recorrência da transitoriedade nas fronteiras, o Estado tem impulsionado ações públicas e estratégias

humanizadas de acolhimento às pessoas que chegam em situação de vulnerabilidade, portanto ainda não são tão eficazes.

Contando com a experiência da Maria da Luz, notamos que o deslocamento é um fator de desgaste para todos os migrantes, mas a vulnerabilidade é maior para as mulheres. Sob esse viés, tratamos a situação de uma migrante que foi expulsa do ônibus porque menstruou e sujou o acento. Dessa forma, ressalta-se que as mulheres sofrem com as condições naturais do percurso (chuva, sol, ambiente) e também são vitimizadas pelos seus próprios corpos, tornando-se como um dos efeitos gerados pela desigualdade de gênero.

Sob a ótica das vulnerabilidades presentes nas trajetórias das mulheres, tratamos sobre o conceito de gênero e feminização da migração. Primeiramente, os debates de gênero surgem por meados do pós-Guerra Fria, entretanto, é somente na década de 1980 que as mulheres começam a serem percebidas como autoras sociais e econômicas na migração (Rosário, 2019). Ainda quando tratamos sobre o gênero, referimo-nos a uma construção simbólica que direciona e discrimina as pessoas a partir do sexo, ou seja, o gênero está atrelado a percepção da sexualidade.

Ao apresentar as concepções de gênero, notamos que os estereótipos acerca do gênero feminino, a diferença entre a língua, os estímulos sociais, étnicos, econômicos e políticos influenciam na vulnerabilidade das mulheres migrantes durante as trajetórias. Portanto, trabalhamos com a perspectiva da interseccionalidade (Rosário, 2019), que não analisa a realidade através de um conceito isolado, mas pensa as categorias de forma relacional e articulada. Dessa maneira, nota-se que a migração das mulheres não é marcada por uma identidade absoluta, mas é construída por meio de relações sociais e processos interpessoais.

Atrelado ao gênero, percebemos que a divisão sexual do trabalho atua nos arranjos sociais e limita as ações desempenhadas pelas migrantes. No Brasil, os dados apresentados pela OIM-ONU migrações, 2024 (figura 2), demonstram o déficit das mulheres migrantes no mercado de trabalho, mesmo que elas sejam mais frequentes do que os homens nos cursos de capacitação, treinamento e profissionalização.

Além dos discursos patriarcais, a dificuldade de inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho envolve a situação econômica do país, a dificuldade com o idioma e a necessidade de documentação específica.

Ressalta-se que a influência do gênero na migração internacional é marcada pela distribuição desigual de homens e mulheres em diferentes movimentos e épocas da história. Sendo assim, a feminização da migração não é um fenômeno recente, mas agora começa a ter uma maior visibilidade e atenção aos discursos sobre a vulnerabilidade e o protagonismo das mulheres migrantes.

Durante os capítulos da dissertação e com a apresentação das entrevistas, enfatizamos que cada movimento feminino é marcado pela transgressão dos limites sexuais impostos, por problemas conjugais e familiares, violências e pela ausência de oportunidades. Por esse motivo, a experiência de migrar, para algumas mulheres, pode ser algo libertador e que representa a sua maior autonomia no processo da mobilidade. Assim, a ideia da feminização da migração amplia as discussões que colocam o gênero como fundamento da desigualdade existente na trajetória da mulher migrante.

Percorrendo as interseccionalidades existentes nas trajetórias das mulheres que migram para o Brasil e especificamente, para o Acre, pudemos refletir sobre as relações existentes entre as mobilidades das migrantes que refazem seus espaços.

Primeiramente, apresentamos a trajetória da Hany, refugiada cubana, que vive no Acre. Hany, é um dos exemplos de mulher migrante que deixou o seu país de origem acompanhada do seu esposo. Durante a trajetória, Hany encontrou obstáculos pela falta de dinheiro, preconceitos, dificuldade com o idioma e pelos riscos da travessia ilegal.

Na vivência da Hany, destacamos as relações de poder que são impostas principalmente pela diferença das línguas. Em muitas situações, a refugiada foi ignorada por pessoas que não se esforçaram para entender o que ela falava, bem como se sentiu constrangida em momentos que fizeram o uso de palavras que têm significados pejorativos no espanhol, diferente do que têm no português.

Diferente da trajetória de Hany, temos a história da venezuelana Raymaris que saiu sozinha do seu país em busca de uma vida melhor. Na trajetória da Raymaris, identificamos como as relações de poder, a língua e o mercado de trabalho, são citados como as maiores dificuldades da migrante no Acre.

Quando Raymaris chegou em Rio Branco, ela teve a experiência de trabalhar de empregada doméstica na casa de um homem. Infelizmente, percebemos que essa oferta de trabalho se tratou, na verdade, de uma exploração da mão de obra migrante e de diversas infrações à lei trabalhista brasileira.

Dessa maneira, notamos que o desemprego, a não adaptação com a língua, a falta de conhecimento da legislação e a necessidade de sobreviver no país são fatores que contribuem para que as mulheres migrantes permaneçam em situações de exploração e vulnerabilidade socio-trabalhista. Atrelado a esses casos, ressaltamos o medo que as migrantes têm de denunciar as violências.

Finalizando a pesquisa, tratamos sobre o projeto de mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil. Aproveitamos a existência do projeto para nos conectar com mulheres migrantes que estão vivendo no Acre, por sua vez contamos um pouco das suas trajetórias até chegar no estado.

As migrantes Clarice, Ângela, Daniela, Joana e Rubi são mulheres que vivem diariamente a reconstrução do espaço vívido. Quando abordamos as trajetórias dessas mulheres, percebemos que elas tiveram suas motivações particulares de saída, percursos diversos e experiências únicas que nem sempre são lembradas com alegria.

Começando pela trajetória de Clarice, mulher trans migrante, abordamos o sentimento de (des)acolhimento que ela teve durante seus percursos. Ao sair da Colômbia, atravessar o Equador, Peru até chegar no Brasil, a migrante se deparou com situações coercitivas e preconceituosas nas fronteiras. Apesar de nunca ter ouvido falar do Acre, foi nesse estado que ela se sentiu bem recebida e teve a perspectiva de permanecer.

Com a trajetória de Clarice, percebemos que o Brasil tem os seus problemas políticos, econômicos e sociais como qualquer outro país. Porém, segundo o relato de Clarice e das outras mulheres, ainda é um dos países da América do Sul que melhor recebe e acolhe os migrantes. Aqui essas mulheres sentem que podem exercer seus direitos como pessoas.

Apresentamos também as trajetórias das migrantes Ângela e Daniela que são venezuelanas, mas apesar de terem saído do mesmo país, construíram trajetórias diferentes. Inicialmente, Ângela percorreu e ressignificou lugares conforme as suas necessidades até decidir permanecer no Acre. Além disso, as suas trajetórias foram movidas em busca de trabalho. Por outro lado, ao falar da história de Daniela nos referimos a uma jovem que fez o percurso de Iñapari (Peru) até Assis Brasil (Acre) a pé e grávida.

Apesar das diferentes vivências entre as migrantes venezuelanas, podemos estabelecer uma similaridade entre as trajetórias: as duas chegaram no Brasil

acompanhadas, mas por algum motivo se separaram dos companheiros e ficaram sendo as únicas responsáveis pelos filhos. Assim, reconhecemos a responsabilidade familiar que acompanha as mulheres migrantes, aumentando a necessidade e a pressa pela estabilidade econômica e social no país-destino.

Entre todas as trajetórias, podemos considerar que a cubana Joana foi a mais privilegiada durante o seu percurso até o Brasil. Diferente das outras mulheres, Joana veio para o Brasil de avião e acompanhada da sua rede familiar: pais e irmãos. Apesar experiência de Joana ser diferente das outras mulheres, percebemos o respeito e a compreensão dela com as trajetórias das outras migrantes.

Finalizando as trajetórias das migrantes, destacamos a história de Rubi. Rubi é uma mulher peruana, que vive no estado do Acre desde 2013. Assim como na trajetória de Raymaris, a Rubi também teve problemas com o mercado de trabalho no Brasil. Infelizmente, a trajetória da migrante peruana é construída por momentos de opressão, violências morais, físicas e sexuais, preconceitos de raça e gênero.

Depois das violências sofridas enquanto trabalhava de vendedora ambulante, a Rubi só se sente segura para ir trabalhar na companhia do seu marido. Nessa perspectiva, percebemos que muitas vezes a tranquilidade e segurança da mulher depende da presença de um homem. Por sua vez, conceitos como esses representam o que tratamos sobre as marginalizações do gênero: o respeito por ser homem e a vulnerabilidade por ser mulher.

Considerando as referências utilizadas e as entrevistas realizadas, concluímos que as mulheres migrantes não dependem apenas da sua força de vontade, mas ficam sujeitas ao comportamento e aceitação histórico-social da sociedade, vulneráveis aos limites impostos pela responsabilidade feminina, classe social, raça, etnia e principalmente, o gênero.

Os riscos presentes na migração não são restritos a mobilidade feminina, mas comprovamos que nas trajetórias das mulheres existem os maiores casos de violência física, moral e sexual. Além disso, enfatizamos que as oportunidades de trabalho também são limitadas para as mulheres migrantes. Nesses casos, enquanto o homem migrante é visto como uma figura de força e resistência, a mulher migrante é entendida como um objeto específico das atividades domésticas.

Tratando-se do Acre como lugar de passagem e permanência, concluímos que ainda existe uma deficiência governamental nas ações de acolhimento humanitário, principalmente no recebimento das mulheres. Assim como ressaltado nas falas da

Maria da Luz e da Aurinete Souza, não existe uma assistência específica para o recebimento e acolhimento das migrantes que chegam no estado em situação de vulnerabilidade.

Por fim, recomenda-se a maior atenção do Estado, dos órgãos governamentais e das entidades de assistência para o acolhimento e proteção das mulheres migrantes, negras ou trans. Essas ações podem ser executadas através da criação de postos de acolhimento e do investimento na qualificação de mulheres para atuarem no recebimento dessas migrantes.

Sob esse viés, também notamos a necessidade da criação de ações mais eficientes que fiscalizem e incentivem a inserção das migrantes no mercado de trabalho, anulando o discurso patriarcal de que as mulheres só são merecedoras de atividades tipicamente domésticas ou que, por se tratar de migrantes, elas podem ser submetidas a trabalhos e a salários inferiores.

Além disso, acreditamos que a pesquisa eficiente e verdadeira é responsável por gerar na sociedade a sensibilização e o conhecimento crítico da realidade que, muitas vezes, é ocultado das mídias e pelos grandes poderes. Por isso, infere-se que as trajetórias de mulheres migrantes merecem mais reconhecimento pelos pesquisadores a fim de que possamos destacar a vivência das migrantes, mostrando que elas também fazem parte dessa mobilidade e assim como os homens, assumem os riscos das travessias em busca da melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO NETO, Dival Vieira. **O estado do Acre como corredor internacional de mobilidade humana:** o caso dos indígenas venezuelanos warao na cidade de Rio Branco. 2020. 114 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Bacharel em Geografia. Rio Branco, 2020.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos feministas.** Florianópolis, 15(3). p.745-772, set.-dez., 2007.

ÁVILA, Juliana; AEROSA, Silvia. A mulher em vulnerabilidade social e a reação com a violência familiar. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde.** Salvador, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2023.e4821>.

BAHIA, Joana. Migração e integração social. In: POVOA NETO, Helion; SANTOS, Míriam de Oliveira; PETRUS, Regina; GOMES, Charles. (Orgs.) **Caminhos da Migração:** memória, integração e conflitos. Oikos, São Leopoldo, Rio de Janeiro, 2015. p.-185-189.

BECKER, Olga. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná (org). **Explorações geográficas:** percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Art Line, 1997. p. 319-365.

BRANDINO, Géssica. **Cartilha do MPSP quer ajudar mulheres imigrantes a ter acesso à Lei Maria da Penha.** 2013. Disponível em: <https://www.compromissoeatitude.org.br/cartilha-do-mpsp-quer-ajudar-mulheres-imigrantes-a-ter-acesso-a-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 20 de fev. 2025.

BRASIL. **Lei complementar nº150, de 1º de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 18 de fev. de 2025.

BRASIL, Ministério da Justiça e do Trabalho. **O que é refúgio?** Brasília, DF: Ministério da Justiça e do Trabalho. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio#>. Acesso em: 04 de out. de 2024

BRASIL, Redação National Geographic. **Por que a selva de Darién é conhecida como uma das mais perigosas do mundo?** 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/viagem/2023/07/por-que-a-selva-de-darien-e-conhecida-como-uma-das-mais-perigosas-do-mundo>. Acesso em: 15 de out. de 2024

CAMACHO, Glória. **Mujeres migrantes:** trayectoria laboral y perspectiva de desarrollo humano. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2010.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e

Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. ISSN 2448-1076. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatórios-a>.

DORNELAS, Paula Dias. “**Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira**”: lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

DORNELAS, Paula; RIBEIRO; Roberta. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade a interseccionalidade nas políticas públicas. **O Social em Questão** - Ano XXI - nº 41 - Mai a Ago/2018, p.247-264.

GIL, Carmem Gregório. **Migração feminina. Seu impacto nas relações de gênero**. Asparkía: pesquisa feminista. 2004, n.15, pp. 257-265. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Asparkia/article/view/108949>. Acesso em: 26 de jun. de 2024

HANDERSON, Joseph. **Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname, na Guiana Francesa**. 2015. Tese (Doutorado em antropologia social) – Museu nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

HOEFEL, Maria da Graça; SEVERO, Denise; WASHINGTON, Claudia. **Oficina PVP de direitos humanos e fotografia**: Projeto mulheres migrantes negras em diásporas no Brasil – Cartografia das Opressões. Brasília, 2024.

LEBRE, Victor; CARDOSO, João. Com superlotação, Rio Branco deve inaugurar novo abrigo para refugiados. **JAC 2ªEDIÇÃO**. Rio Branco, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/06/23/com-superlotacao-rio-branco-deve-inaugurar-novo-abrigo-para-refugiados.ghtml>. Acesso em 03/09/2024

_____. Com quase o dobro da capacidade, MP determina vistoria em abrigo de imigrantes de Rio Branco. **G1 AC**. Rio Branco, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/08/08/com-capacidade-para-80-migrantes-nova-casa-de-passagem-e-entregue-em-rio-branco.ghtml>. Acesso em 03/09/2024

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia**: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: Argos, 2003, 192p.

MAMED, Letícia. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos cadernos NAEA**, v.18, n.1, p.33-64, jan.- jun., 2015

MAMED, Letícia. Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral. **Argum.** v. 8, n. 3, p. 78-90, set./dez. 2016.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **Por uma geografia das migrações**: estratégias e permanência em migrantes haitianos. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira. **Travessia – Revista do Migrante**, n.88, p.75-86, jan. – jun., 2020.

MONTEIRO, Hellen. Com capacidade para 80 migrantes, nova casa de passagem é entregue em Rio Branco. **G1 AC.** Rio Branco, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/05/18/com-quase-o-dobro-da-capacidade-mp-determina-vistoria-em-abrigo-de-imigrantes-de-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 03/09/2024.

MORAIS, Maria de Jesus; ALVES, José; BONFANTI, Dhuliani Cristina. Dinâmicas fronteiriças: o estado do Acre como corredor da migração internacional. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. 24, p.1269-1285, jan.- dez. 2020.

MOREIRA, Julia; BORBA, Janine. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de população**, v.38, p.1-20, 2021

MOURÃO, Larissa; MORAIS, Maria de Jesus. O estado do acre como corredor humanitário e suas políticas migratórias. In: Anais do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - CONGEO. **Anais**...São Paulo (SP) USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IVCONGEO/665316>. Acesso em: 30/08/2024

OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tânia. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

PEREIRA, Syrléa Marques. Trajetórias de vida “invisíveis”: mulheres, imigração e trabalho. In: POVOA NETO, Helion; SANTOS, Míriam de Oliveira; PETRUS, Regina; GOMES, Charles. (Orgs.) **Caminhos da Migração**: memória, integração e conflitos. Oikos, São Leopoldo, Rio de Janeiro, 2015.

PINANGO, Rosbelli; VIRGINIO, Solene. A securitização dos portões do Eldorado Amazônico: a proteção humanitária de mulheres imigrantes em Roraima e no Acre. In: STEFANO, Daniela; GARVEY, Brian; VIRGÍNIO, Frances (org.). **Amazônia em fluxo**: tensões, território e trabalho. 1 ed, São Paulo: Outras Expressões, 2021, p. 55-67.

RODRIGUEZ, Maria; VILLALÓN, Corina; CASTRO, Cláudia. **A FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES**: uma reflexão sobre as categorias de análise. In: VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 27 a 29 de nov. 2019, p.-57-63.

ROSÁRIO, Lívia. **Interseccionalidade e fronteira**: mulheres negras migrantes na Amazônia Franco-Amapaense, 2019. Dissertação (mestrado em Estudos de Fronteira) – Universidade Federal do Amapá, 2019.

SANTOS, Armstrong. Encontros e desencontros em narrativas de haitianos na Amazônia acreana. **Muiraquitã**, Universidade Federal do Acre, v.4, n.1, p.18-38, ISSN 2525-5924, 2016.

SANTOS, Armstrong. **Entre palavras proféticas e enunciações do corpo:** História, silenciamentos e táticas de sobrevivência elaboradas em diásporas haitianas, 2023. Tese (doutorado em letras: linguagem e identidades amazônicas) – Universidade Federal do Acre, 2023.

SANTOS, Larissa Oliveira. Prostituição e exploração sexual na fronteira acre-pando (2000-2018). **Das Amazôncias**, Rio Branco- Acre, v.1, n.1, p.52-62 (ago.-dez) 2018.

SAYAD, Abdelmalek . **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade;** tradução Cristina Muracho. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWINN, Simone; COSTA, Marli. Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do acnur no combate a essa violência. **Signos**, Lajeado, ano 37, n.2, p.216-234, 2016. ISSN 1983-0378

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998. Cap. 2, p.29-62.

TONHATI, Tânia; CORDOVA, Lorena. Mulheres imigrantes, solicitantes da condição de refúgio e refugiadas no Brasil: uma agenda de pesquisa no OBMIGRA. In: CAVALCANTI; L; OLIVEIRA, T; SILVA, S. **Relatório Anual OBMigra 2023 – OBMigra 10 anos: Pesquisa, dados e contribuições Políticas.** Série migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra,2023.

VENDRUSCOLO, Laura. Política migratória do governo Michel Temer em perspectiva. **Conexões internacionais.** Vol. 2, N° 1, jan.-jun, 2021.